

TENHO DITO.

Copyright© 2019 by Academia Piauiense de Letras

ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS
Fundada em 30 de dezembro de 1917

DIRETORIA
Biênio 2018/2019

PRESIDENTE

Nelson Nery Costa

VICE-PRESIDENTE

Zózimo Tavares

1º SECRETÁRIO

Jose Elmar de Mélo Carvalho

2ª SECRETÁRIO

Wilson Nunes Brandão

TESOUREIRO

Humberto Soares Guimarães

COMISSÃO EDITORIAL

PRESIDENTE

Reginaldo Miranda da Silva

MEMBROS

Antonio Fonseca dos Santos Neto

Divaneide Maria Oliveira Batista de Carvalho

SUPERVISÃO EDITORIAL, ORGANIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO
Nelson Nery Costa

CAPA / PROJETO GRÁFICO
Paulo Moura

IMPRESSÃO
Gráfica do Povo

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Larissa Andrade CRB - 3/1179

B277t Barros, Jesualdo Cavalcanti.

Tenho dito: artigos, discursos e ideias./ Jesualdo Cavalcanti Barros. – Teresina:
Academia Piauiense de Letras, 2019.

176 p.: il. (Coleção Centenário, 131)

ISBN x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.

1. Literatura Brasileira – x.x.x.x.x.x.x.x.x.x 2. Literatura Piauiense –
x.x.x.x.x.x.x.x.x.x 3. Crítica Literária 4. x.x.x.x.x.x.x.x I. Título II.

CDD – x.x.x.x.x.x

Todos os direitos reservados. De acordo com a Lei nº 9.610, de 19/02/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informação ou transmitida sob qualquer forma, por meio eletrônico ou mecânico, sem prévio consentimento do autor.

ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS

COLEÇÃO CENTENÁRIO Nº 131

JESUALDO CAVALCANTI BARROS

TENHO DITO.

ARTIGOS, DISCURSOS E IDEIAS

Teresina-PI

2019

Este livro é especialmente dedicado a:

Socorro, a companheira, colaboradora e conselheira de todos os momentos,

*Jesualdo Filho, Flávia Regina e Alice Maria,
Renato Guimarães, Juliana, Mariana, Luíza e Matheus,
Valério Mendes, Marina, Laura e Beatriz.*

OBRAS DO AUTOR

Tempo de cultura (1985)

O Estado do Gurgueia e outros temas (1995)

Notícia do Gurgueia (2002)

Tempo de Tribunal (2003)

Memória dos confins (1ª edição em 2005 e 2ª edição em 2007)

Tempo de contar (2006)

Dicionário Enciclopédico do Gurgueia (2008)

Gurgueia: espaço, tempo e sociedade (2009)

Sertões de bachareis (2011)

*A palavra não foi feita para enfeitar, brilhar como
ouro falso; a palavra foi feita para dizer.*

Graciliano Ramos

Sumário

A missão	13
A vingança do Piauí	15
Fazer cultura no Piauí é piauiensizar	19
Os monumentos dispensam endereços	21
Permanente lição de amor ao Piauí	23
Projeto de cultura, projeto de vida	25
O velho é testemunho e lição de vida	27
Quem serve melhor a seu partido	29
A seca do Nordeste tem a idade do Brasil	31
Quem está no poder tem o dever de governar	33
Vale do Parnaíba: Não ter o que comer na terra de Canaã	35
O círculo vicioso de dar sempre mais a quem já tem ...	37
Não é o sistema de governo que faz a sociedade	39
Ninguém é dono desta Casa,....	47
Se não era para mudar, que viemos fazer aqui?	51
Compromisso com o novo	55
Aproveitamento dos cerrados piauienses	57
Só a legitimidade gera a credibilidade	59
A salvação do Piauí passa pela salvação do Parnaíba ..	67
Mais partidos que ideias na praça	69
A proposta da Universidade do Sul do Piauí	75

Eu represento é o Piauí marginalizado	77
Pela companhia de desenvolvimento dos vales do Nordeste	81
A seca não tem partido	83
Quem salvará o salvador?	85
Estado do Gurgueia, semente para o futuro	89
Ninguém se perdeu na vereda de seu destino	95
Quem trabalha em conjunto não erra nem acerta sozinho	97
A liberação das forças criativas do homem	99
Consciência do dever cumprido	101
Quem ama, valoriza	103
Gurgueia, enfim um enfoque técnico	109
Não apenas fazer educação, mas fazê-la de qualidade	111
A luta contra a pobreza	117
Mandu Ladino	123
Mitos e lendas da política piauiense	129
Dicionário Enciclopédico do Gurgueia	133
Para viabilizar o Piauí	137
Abelheiras	141
Pobreza tem remédio	143
Gurgueia: espaço, tempo e sociedade	147
Carta aberta aos acomodados	151
O risco que nos ameaça	159
O filho do Gurgueia que aqui aporta	163

Fundação da Vila de São João da Parnaíba	171
Mensagem às pedagogas e pedagogos	177
Para não perder o bonde da história	179
O futuro que queremos: juntos ou separados?	183
<i>Sertões de bacharéis</i>	189
É crime querer o justo?	191
Na trilha do gado	195
Gurgueia: 1 a zero	199
Ano Marquês de Paranaguá	203
Firme como uma rocha	207
Prefiro fazer a política de ideias	211

A missão

Por conter a expressão de meu pensamento político e social no curso de 28 anos, justamente a fase mais construtiva de minha militância, há tempos desejava publicar este livro. Durante esse longo período tive a oportunidade de vivenciar intensamente o cotidiano piauiense. Seja pesquisando e escrevendo. Seja exercendo mandatos eletivos e funções administrativas. Seja conhecendo as profundezas de seus grotões. Seja convivendo com as figuras mais representativas de sua *intelligentsia* e estamento político.

Em razão de múltiplos afazeres, o projeto sofreu seguidos adiamentos.

Ultimamente, mesmo assoberbado com as tarefas de prefeito de Corrente, minha terra natal, roubei alguns momentos de calmas madrugadas para resgatar de meus arquivos o registro do que foi dito, na tentativa de, levantando a cortina do passado e seguindo a trajetória do tempo, submeter-me ao crivo dos meus contemporâneos. Expondo-me desta forma, não me move outro propósito senão descobrir em que ponto errei ou acertei. Se falei ou não para um deserto de homens e ideias, surdo ou não ao clamor das ruas.

Como “a palavra foi feita para dizer”, como quer o grande Graciliano Ramos, aqui está o que eu disse. A meu modo. Sem enfeites ou rebuços. Por vezes cruamente. Mas sempre de forma tão direta e clara quanto permitiram os sacolejos de minhas inquietudes e anseios.

Se o que foi outrora dito, e ora repetido, servir para alguma coisa, eu já me dou por plenamente satisfeito, pois a palavra cumpriu a sua missão. A de dizer.

Jesualdo Cavalcanti Barros

Prefácio

Socorro Cavalcanti

TENHO DITO foi o último dos grandes legados que Jesualdo nos deixou.

Nós, eu digo, a família, os amigos, e todos que o admiravam e ouviam sua voz. E aqui expresso, a ele Jesualdo, e a Deus, que permitiu essa dádiva, a minha mais profunda gratidão. Não poderia haver um presente mais belo.

Ele concebeu este livro no início de 2013, logo depois de assumir a prefeitura de Corrente: incluiu ali o discurso de posse, no dia primeiro de janeiro daquele ano. Desde então, não teve mais tranquilidade para escrever.

Em Corrente, onde passamos a morar desde então, começava uma gestão difícil, em que a comunidade esperava e cobrava, enquanto o sistema oprimia e dificultava. Mas ele não desanimou e fez pela sua terra quase o impossível, embora muito menos do que desejava e sonhou.

Em agosto do mesmo ano o coração parou, por dois minutos e meio, no aeroporto de Brasília. Os médicos, guiados pela mão do Senhor, o reanimaram, foram vários dias de UTI e um marca-passo implantado. Mas voltou à luta e prosseguiu no trabalho, com a mesma lucidez e garra. Em dezembro de 2015 perdemos nosso Jesualdo Filho, o grande golpe. Pela fragilidade do momento, talvez aí tenha se instalado as raízes do mal que se revelou em junho de 2017 e afinal o tirou de nós. A saúde foi ficando precária, fez cirurgia, aumentaram as limitações, mas encarava tudo com bom humor e extrema disciplina.

Em novembro de 2017 fomos novamente à Terra Santa, onde repetiu dois gestos que considerava importantes: a renovação do batismo no Rio Jordão e de nossas núpcias em Caná da Galiléia. Expressavam seu compromisso com a fé e com a companheira com quem partilhou toda uma vida e formou uma família. Era a sua essência.

Enquanto isso o livro ficou esquecido, guardado no computador do Paulo Moura, com o carinho e o respeito que só os verdadeiros amigos sabem ter. Todo pronto, diagramado e revisado pelo próprio Jesualdo naquele início de 2013.

Com tantos percalços, não cuidou mais dele!

Este livro ele dedicou à família, seu amor maior. Só faltou o netinho Augusto, que nasceu depois, e que tanto encantou seus dias!

Começa com o discurso de lançamento do Projeto Petrônio Portela, quando homenageou, com o nome, o grande político piauiense, por quem nutria grande admiração.

Lembrou momentos de sua atuação como secretário de cultura: visitou o monumento da Batalha do Jenipapo, o Museu do Couro, o Theatro 4 de Setembro, o Ano da Costa e Silva, as edições da Revista Presença, o prédio da Academia Piauiense de Letras e a velha e amada Oeiras, com seu Museu de Arte Sacra e a Casa do Cônego.

Compartilha, em seguida, as fortes emoções que experimentou como deputado constituinte. Tempos de grande efervescência e de graves decisões políticas, quando manteve viva a missão de defender o Piauí e seus interesses. Nessa fase, colheu o mais caro resultado de seu trabalho como político: a criação da Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí e a construção de sua sede, que hoje abriga o campus da UESPI em Corrente.

Segue dando conta de sua passagem pela presidência da Assembleia Legislativa do Piauí e de seu trabalho no Tribunal de Contas do Estado, onde se esmerou em aprimorar a Corte, como defensora do bom uso dos recursos públicos.

Por onde passou deixou grandes e leais amigos, cultivados com fraternal afeto. Amigos eram essenciais em sua vida!

Tomei a liberdade de incluir seu último escrito, uma mensagem aos formandos do Curso de Direito da UESPI de Corrente, em março

de 2018. Fazendo quimioterapia, não se sentiu em condições de fazer viagem tão longa. Enviou o texto, que foi lido por um amigo, durante a solenidade.

Em toda a trajetória do livro, expressa seu amor pelo Piauí e por sua Corrente, o sonho de ver criado o Estado do Gurgueia e a fé na Educação, como o maior instrumento de crescimento humano e de redenção social. Ainda, revela a grande disposição de lutar pelo que acreditava, ao tempo em que se impunha uma serenidade e uma paz que o acompanharam até o último dia.

Logo após seu falecimento, o presidente Nelson Nery me dava notícia do livro inédito de Jesualdo e do desejo de publicá-lo pela Academia Piauiense de Letras. É o que faz agora, para nosso deleite, de poder reviver seu trabalho, sonhos, projetos e, sobretudo, seu entusiasmo pela vida.

Obrigada à Academia Piauiense de Letras, pela lembrança de incluir este livro entre as suas publicações.

Jesualdo vive! Nos nossos corações e na História do Piauí!



PROJETO PETRÔNIO PORTELLA

Agora você pode tirar da gaveta aquele livro que escreveu e não tinha como publicar. O Governo Hugo Napoleão, no sentido de estimular a produção literária, criou o Projeto Petrônio Portella para editar livros que reflitam o Piauí, seu povo, sua cultura.



**PROJETO
PETRÔNIO
PORTELLA**

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PIAUÍ / ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PREFEITURA DE TERESINA / REP / CEPRA / AGESPISA
CORAB / EMATER / CIDAPI / COMEPI
COMEP / CODIFI / PIEMTUR / CEPRO / FUSEPI
CEPA / IAPEP / INTERPI / EMOPPI / LOTEPI
PROCED / RADNOTEPI / KIMO / DETRAN / DER / IFAM.

A vingança do Piauí

O deputado Hugo Napoleão¹, ao avaliar, em discurso de 19 de março de 1980, a dimensão histórica da vida e obra do homem público Petrônio Portella, sentenciou que “na aparente ausência, a morte agigantou-lhe a presença.”

Decorridos quatro anos de sua morte prematura, o homem que recomendava “não usar o incenso que embriaga, mas a verdade que retifica e esclarece”, provou que “não há eloquência maior, que toque mais e encante e convença que a do exemplo.”

Em verdade, de sua vida pública, qualquer faceta que se lhe examine, aflora, límpida, a força dominadora do exemplo, que ele, como ninguém, soube oferecer na trajetória de sua carreira política, rica de profundas inspirações e de atitudes de ousada grandeza e cristalina honradez.

“Poucos, talvez – diria o senador Helvídio Nunes – tivessem a coragem e a grandeza que ele soube esbanjar, às vezes perdulariamente.”

Tinha realmente “um destino indissociável da luta”, pois, nascido no Piauí, retrato falado e vivido do que de mais pobre a pobreza do Nordeste ostentava, forçoso era superar a si mesmo, para que, agigantando-se, a ele pudesse o seu Estado nivelar-se.

Dir-se-ia que, sem espírito de vingança, vingou o Piauí e o fez destinatário da reverência da Nação.

“Telúrico, como sua gente; universal, como homem de Estado”, testemunha o deputado Flávio Marcílio.

De fato, ninguém mais piauiense e, ao mesmo tempo, ninguém mais universal.

1 Discurso de lançamento do Projeto Petrônio Portella, no Palácio de Karnak, em 06.01.1984.

Na longa e difícil caminhada da província para o alto plano das grandes decisões nacionais, jamais abandonou o Piauí nem os piauienses. Ao contrário, transformava cada picada que abria, cada horizonte que descortinava, cada degrau que subia, numa vitória de seu Piauí, como se, por uma obstinada determinação histórica, estivesse a cumprir a missão de redimi-lo de séculos e séculos de abandono e isolamento.

É ele mesmo quem o confessa: “Quando recolho algumas vitórias não as guardo como por mim conquistadas, mas como sendo de quem, em mandatos sucessivos de confiança, me proporcionou os instrumentos, como a têmpera que arma, a fé que sustenta e a inspiração que descobre os melhores caminhos – o Piauí”.

E mais: “O homem da terra, compulsivamente, em mim grita. Sou o que a terra de mim fez e, por isso, a ela me entreguei, alheio a tudo, a gloriólas que entorpecem, às honrarias que enganam. Sinto em mim a autenticidade do piauiense que nunca olvidou os vínculos”.

Preso às raízes da terra-berço, realizou, no entanto, a síntese da universalidade, por crer nos valores do humanismo, na superioridade do espírito, na força do amor e da virtude, no primado da verdade e da justiça, no poder da fé, no valor da cultura, e os viveu num ato continuado de incondicional doação.

No dizer do senador Henrique La Rocque, “para ele, a cidadania, antes de ser um direito político, era uma disposição humanística para a vida.”

Daí a sua entrega, de corpo e alma, à tarefa, por vezes incompreendida, de busca peregrina do desarmamento dos espíritos e da comunhão nacional, para a construção de instituições justas e democráticas, a cujo desvelo, engenho e arte a consciência do País credita o êxito da abertura política.

Arquiteto da abertura, foi, segundo o general Golbery do Couto e Silva, falando pela Nação, “a mais alta expressão política do cenário nacional, nestes últimos anos.”

Mas não se limita aí a sua ação.

Numa “associação espontânea e natural entre a atividade política e a cultural”, executou, na presidência do Senado, amplo e arrojado programa editorial, que, no testemunho insuspeito do historiador

José Honório Rodrigues, “representa, em seu conjunto, uma afirmação da crença do senador Petrônio Portella no poder das ideias, no valor da cultura, da fé na inteligência do País.”

A grandeza de sua obra cultural lhe valeu a concessão da Medalha Machado de Assis, pela Academia Brasileira de Letras, em 1973.

Por sua devoção aos valores do espírito, a Academia Piauiense de Letras, embora morto, o fez imortal, numa feliz iniciativa do mestre A. Tito Filho.

Eis o homem que estamos a homenagear, com o lançamento do livro de Osvaldo Lemos e do programa editorial que leva seu nome – o Projeto Petrônio Portella.

“PETRÔNIO PORTELLA – Depoimentos à história”, cuja publicação a Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo teve a honra de patrocinar, reúne opiniões várias sobre a personalidade marcante do maior dos piauienses deste século.

O Projeto Petrônio Portella, prova do apreço que temos pela intelectualidade do Piauí e da nossa confiança na sua capacidade de pesquisar e criar, destina-se a estimular a produção literária e a editar obras de autores piauienses ou que reflitam aspectos de nossa paisagem, de nossa vida, de nossa história, de nossa cultura.

A convergência de tantos órgãos e entidades que o financiam, se dá ideia da preocupação do governo com a afirmação de nossa identidade cultural, reflete o espírito de coesão, de soma, de unidade, que Petrônio Portella soube inspirar, de forma envolvente e arrebatadora.

Para quem, como Petrônio, se identificou tão profundamente com a cultura e a intelectualidade piauiense; para quem dizia, como ele, que “as honrarias valem, quando ratificam ou consolidam vínculos profundos”, a homenagem que o Governo Hugo Napoleão ora lhe presta, tornando-o patrono de tão ousado programa cultural, é da maior eloquência e significação, por reverenciar-lhe a memória e o exemplo.

Assim, ele nos fortalece muito mais.

Muito obrigado.

Foto: Kaki Afonso



Fazer cultura no Piauí é piauiensizar

A comemoração da Batalha do Jenipapo², a 13 de março último, em Campo Maior, marca, com profunda nitidez, o sentido da vigente política cultural do Piauí.

De fato, ao reformar o Monumento do Jenipapo, nele registrando, em painéis de aço inoxidável, os atos de bravura dos que lá tombaram pela Independência do Brasil, no distante 13 de março de 1823, tenta-se fazer lembrar que uma nação se constroi com sacrifícios e, destes, a partir dos primórdios, o Piauí tem participado de forma efetiva, inclusive com a perda de muitas vidas. É uma maneira de avivar a memória, por vezes perdida; de reatar o compromisso histórico com os ideais de independência; de despertar o espírito de brasilidade e piauiensidade; de educar civicamente para a vida.

Outro não será o sentido da instalação do Museu do Couro, inaugurado no mesmo dia, compondo o complexo cívico-cultural de Campo Maior.

Foi na trilha do boi que se conquistaram os “Sertões de Dentro”, as lendárias terras do Piagohy de que nos fala Renato Castelo Branco. Tão embevecidos pela mística do boi, em torno das fazendas e dos currais, invertemos o itinerário tradicional da colonização brasileira – do litoral para o sertão – e, chegando tarde, só conseguimos “ganhar uma nesga de mar, que abre os horizontes e estimula os sonhos”, no dizer feliz de Martins Napoleão.

Fazer cultura no Piauí implica, antes de tudo, em **piauiensizar**, em identificar traços caracterizadores de nossa formação cultural, aquilo que nos distingue e individualiza.

Em ambas as ações – Jenipapo e Museu – como se vê, emerge a preocupação com as nossas raízes, com o essencial, com o perma-

2 Editorial da revista **Presença** nº 10 – janeiro/março de 1984.

nente. Se, na primeira, busca-se afirmar nossa fidelidade às lições de civismo do 13 de Março, na segunda, procura-se divisar nossa identidade cultural, e esta tem bases fincadas, e bem fincadas, naquilo que se nominou, apropriadamente, de “civilização do couro”.

Em tudo, viva é a presença altaneira do vaqueiro, vaqueiro que, também no Jenipapo, derramou seu sangue na campina ressequida, no capim seco dos **campos maiores** do Piauí.





Os monumentos dispensam endereços

Para Rui Barbosa³, “não é possível estar dentro da civilização e fora da arte”. Assim pensando, não se pode falar em arte sem incluir sua forma mais dinâmica, mais calorosa, mais interativa – o teatro.

Desse entender nasceu esta Instituição.

E foi no distante 4 de setembro de 1889.

³ Mensagem gravada em placa de aço e afixada no hall de entrada do Theatro 4 de Setembro, em 04.09.1984.

Naquele dia, uma comissão representativa de senhoras da sociedade local pede ao presidente da Província, Teófilo Fernandes dos Santos, a construção de um teatro à altura dos ideais de grandeza da cidade que Saraiva iniciara no entre-rios da Chapada do Corisco, em 1852. Daí o nome 4 de Setembro.

Colocada a pedra fundamental em 21 de setembro de 1889, sua inauguração se daria em 21 de abril de 1894, já no governo de Coriolano de Carvalho e Silva.

Lá se vão 95 anos da decisão de construí-lo, 90 de funcionamento.

Antes, Praça Aquidabã, sem número. Hoje, Praça Pedro II, ainda sem número. Não importa: os monumentos dispensam endereços.

Formoso como a cidade que enriquece, a cada dia, com seu fecundo labor, o Theatro 4 de Setembro testemunha a perenidade de nossa luta pela arte e a determinação de perpetuá-lo como símbolo vivo de nossa crença nos valores da cultura.

Teresina, 4 de setembro de 1984.

Jesualdo Cavalcanti Barros

Secretário de Cultura, Desportos e Turismo

Permanente lição de amor ao Piauí

Embora transcorra⁴ somente a 23 de novembro de 1985* o centenário de nascimento do poeta Antônio Francisco da Costa e Silva, tem a sua comemoração agora iniciada em nosso Piauí com esta solenidade, sem dúvida enriquecida da palestra do diplomata, ensaísta e crítico literário José Guilherme Merquior, uma das maiores expressões da cultura nacional, também membro da Academia Brasileira de Letras.

Apoiado por várias instituições culturais, sugere o Governo Hugo Napoleão, com o **Ano Da Costa e Silva**, uma ampla discussão, avaliação e divulgação da obra de nosso poeta maior, de modo a torná-la mais conhecida dentro e fora das fronteiras provinciais.

Para isso, constituiu, já em fevereiro deste ano, a respectiva Comissão Organizadora sob a presidência executiva do secretário que lhes fala e integrada pelos seguintes membros: embaixador Alberto da Costa e Silva (filho do poeta e presidente de honra da Comissão); Átila Freitas Lira (secretário de Educação), Arimathéa Tito Filho (presidente da Academia Piauiense de Letras), jornalista João Emílio Falcão Costa, acadêmico Manoel Paulo Nunes, escritor Álvaro Pacheco, jornalista Pompílio Santos, jornalista Wilson Fernando do Rego, acadêmico Benjamin do Rego Monteiro Neto, prefeito Francisco Câmara (de Amarante) e Ricardo Costa Pinto, este representando a Secretaria da Cultura do MEC.

Por recente lei estadual, foi instituída a **Medalha do Mérito Cultural Da Costa e Silva**, a ser outorgada a pessoas físicas ou jurídicas que tenham prestado relevantes serviços ao Piauí nas letras, artes e ciências.

Ontem, o Congresso Nacional realizou sessões especiais em homenagem ao poeta, sendo oradores Helvídio Nunes e Nelson Carneiro no Senado, e os deputados Celso Barros e Wall Ferraz, na Câmara.

4 Discurso de abertura do Ano Da Costa e Silva, no Theatro 4 de Setembro, em 23.11.1984.



Amanhã, no Auditório Herbert Parentes Fortes, o embaixador Al-berto da Costa e Silva proferirá palestra às 9:00 horas e, à noite, na Praça-Monumento Da Costa e Silva, haverá apresentações artísticas calcadas na obra do poeta. No domingo, às 9:00 horas, ainda no Audi-tório Herbert Parentes Fortes, realizaremos debates sobre o papel das instituições culturais do Piauí na divulgação da obra de Da Costa e Silva. E à noite, na cidade de Amarante, finalizaremos a programação de abertura conhecendo a arte e o folclore da terra do poeta.

Vale registrar que a próxima edição da revista **Presença** será dedicada exclusivamente a Da Costa e Silva.

Com a abertura do **Ano Da Costa e Silva** espera-se que a sociedade piauiense participe efetivamente dos eventos alusivos ao centenário cujo encerramento se dará a 23.11.1985.

Para justificar a instituição do Ano que ora se inicia, não direi apenas que Da Costa e Silva é o maior poeta do Piauí de todos os tempos. Como piauiense, e piauiense preocupado com a afirmação de nossa identidade cultural, e assim em busca permanente de valo-res que a caracterizem e enriqueçam, prefiro vê-lo também como o mais piauiense de nossos poetas! Em verdade, ninguém como ele se identificou tão profundamente com a sua terra e soube cantá-la em versos de rara beleza e sensibilidade, e isto sem comprometer a uni-versalidade de sua mensagem poética.

Sob esse aspecto, estas comemorações, perdoem-me a franqueza, assumem um caráter político, traduzido no desejo do Piauí de nivelar-se à grandeza espiritual de seu poeta maior.

Se os poetas nos relevam, como ensina Carlyle, o que devemos amar, a obra de Da Costa e Silva é, sem dúvida, uma permanente e incontida lição de amor ao Piauí.

Muito obrigado.

OPÇÃO DE FOTO

Projeto de cultura, projeto de vida

Quando se reúne⁵ parcela tão qualitativa da intelectualidade piauiense, dir-se-ia ser o momento apropriado para uma prestação de contas da ação governamental no tocante à valorização de nossa cultura, em seus múltiplos aspectos.

Ouso supor, no entanto, que esta espontânea manifestação do fórum mais alto de nossa cultura, que é a Academia Piauiense de Letras, concedendo-me o honroso **Diploma do Mérito Cultural Lucídio Freitas**, exterioriza um reconhecimento e assim me dispensa de relatar as ações indicadoras de nossa participação no processo cultural do Piauí, nos últimos 20 meses.

Ao instituir a honraria, quiseram os judiciosos integrantes de nosso sodalício, à frente a figura culta e dinâmica do mestre A. Tito Filho, que sua concessão se faça a quem tenha prestado efetivos serviços à cultura.

Diz a crônica acadêmica que somente a 10 personalidades foi ela concedida, até o momento.

Embora me sinta sobremodo orgulhoso de juntar-me a tão ilustre galeria, manda-me a consciência que, sendo o nosso fazer cultural uma ação essencialmente coletiva e convergente, eu a compartilhe com seus inúmeros artífices, destacando-se o governador Hugo Napoleão e os servidores dos órgãos da Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, sem cujo apoio, é bem de ver, certamente não haveria motivo para esta celebração.

Sendo plural a sementeira, plural também deve ser o agradecimento. E o faço aos senhores acadêmicos em nome de uma equipe cujo mérito maior tem sido o de, a exemplo de Cristo, multiplicar os pães, suprimindo a já conhecida falta de recursos materiais com uma generosa doação ao trabalho e uma permanente exercitação da criatividade.

⁵ Pronunciamento no Centro de Convenções de Teresina, em 05.01.1985, ao receber o Diploma do Mérito Cultural Lucídio Freitas, da Academia Piauiense de Letras.

O projeto de trabalho que nos une e o ato que aqui nos reúne conjugam-se para dar o sentido exato dos versos de Fernando Pessoa:

*“Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.”*

Quero acreditar que um projeto de cultura há de ser, sempre, um projeto de vida. De vida em sociedade, onde o homem é, ao mesmo tempo, agente e destinatário dos bens culturais.

Numa sociedade de homens livres, todo projeto cultural deve visar, acima de tudo, à preservação dos valores que dignificam a vida, em cujo contexto sobrepaira a liberdade. A ausência de liberdade estiola o pensamento criador, deixando a cultura de ser processo – ato de ir – para se converter em recesso – ato de parar.

Daí entender que o grande projeto cultural que nos aguarda, e a exigir nossa total adesão, não se prende à mera promoção de eventos, mas à necessidade inadiável de formação do novo homem piauiense, confiante em si e nas potencialidades do Piauí. Não um enjeitado da Nação, mas um reivindicante consciente de que a epopeia do Jenipapo, ao fazê-lo mártir da unidade nacional, fê-lo também credor das bonanças do País. Que reconheça firmemente que o atraso econômico e social, em vez de nos envergonhar, deve constituir-se em desafio a ser vencido com trabalho, talento e inteligência.

Enfim, um novo homem para o Piauí novo e cheio de esperanças e aspirações, que tenha compromisso com a vida e, assim, possa assimilar a conclamação de Carlos Drummond de Andrade:

*“Vamos, não chores...
A infância está perdida,
A mocidade está perdida,
Mas a vida não se perdeu.
A injustiça não se resolve,
À sombra do mundo errado.
Murmuraste um protesto tímido,
Mas virão outros.”*

Muito obrigado.

O velho é testemunho e lição de vida

Impossibilitado de estar⁶, aqui e agora, pelo compromisso anteriormente assumido de marcar presença no lançamento do Partido da Frente Liberal, hoje em Brasília, manda-me o governador Hugo Napoleão que o represente e lhes diga de sua grande satisfação pela outorga da **Medalha do Mérito Visconde da Parnaíba** e de sua disposição em vir, quando da próxima inauguração da Pousada do Cônego, para recebê-la e agradecer pessoalmente a distinção honrosa do Instituto Histórico de Oeiras.

É com entusiasmo que registro a realização, pela Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, da I Jornada Cultural de Oeiras, hoje iniciada, com o apoio deste Instituto Histórico, da Secretaria de Estado da Educação, da Paróquia de Nossa Senhora da Vitória, da Prefeitura Municipal e da Rádio Primeira Capital.

Gratifica-me assistir a esta sessão cívica quando se comemora o transcurso do 13º aniversário de fundação deste Instituto Histórico e do 162º aniversário do gesto heróico de seu patrono – o brigadeiro Manuel de Sousa Martins – ao aplicar, com a adesão do Piauí oficial à causa da Independência, o golpe decisivo no sonho português de perpetuar seu mando nestes “Sertões de Dentro”.

Alegra-me comparecer à posse da nova diretoria do Instituto Histórico de Oeiras, à frente, mais uma vez, este incansável batalhador Pedro Ferrer Mendes de Freitas e saber que esta entidade continua viva, dinâmica, atuante, tanto quanto o desejaram os que a fundaram há 13 anos.

Honra-me receber desta instituição a **Medalha do Mérito Visconde da Parnaíba**, ao lado de Herculano Moraes e de João Alberto Monteiro, este representado pela Zila, ambos submissos, tanto quanto eu, aos encantos e ao bem-querer desta cidade-relicário do Piauí de tantas lutas e tradições.

6 Pronunciamento no Instituto Histórico de Oeiras, em 24.01.1985, ao receber a Medalha do Mérito Visconde da Parnaíba.

Enfim, rejubilo-me em participar desta noite tão oeirense, pois toda feita de emoção, cultura e civismo, e ouvir palavras de Dagoberto Carvalho Júnior, Pedro Ferrer Mendes de Freitas, João Alberto Monteiro e Arimathéa Tito Filho, e neles sentir uma continuada doação aos valores do espírito.

Agradeço esta manifestação em nome dos homenageados desta noite. E ao agradecer, em nome também de nossa equipe, este gesto generoso de reconhecimento à obra que estamos a realizar em favor desta cidade, sintetizada na instalação do Museu de Arte Sacra e na restauração da Casa do Cônego, desejo reafirmar nosso compromisso, espontaneamente assumido, de continuar lutando pela preservação de seu patrimônio artístico e histórico, como forma de vitalizar as raízes de nossa formação cultural.

Ao fazê-lo, nunca é demais lembrar que o bem cultural, por ser patrimônio da sociedade, deve ser socialmente assumido e defendido.

Urge que se forme a consciência de que o velho é testemunho e lição de vida e, como tal, deve ser preservado pelas sociedades que não se envergonham de seu passado.

Folgo em constatar, justamente num Estado que teima em perder sua memória, que a cidade de Oeiras, repositório de bens culturais que identificam e engrandecem o Piauí, não se envergonha de ser velha e convive, harmoniosamente, com os seus fantasmas. Mas não posso deixar passar esta oportunidade sem juntar a minha voz ao brado dos que clamam, urgentemente, pela restauração e proteção do riacho da Mocha, companheiro inseparável do nascer e crescer desta cidade e símbolo vivo de sua história. *“O Mocha sente, o Mocha sofre, chora e se maldiz”* no testemunho insuspeito de Possidônio Queiroz, à espera, ao longo dos séculos, de um basta na ação depredatória dos homens sem gratidão.

Deixá-lo morrer, por ação ou omissão, seria matar o traço mais nítido da geografia sentimental de Oeiras e negar a esta cidade que, na visão poética de Dagoberto Carvalho Júnior, *“parece aos nossos olhos quase morrendo, a vontade de viver ontem de novo.”*

Muito obrigado.

Quem serve melhor a seu partido

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**⁷ (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, em que pese o ceticismo de alguns, prefiro acreditar no êxito desta Constituinte. Temo que o povo brasileiro, submetido a uma crise econômica sem precedentes, não suporte, passivamente, a frustração decorrente de nosso eventual fracasso.

Creio não ser esta a Constituinte de nossos sonhos. Contudo, sendo a política a arte do possível, forçoso é reconhecer que esta é aquela que a nossa realidade política foi capaz de permitir nesta fase de transição.

Longos e tortuosos foram os caminhos que nos conduziram até aqui.

Não podemos desconhecer, no entanto, que o fato de haver sido convocada, por si só, é um passo significativo no desmonte daquilo que se convencionou denominar de “entulho autoritário”.

Direcioná-la agora, dar-lhe conteúdo popular e transformador, torná-la instrumento de profundas mudanças econômicas, políticas e sociais, eis o desafio que nos impõe o momento histórico que estamos a viver. Desafio que há de estimular a imaginação criadora de todas as forças comprometidas com o projeto democrático de vida e com os reais interesses do povo brasileiro, independentemente dos partidos que as abriguem, eventualmente.

Ouso afirmar que, se em muitos pontos a sociedade brasileira se divide, num é inquestionável a unanimidade: a ordem jurídica que temos não mais comporta nem contém as aspirações do novo Brasil que está emergindo das fábricas, dos campos, dos sindicatos, das universidades, da imprensa, das igrejas. E também do Nordeste, revoltado, não pela maldição da seca, mas pela falta de vontade política de enfrentá-la eficazmente.

⁷ Pronunciamento de estreia na Assembleia Nacional Constituinte, em 17.02.1887.

O espírito desse povo, que aflora com tanta força, sabe o que quer. E o que não quer. E se manifesta claramente, tanto através dos debates, greves e protestos públicos, como através do voto, no silêncio das cabines eleitorais, seja escolhendo seus dirigentes e representantes, seja votando em branco.

Nesta Casa, estou certo, também sabemos o que queremos e o que não queremos.

Começo por dizer que não queremos parar nem retroceder e, assim, queremos uma sociedade justa, pacífica, pluralista, democrática e progressista. Para construí-la, lutaremos por uma Constituição que sintetize e instrumentalize esses anseios.

Para ser convergente e duradoura, a nova Constituição há de resultar de ampla e exaustiva discussão, a fim de que não se converta em estuário de ambições pessoais ou interesses transitórios de partidos. Repelimos, pois, o monólogo, o açodamento e as pressões ilegítimas. Afinal, foi-se o tempo dos generais em que, para elaborar uma Constituição, bastavam uma máquina de escrever, um datilógrafo, um tecnocrata e o silêncio dos bastidores.

Se nas monarquias o rei é soberano, nas democracias soberano é o povo. Soberania não se discute; soberania se pratica, se exercita.

Pois bem, é pela vontade do povo e em seu nome que aqui nos reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, visando a elaborar uma nova Constituição para o Brasil. E é com plena consciência de nossas responsabilidades que vamos cumprir esta missão histórica. E cumpri-la livre e soberanamente, sem o que nossa investidura perderá toda legitimidade.

Pertencendo aos quadros do Partido da Frente Liberal do Piauí, confesso que tenho especial respeito pelos partidos políticos. Contudo, não sou o primeiro a afirmar nem serei o último a reconhecer que “quem serve melhor a seu partido é quem serve melhor a seu País”.

Muito obrigado.

A seca do Nordeste tem a idade do Brasil

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**⁸ (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, eu gostaria, sinceramente, que minha intervenção nesta hora, após dias passados no meu Piauí, exprimisse outro estado de espírito que não o da indignação, da justa indignação. Isto porque o Nordeste, já premido pelo desemprego e pelo subemprego crônicos, agora se vê a braços com o agravamento desse quadro aflitivo e desesperador, por força da elevação dos juros e do racionamento de energia elétrica.

Creio não haver atividade honesta, aqui ou em qualquer outra parte do mundo, que possa suportar os escorchantes juros, atualmente praticados no mercado financeiro. Principalmente numa economia frágil e assim pouco competitiva, como a nordestina, periodicamente castigada por secas que teimam em aniquilar o trabalho, a garra e a pertinácia de sua gente.

De outro lado, tenho para mim que o corte médio de 15% no consumo de eletricidade, suscetível de elevar-se a 30% em maio próximo, significa a pior seca que se abateu sobre o Nordeste nos últimos anos, pois reduz, consideravelmente, a capacidade produtiva de seu pequeno parque industrial e estrangula seu incipiente programa de irrigação.

Há anos, fala-se na possibilidade de racionamento. Nada foi feito, no entanto, para evitá-lo ou mesmo para atenuar-lhe os efeitos. A construção da usina de Itaparica se arrasta a passos de cágado. O contrato para início das obras da usina de Xingó somente foi assinado no último dia 9. A duplicação da linha de transmissão que interliga os sistemas de Tucuruí e da CHESF ficou para as calendas gregas. Por fim, a reativação de termoeletricas paralisadas no Maranhão, em Pernambuco e na Bahia, com o que se reduziria para apenas 5% a dimensão do corte, ainda aguarda a palavra final da burocracia, sempre lerda e insensível.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, a seca do Nordeste tem a idade do Brasil. Custa crer que esta Nação, ao longo de seus 487 anos,

⁸ Pronunciamento na Assembleia Nacional Constituinte, em 20.03.1987.

ainda não tenha tido tempo nem disposição para vencê-la. Enquanto isso, em Israel, o deserto se transforma em pomar, graças ao engenho e à arte do homem, em sua obstinada luta para domar a natureza adversa.

É de Tancredo Neves a afirmativa de que “só haverá Nova República quando tivermos um novo Nordeste”. Pois bem, é chegada a hora, nesta Assembleia Nacional Constituinte, começando por fixar um percentual mínimo da receita federal para aplicação na região, a exemplo do verificado nas Constituições de 1934 e 1946.

O Nordeste quer crescer com o Brasil. Assim, repele programas meramente assistencialistas, medidas paliativas não raro responsáveis pela manutenção do clientelismo político, do voto de cabresto, do feudalismo no campo e de outras formas abjetas de manipulação e garroteamento da vontade e da liberdade do homem.

À falácia da prioridade social contrapomos a prioridade econômica, consistente na busca da integração definitiva do Nordeste ao processo de desenvolvimento nacional pela adoção, sem delongas, de políticas orientadas para o pleno aproveitamento e valorização de suas potencialidades. Queremos soluções estruturais, permanentes, duradouras, capazes de assimilar inovações tecnológicas e sepultar de vez os processos primitivos de produção lá ainda vigentes.

É o mínimo que pode almejar uma região hoje autossuficiente na produção de petróleo e de álcool, detentora de riquezas minerais incalculáveis. É o mínimo a que faz jus um povo que, ostentando uma média de vida de 51 anos contra os 72 anos dos compatriotas do Sul do País, já nasce com a idade de 21 anos e, o que é pior, devendo 800 dólares a título de dívida externa. Dívida que ele não contraiu, mas que é chamado a pagar, inapelavelmente.

Dir-se-á que o Nordeste já é beneficiado pela política de incentivos fiscais. Ora, para retratar a timidez dessa medida, basta esclarecer que os investimentos por ela proporcionados, no curso de 20 anos, equivalem a 10% do valor investido na Açominas.

Daí repudiarmos o AI-5 do racionamento, eis que fruto do des-caso com que são tratados os problemas nordestinos e baixado sem consulta às lideranças sociais, políticas e empresariais da região.

Muito obrigado.

Quem está no poder tem o dever de governar

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**⁹ (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, em documento intitulado “Compromisso com a Nação”, firmado em 7 de agosto de 1984, os Srs. Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Aureliano Chaves e Marco Maciel, em nome do PMDB e da Frente Liberal, constituíram a Aliança Democrática. Perante a Nação, PMDB e Frente Liberal assumiram, livremente, o compromisso de eleger Tancredo Neves e José Sarney e promover inadiáveis e profundas mudanças nos campos político-institucional, econômico, social e administrativo.

Estabeleceram que o programa governamental seria conjuntamente elaborado pelos dois partidos, “orientando-se pelos princípios constantes do “Compromisso com a Nação”. E prometeram, também, convocar esta Constituinte, livre e soberana, para elaborar a Constituição da Nova República.

Neste gesto de grandeza, à altura dos maiores de nossa História, interpretaram esses eminentes homens públicos, de forma inequívoca, os anseios incontidos da sociedade brasileira. Naquele momento, não bastava o desejo de sepultar o autoritarismo e suas mazelas. Para fazê-lo, tornava-se indispensável reunir, numa ação conjunta, e acima de divergências partidárias, quase sempre paroquiais, as forças dispostas a vencer esse quadro negro de nosso tempo. E assim foi feito, em nome dos superiores interesses da Nação.

Para nós, naqueles dias de incerteza, a Aliança Democrática, mais do que um renascer de esperanças, uma luz no fundo do túnel, era o instrumento, a alavanca capaz de operar as transformações exigidas pelo nosso povo. Não foi sem razão que o Piauí tornou-se o primeiro Estado a eleger seus delegados ao Colégio Eleitoral, todos comprometidos com os postulados da Aliança.

⁹ Pronunciamento na Assembleia Nacional Constituinte, em 03.04.1987.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, o povo brasileiro, em pleito livre e democrático, mandou para cá 438 constituintes do PMDB e do PFL, dentre os 559 com assento nesta Casa. Já se vê que a Nação, confiante, cumpriu a sua parte.

Tancredo morreu, mas nós estamos aqui para honrar os compromissos da Aliança Democrática. E só o faremos, por inteiro, redigindo uma Constituição e executando um programa de governo que consubstanciem esses compromissos. O PMDB e o PFL não podem frustrar a Nação. Não têm o direito de enganar o povo brasileiro, de ludibriar sua boa fé, de matar suas esperanças.

Nada de bifrontismo, de dubiedade, de vacilação, pois. Nenhum segmento democrático ganhará com a exacerbação desta crise. Não tenhamos dúvidas: um governo internamente fraco também o será externamente. E governo fraco não negocia em posição de força com seus credores externos. Quem governa administra conflitos. Quem está no poder tem o dever de governar. É inquestionável que o PMDB e o PFL estão no poder. E para que possam continuar a merecer o respeito do povo brasileiro, urge que procurem, através do diálogo, atenuar suas divergências e buscar, sem perda das respectivas identidades, formas construtivas de convivência e ação comum.

A negociação é própria da atividade política nas democracias. Ninguém se avilta negociando com dignidade. A negociação democrática induz tolerância. Por vezes, humildade. Veemência não se confunde com arrogância. Nem coerência com intolerância.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, acompanhando, sem paixão, a movimentação dos partidos nesta Casa, o artificialismo dos conflitos, impasses e tensões que alimentam e os confrontando com o assustador quadro da hora presente – greves, desemprego, fome, violência urbana, racionamento de energia no Nordeste, dívida externa, juros exorbitantes, analfabetismo, mortalidade infantil – impõe-nos a consciência reconhecer que o momento é sumamente grave e exige de todos nós firmes atitudes de grandeza.

Só assim provaremos à Nação que estamos à altura de sua confiança.

Muito obrigado.

Vale do Parnaíba: Não ter o que comer na terra de Canaã

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**¹⁰ (PFL - PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é de Gilberto Freire a afirmativa segundo a qual “no Nordeste, nada é mais importante no estudo do homem do que as suas relações com a água”. Em verdade, a água está no centro da problemática nordestina, seja pela escassez, seja pela má distribuição, seja pelo mau uso.

Partindo deste enfoque, apresentei a esta Assembleia Nacional Constituinte a proposta no sentido de que cabe ao Governo da União elaborar e executar, através de órgão próprio a ser criado, o programa de desenvolvimento integrado do vale do Parnaíba, nele aplicando, a partir do exercício de 1988, recursos não inferiores a um por cento de sua receita tributária.

À guisa de justificativa, diria que o rio Parnaíba é a espinha dorsal comum do Piauí e do Maranhão. Nasce na Chapada das Mangabeiras, na confluência dos Estados de Goiás,¹¹ Bahia, Maranhão e Piauí. Separando, em toda a sua extensão, esses dois últimos, percorre 1.485 km, dos quais nada menos de 1.173 são considerados navegáveis, dependendo da construção de eclusas na barragem de Boa Esperança.

Trata-se do segundo maior rio do Nordeste, depois do São Francisco. Nele foi construída a hidrelétrica de Boa Esperança, formando um lago de 384 km², responsável pelo abastecimento energético da região. Seu curso banha 20 municípios do Piauí e 22 do Maranhão.

Tem uma bacia hidrográfica de 342.988 km², distribuída pelos territórios do Piauí, Maranhão e Ceará. Depois das bacias do Amazonas, Paraná e São Francisco, é a quarta bacia isolada brasileira,

10 Pronunciamento na Assembleia Nacional Constituinte, em 24.04.1987

11 Hoje, Estado do Tocantins.

inferior às superfícies de apenas sete Estados (Amazonas, Pará, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso do Sul).

Seu delta, constituído de 70 ilhas, deslumbra o visitante pela beleza da paisagem, sendo considerado um dos mais promissores pontos de atração turística do País.

Vale acrescentar, por outro lado, que o desmatamento indiscriminado das nascentes do rio, provocando a devastação dos mananciais que o alimentam e o assoreamento de seu leito, vem despertando viva preocupação dos estudiosos e das autoridades públicas.

Esses indicadores evidenciam a importância do rio Parnaíba e as imensas potencialidades de seu vale, em contraste com o atraso que o cerca, onde vivem em torno de seis milhões de brasileiros, portadores dos mais expressivos índices de pobreza do Nordeste.

O quadro de abandono desse vale, por si só revoltante numa região de tudo carente, impõe o estudo, definição e execução de políticas voltadas para o pleno aproveitamento dessas potencialidades no campo da irrigação, piscicultura, navegação, eletrificação rural, turismo e exploração do babaçu e da carnaúba, a par da assistência técnica e creditícia, educação, saúde e proteção do meio ambiente. Políticas que, por envolverem os dois Estados, inquestionavelmente pobres, hão de competir ao Governo Federal, relapso devedor do compromisso, tantas vezes assumido, de combater os desníveis regionais e intra-regionais.

A exemplo de José Américo de Almeida, chamo a consciência da Nação para o terrível paradoxo de “não ter o que comer na terra de Canaã”. Daí a razão da proposta, que visa, através da elaboração e execução do programa de desenvolvimento integrado do vale do Parnaíba, a cargo do Governo Federal, a combater a pobreza e criar um novo polo, estabelecendo reais condições de crescimento harmônico do Nordeste.

Muito obrigado.

O círculo vicioso de dar sempre mais a quem já tem

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**¹² (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a respeito da projetada instalação de uma refinaria de petróleo no Nordeste, registro, com entusiasmo, apelo formulado pela Câmara Municipal de Teresina, a requerimento do vereador Carlos Lobo, para que essa nova unidade da Petrobrás seja localizada em Luís Correia, no litoral do Piauí, “levando-se em alta conta a posição privilegiada daquele porto, ponto intermediário entre as maiores reservas e campos de produção petrolífera da região Norte/Nordeste”. Essa decisão, uma vez adotada pelo Presidente Sarney, “seria uma forma de o Governo Federal resgatar o seu débito para com o Piauí, no que diz ao assentamento de indústrias”.

Em verdade, o Piauí tem sido o filho enjeitado deste País. Sempre foi, para revolta nossa, o grande marginalizado na definição de programas e projetos governamentais, pois só se lhe têm reservado as sobras. É fácil constatar: trata-se do único Estado nordestino não contemplado com qualquer programa especial ou polo de desenvolvimento incentivado com recursos federais, apesar de suas reconhecidas potencialidades – terras férteis, o maior lençol freático do Nordeste, o rio Parnaíba, o babaçu, a carnaúba etc.

Imagino o que dirão os tecnocratas: o Piauí não oferece condições técnicas para a localização da refinaria. E, assim, dando-se sempre mais a quem já tem e não se fazendo agora porque não se fez antes, concentram-se os empreendimentos do governo e da iniciativa privada e se alimenta o terrível círculo da pobreza.

Sempre tem sido assim.

Lembro-me bem da luta pela construção da hidrelétrica de Boa Esperança, no rio Parnaíba, quando o povo piauiense se mobilizou para dobrar a insensibilidade dos tecnocratas. Argumentavam eles, à frente o todo-poderoso Celso Furtado, que a obra seria um desperdício.

¹² Pronunciamento na Câmara dos Deputados, em 05.05.1987.

cio de dinheiro, pois o Piauí e o Maranhão não tinham condições de consumir a energia produzida pela usina.

Pois bem, a hidrelétrica está em pleno funcionamento e, no entanto, o Nordeste, hoje submetido a cruel racionamento de energia, grita contra o desemprego provocado pela redução de suas atividades produtivas. Se o Presidente Castello Branco tivesse dado ouvidos aos tecnocratas, não teríamos Boa Esperança e o racionamento seria ainda maior.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este País, para democratizar-se, precisa desconcentrar em todos os aspectos: políticos, econômicos, sociais e, acima de tudo, inter e intra-regionais.

A ninguém é dado desconhecer que, se Nordeste é sinônimo de atraso, há vários nordestes dentro do Nordeste. E o Piauí é um deles, não por culpa do homem ou da natureza, mas da política concentradora até aqui executada pelo Governo Federal, que privilegia os grandes Estados, nordestinos ou não. Isto explica muito bem por que o vitorioso João Alves Filho, do pequenino Sergipe, perdeu o Ministério do Interior para o derrotado PFL do portentoso Pernambuco.

Se levarmos em conta que o PMDB de São Paulo acaba de impedir a nomeação do cearense Tasso Jereissati, embora peemedebista, para o Ministério da Fazenda, temos de convir que o modelo concentrador, escorado no autoritarismo, não tem fronteiras: invade também os partidos, de forma injusta, atrevida e arrogante.

Repugna-nos a condição de brasileiros de segunda classe. É preciso que o Governo Federal ajude todos nós, brasileiros do Piauí e de São Paulo, a nos orgulharmos do Brasil.

Daí querermos a refinaria no Piauí. Como queremos, também, que o Governo Federal elabore e execute o programa de desenvolvimento integrado do vale do Parnaíba, a cargo de órgão próprio a ser criado, nele aplicando um por cento da receita tributária da União, a partir do exercício financeiro de 1988, conforme proposta que apresentei à Assembleia Nacional Constituinte.

É o mínimo que pode exigir um povo secularmente excluído do direito de progredir.

Muito obrigado.

Não é o sistema de governo que faz a sociedade

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**¹³ (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, há momentos na vida da Nação que, sinalizados por encruzilhadas, desafiam – além do patriotismo – a argúcia, a ousadia e a competência de suas lideranças. São momentos de grandes decisões, das decisões históricas. Decisões que podem robustecer ou amesquinhar as aspirações de grandeza de um povo. Tivemo-los muitos em nossa História: a Independência de 1822, a Abolição de 1888, a República de 1889, a Revolução de 1930, a Redemocratização de 1946.

Esses momentos são marcantes na vida nacional justamente porque significaram a virada, a mudança profunda, a inauguração do moderno, nos quais o Estado se tornou contemporâneo da Nação e, assim, acorde com seus sentimentos mais vigorosos.

Diria, sem temor de cometer equívocos, que vivemos a contingência da encruzilhada. A Nação, submetida ao arbítrio por mais de 20 anos, clama por mudanças, após haver criado, através de grandiosas manifestações em praça pública, a atmosfera favorável à vitória da Aliança Democrática, com a eleição de Tancredo Neves e José Sarney.

Para democratizar o Estado e submetê-lo ao sopro libertário dos novos tempos, mandou para esta Constituinte, em esmagadora maioria, os candidatos que repeliram o regime militar, em nome, justamente, da necessidade e urgência dessas mudanças.

Não há negar, a Nação fez a sua parte. E espera, impaciente, que façamos a nossa.

Estamos, portanto, na antessala dos grandes momentos, no vestibular das decisões históricas. Isto pela magnitude das questões que nos propusemos decidir, pela gravidade da conjuntura que atravessamos e pelas expectativas que esta Constituinte gerou.

13 Pronunciamento na Assembleia Nacional Constituinte, em 23.08.1987.

Mas é preciso que não nos deixemos levar por atitudes meramente demagógicas e emocionais, confundindo soluções verdadeiras com os equívocos do artificialismo. Afinal, este País tem história, tem identidade, tem tradições. Não se constrói o presente nem se viabiliza o futuro simplesmente destruindo o passado.

Passado é experiência de vida e, como tal, deve sinalizar os avanços que pretendemos alcançar no campo político, econômico e social. Só considero avanço aquele que aperfeiçoa, que melhora padrões de comportamento e eleva a qualidade das relações que se processam na vida da sociedade. Por isso, não consigo ver no parlamentarismo a solução definitiva, permanente, para o caos político que nos afoga. No quadro atual, soa como mais um casuísmo, como solução aparente para camuflar o mal verdadeiro: o descrédito, isto é, a falta de credibilidade dos políticos deste País. Para ser exato, a falta de confiança do povo na ação de seus homens públicos, não interessando a qual poder porventura pertençam. E esse descrédito cresce à medida que se ampliam os canais de acesso à informação, que a sociedade toma consciência de seus direitos e que se fortalecem os meios de vigilância e atuação das instituições civis.

Em verdade, este é um fato novo, promissor, na vida recente de nosso País: o surgimento, com toda força, do poder da sociedade civil e suas entidades representativas, sem compromissos incondicionais com qualquer dos três poderes tradicionais do Estado e dispostas a fazer valer os direitos da cidadania. Descrente dos partidos e cansado de sua omissão, o povo formou o seu próprio partido – o Partido do Cidadão.

Ao cidadão, creio eu, não deve interessar a interminável polêmica sobre o parlamentarismo e o presidencialismo, inclusive porque sabe que não é o sistema de governo que faz a sociedade. A ele, isto sim, deve interessar é a instituição de mecanismos ágeis, prontos, eficazes, que ponham fim ao absolutismo, à inércia, à ganância e ao esbanjamento do Estado e que o coloquem a serviço e sob o controle da sociedade, que o criou e mantém, não para algoz, mas como meio de alcançar o bem-estar.

Entendo ser este o ponto fundamental das mudanças que nos cabe empreender no campo político-institucional: dar conteúdo prático à maior, à mais singela criação da ciência política, em todos os tempos, que é a clássica divisão dos poderes do Estado. Torná-la efe-

tiva implica introduzir, no texto constitucional, freios e contrapesos que, sem prejuízo da celeridade nas decisões, estabeleçam o real equilíbrio, harmonia e independência entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, de modo que cada um possa cumprir o seu papel dentro do sistema, sem superposições ou hipertrofias.

Na dinâmica da sociedade moderna, marcada pela velocidade das transformações, não há lugar para o Estado amorfo, indolente, insensível, lerdo. As novas realidades que o progresso científico e tecnológico está a detonar, a todo momento, em mutações rápidas e sucessivas, exigem que o Executivo repila os escaninhos da burocracia cartorial; que o Legislativo não se perca nas contradições de interesses partidários ilegítimos; e que o Judiciário não continue tão cego a ponto de jamais acertar o endereço dos criminosos de alto coturno, os chamados “colarinhos brancos”.

No caso particular do Legislativo, ao qual me vinculo pelo exercício dos mandatos de vereador, deputado estadual e agora de deputado federal, não posso deixar de lamentar sua evidente falta de compromissos com a eficiência. Aqui, também, anda-se muito devagar. Do contrário, como explicar à opinião pública que estejamos, agora, passados mais de dois anos, a tomar conhecimento oficial, pela leitura em plenário, de decretos-leis para cá enviados ainda pelo Presidente Figueiredo? Critica-se a postura homologatória a que ficou reduzido o Congresso Nacional no regime de 64. Pelo visto, Senhoras e Senhores, não temos demonstrado aptidão nem para homologar.

Daí não me comover a pretendida substituição da ditadura do Executivo pela ditadura do Legislativo ou do Judiciário, pois a atuação desses poderes, guardado o grau de sua interferência na condução dos negócios do Estado e da sociedade, padece de igual descompasso com os anseios de nossa gente e, por isso, dela recebe as mesmas restrições.

Que permaneça, então, o presidencialismo, seguindo a nossa tradição de menos de século, mas que o mantenhamos sem os poderes ditatoriais que o arbítrio ampliou desmesuradamente.

Tenho a convicção de que a experiência ainda não se esgotou, inclusive porque, para indicar-lhe os caminhos e fiscalizar-lhe os passos, hoje se posta, com a plena consciência de seus direitos, o novo protagonista antes ausente em nosso processo histórico: o cidadão brasileiro.

O Sr. Chagas Rodrigues – Permite V. Exa. um aparte, nobre Constituinte?

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI** – Com muita satisfação, Constituinte Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues – Nobre Constituinte Jesualdo Cavalcanti, com satisfação vejo V. Exa., lídimo representante do meu Estado, na tribuna defendendo teses respeitáveis. Se V. Exa. me permitisse, diria que, quando cheguei à Câmara dos Deputados, em 1951, encontrei, entre outros, o grande Afonso Arinos defendendo o presidencialismo. Rui Barbosa, no início da República, acreditou na República presidencialista. Em suas últimas conferências, sobretudo de 1914 a 1919, já era um homem desiludido do presidencialismo. O grande Afonso Arinos, para satisfação nossa, é hoje, ele que sempre foi um intelectual também honesto, honrado, esclarecido e culto, é, de algum tempo, já um convertido à causa do parlamentarismo. Fui um parlamentarista desde 1951, quando cheguei à Câmara. Democraticamente, respeito todas as convicções, mas estou certo de que V. Exa. com sua inteligência, com o seu espírito público, com a sua honestidade de intelectual, mais cedo do que Rui e Afonso Arinos, há de converter-se ao parlamentarismo como a solução natural não só como regime político de todas as nações cultas, civilizadas da Europa e da Ásia, mas também de nações como a Nação brasileira. Meus parabéns à maneira como V. Exa. desenvolveu o seu raciocínio.

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI** – Muito obrigado, Senador Chagas Rodrigues, homem a quem bem conheço, principalmente, pela ação, pela firmeza com que governou o nosso Estado, o Estado do Piauí, tendo sido considerado sempre como uma das suas maiores expressões políticas.

Diria que, hoje, aqui em Brasília, exercendo o mandato de Deputado Federal e Constituinte, gostaria de ter essa experiência de mudar, a exemplo de Rui Barbosa e Afonso Arinos, mas para vivenciá-la gostaria de mais de perto sentir o novo presidencialismo, sem esses poderes ditatoriais a que antes me referi.

Em verdade, todos buscamos a grandeza e o desenvolvimento deste País. Se os fatos, amanhã, me conduzirem à aceitação do parlamentarismo, esteja certo, Senador Chagas Rodrigues, de que para ele caminharei

com a convicção de que, assim fazendo e mudando, estarei sempre fazendo e mudando em benefício do meu País. Muito obrigado.

E o que o cidadão quer, Sr. Presidente? Em verdade, pela via da democratização do Estado, é assegurar a plenitude de seus direitos, sobretudo no tocante à educação, à saúde, à alimentação, à moradia e ao transporte, aspiração que não colide com nenhum dos sistemas democráticos de governo, seja parlamentarismo ou presidencialismo.

De outro modo, descamba-se para o mero bizantinismo, para o simples exercício da retórica, tão ao gosto dos que tangenciam os problemas, não os enfrentando, verdadeiramente.

Enquanto isso, graças à ação do lobismo que invade esta Casa num furor sem precedentes em nossa vida política, fecham-se os olhos para aberrações de toda sorte. Vejamos uma delas, a título de ilustração. É precisamente a contida no artigo 199 do projeto, que dispõe: “os serviços notariais e registrais são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público”. Ora, o exercício privado de funções próprias do Estado, como as relativas a notas e registros públicos, constitui uma das mais abjetas heranças do feudalismo. Trata-se, portanto, de privilégio retrógrado, extemporâneo, incompatível com o nosso tempo. Incorporá-lo ao texto constitucional, que pretendemos moderno, democrático e progressista, macularia, irremediavelmente, os trabalhos desta Constituinte. Nem D. Pedro I, “por graça de Deus e unânime aclamação dos povos”, chegou a tanto na Carta de 24. Ao contrário, ao abolir, pelo inciso XXV do art. 179 “as corporações de Ofícios, seus Juízes, Escrivães e Mestres”, mostrou-se mais avançado do que a Comissão de Sistematização no combate a privilégios iníquos.

Pior, perdeu essa Comissão, sob tal aspecto, também para o regime militar, tão execrado nesta Casa. De fato, foi o Presidente Geisel, mesmo à custa do fechamento do Congresso Nacional, que oficializou as serventias judicial e extrajudicial, ao editar, ditatorialmente, a Emenda nº 7, de 1977, posteriormente descaracterizada por este mesmo Congresso através da Emenda nº 22, de 1982. Será que esta Constituinte, ressuscitando iniquidades, merecerá o respeito da sociedade brasileira?

Não menos grave, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, é a persistência com que se pretende manter determinados instrumentos

de centralismo autoritário, a exemplo do parágrafo 4º do artigo 49. Por esse dispositivo, a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios ainda ficariam sujeitos a “requisitos previstos em lei complementar federal”. O projeto, desta forma, teima em interferir na autonomia estadual, desconhece as peculiaridades de cada região e sufoca as aspirações das comunidades locais. De fato, como admitir, indiferentemente, a exigência dos mesmos requisitos para a criação de municípios em São Paulo, Piauí ou Acre?

Eu não poderia concluir essas reflexões sem me ater à problemática nordestina.

Fala-se muito em unidade nacional. Fincaram-lhe os fundamentos as gerações de brasileiros que, ao longo de nossa História, preservaram a integridade de nosso território, adotaram a mesma língua e conceberam uma só forma de organização jurídica e político-administrativa. Fala-se, também, e o projeto de Constituição insistentemente o repete, que é finalidade do Estado brasileiro “construir uma sociedade livre, justa e solidária, na qual o acesso aos valores fundamentais da vida humana seja igual para todos”.

Pois bem, se o conceito de unidade não conflita com as nossas diversidades étnicas e culturais, o mesmo não se pode afirmar com relação às disparidades econômicas e sociais. Enquanto aquelas têm fundamento nas origens de nossa formação, estas constituem insofismável obra humana e decorrem de tratamento injusto, desigual. Por ação ou omissão, não importa!

Creio não existir unidade nacional verdadeira ante a coexistência de dois brasis, separados e distanciados pela crueldade dos indicadores econômicos e sociais. Um deles é o Nordeste, identificado por índices de pobreza degradantes. E onde há degradação da vida humana, por força da fome, do analfabetismo, das doenças e outras mazelas próprias do subdesenvolvimento, pode medrar tudo, menos o sonho da liberdade, da justiça e da solidariedade. E evidencia, claramente, que a igualdade não foi assim tão igual para todos.

Poder-se-ia alegar o fenômeno da seca persistente, aniquiladora, dramática. Mas, quando contemplo os desertos de Israel e os vejo transformados em campos e pomares verdejantes, cada vez mais me convenço de que o Nordeste não é vítima da seca e, sim, do trata-

mento injusto a que me referi, resultante da falta de vontade, da falta de decisão de enfrentá-la eficazmente. Afinal, mais seco que o Nordeste é o deserto. Já se vê que a realização do generoso ideário da sociedade justa, enunciado no projeto de Constituição, passa, necessariamente, pela redenção do Nordeste e sua definitiva integração na unidade nacional.

Para tanto, pouco se pede: apenas que os orçamentos federais sejam regionalizados e que se façam os investimentos proporcionalmente à população. Haverá algo mais justo e democrático? Pergunto à consciência da Nação.

Muito obrigado.



Ninguém é dono desta Casa

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**¹⁴ (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, não é mais possível silenciar diante do que vem ocorrendo com a divulgação oficial dos trabalhos desta Assembleia, principalmente através do programa televisivo “Diário da Constituinte”, produzido e levado ao ar sob a responsabilidade da Mesa Diretora.

Ressalte-se que não é a primeira vez que alguém se insurge contra as distorções existentes. Com efeito, a bancada do PDS, em moção assinada por seus integrantes, denunciou publicamente, a 16 último, que “é gritante o processo de discriminação e manipulação em favor de determinadas posições e correntes políticas por parte dos responsáveis pela edição” do referido programa. E, em arrimo de suas afirmativas, juntou cópia de levantamento feito com base na planilha distribuída pelo Primeiro-Secretário, Deputado Marcelo Cordeiro, dando conta, até 31 de agosto, da participação, nele, de cada um dos Constituintes.

Mais do que as palavras, os números falam mais alto. Pelos dados levantados, e considerando-se os quantitativos de participação dos Constituintes face à composição das respectivas bancadas, há partidos em nítida vantagem sobre outros, em detrimento do justo, salutar e democrático princípio da proporcionalidade.

Pior é que esse tratamento favorecido entre partidos também se verifica entre Constituintes do mesmo partido. Conforme verificação que fiz pessoalmente, 77 Constituintes do PMDB e 47 do PFL ainda não haviam participado, até aquela data, uma única vez do programa, enquanto outros, bafejados pela sorte, ostentavam nada menos de 25 participações.

Posso admitir que alguns Constituintes não tenham manifestado o desejo de participar. Duvido, entretanto, que número tão expressivo

¹⁴ Pronunciamento na Assembleia Nacional Constituinte, em 01.10.1987.

não tenha participado porque não o quisesse. É inegável, pela evidência dos números, que a discriminação existe, que o favorecimento predomina, gerando queiras e insatisfações.

Já se vê que a boa vontade exibida pelo Primeiro-Secretário, inclusive recomendando o contato com a equipe de produção, não tem sido bastante para conter os desvios.

Até que satisfaçam nossa curiosidade quanto aos critérios que norteiam a seleção das matérias divulgadas e dos Constituintes que as apresentam ou discutem, todos temos o impostergável direito e, mais que isso, o dever de questionar e de exigir urgente correção de rumos. Finalmente, ninguém é dono desta Casa. Embora alguns, audaciosamente, como tal se comportem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, detesto todo e qualquer tipo de manipulação, especialmente quando visa a acobertar interesses ilegítimos.

Ninguém desconhece que o lobismo campeia, irrefreável e tentacular, nos bastidores desta Casa. E o faz, por vezes, para manter privilégios ultrapassados e injustos. Ninguém desconhece, também, que o *lobby* dos cartórios particulares aqui atua fortemente. Ele atuou na Subcomissão do Poder Judiciário e na Comissão de Organização de Poderes. Está atuando na Comissão de Sistematização e, certamente, vai atuar mais forte ainda no plenário. Ele é tão poderoso que conseguiu incluir e manter no Projeto de Constituição, vencendo, tortuosamente, todas as etapas do processo constituinte, o famigerado dispositivo que assegura a exploração privada dos Cartórios de Notas e Registros Públicos. Isto significa que, se afinal aprovado, vamos perpetuar, num retrocesso sem precedentes, um privilégio que remonta aos tempos coloniais, embora iníquo.

Pois bem, visando a extirpar do projeto esse arcaísmo, venho insistindo na proposta de estatização dessas serventias, à medida que forem vagando, passando seus servidores a perceber remuneração pelos cofres públicos. Nada mais justo, adequado e necessário para fazer barrar essa caudalosa e inesgotável fonte de **marajás**.

Mesmo infenso à publicidade, mas preocupado com o silêncio desta Casa e da imprensa em torno de assunto de tamanha relevân-

cia, procurei a equipe de divulgação. Furneci-lhe as informações pertinentes. E, por três vezes, fiz gravação para o “Diário da Constituinte”, abordando o tema. Misteriosamente, nenhuma foi ao ar até o presente momento.

Prefiro acreditar na lisura dos responsáveis pelo programa. Mas não posso deixar de cobrar-lhes as necessárias explicações. É o que faço, aqui e agora.

Muito obrigado, Senhor Presidente.



Se não era para mudar, que viemos fazer aqui?

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**¹⁵ (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, encaminhei ao ilustre Deputado Daso Coimbra, em 14 de dezembro último, carta em que esclareço minha posição em face do chamado Centrão, cujo teor peço seja transcrito nos Anais desta Casa. E o faço em nome da transparência que deve nortear a atuação do homem público, cujas atitudes hão de guardar, tanto quanto o permita a dinâmica dos fatos políticos e sociais, irreversível fidelidade aos princípios que defende e pelos quais se submete ao veredito popular.

À exemplo dos eminentes companheiros, mas, certamente, sem o mesmo brilho, aqui me encontro, credenciado pela confiança do povo do Piauí, para praticar um ato de grandeza histórica, qual seja de contribuir, honestamente, para a edificação de instituições democráticas, vigorosas e duradouras. Mas não basta a intenção; é preciso a determinação de praticá-lo sem tardança, atentos aos anseios da Nação, que tem pressa.

Com efeito, em torno desta Constituinte rondam, em dimensões assustadoras, um perigoso pessimismo e uma preocupante descrença. Diria mesmo que o nosso povo, assustado com a sucessão e artificialidade dos impasses que vêm retardando os trabalhos constituintes, já não mais acredita que sejamos capazes de legar-lhe um texto constitucional que modifique, profundamente, as estruturas econômicas, políticas e sociais vigentes e o conduza a uma sociedade livre, justa e solidária.

No entanto, forçosamente temos que produzi-lo, pois, frustrada esta Constituinte, consumado seu fracasso, é difícil vislumbrar outra saída democrática para a crise de confiança que estamos a viver. E há quem aposte nesse eventual insucesso, e até por ele ardorosamente

¹⁵ Pronunciamento na Assembleia Nacional Constituinte, em 07.01.1988.

torça, seja por não acreditar nas virtudes do projeto democrático de vida, seja por ver no retorno do autoritarismo o caminho para a perpetuação de privilégios injustos e descabidos. Daí a grave responsabilidade que recai sobre os nossos ombros. Certo é que não podemos assumir, perante a posteridade, o desastroso papel de coveiros da democracia.

Mas é necessário, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, que a nossa Constituição, realmente, consagre avanços sociais e políticos significativos, sem os quais não será contemporânea da hora presente, caracterizada pelo ânimo da modernidade. Afinal, se não era para mudar, que viemos fazer aqui? Se era para manter o *status quo*, não haveria necessidade de convocar-se uma pomposa Assembleia Nacional Constituinte, além do mais livre e soberana.

Que ninguém se assuste com as mudanças legítimas e acordes com as realidades do Brasil. Assim, não deve assustar-nos a ampliação dos direitos dos que trabalham e produzem ou a criação de mecanismos que assegurem o pleno exercício da cidadania. Deve assustar-nos, isto sim, e a retrógada privatização dos cartórios de notas e registros públicos, herança rediviva do feudalismo e eterno berço dos *marajás*, a par da imoral efetivação de seus substitutos com apenas dez meses de serviço, medidas, infelizmente, previstas no projeto de Constituição.

Concluindo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Constituintes, reafirmo que, errando ou acertando, seguirei os ditames de minha consciência. Que ninguém espere contar com o meu voto para frustrar as aspirações do povo brasileiro.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JESUALDO CAVALCANTI

“Dep. Daso Coimbra, Paz!

Fixei uma posição desde que aqui cheguei: não integrar qualquer grupo suprapartidário.

Apesar da insistência dos convites, tenho-a mantido, coerentemente, e não pretendo mudá-la.

Com surpresa, constato, agora, a inclusão de meu modesto nome entre os integrantes do Centrão...

Peço corrigir esse equívoco, pois, embora livre para fazê-lo, sem nenhum desdouro, jamais autorizei tal coisa nem participei de qualquer entendimento ou reunião de que se pudesse deduzir algum compromisso com esse grupo.

Simplesmente quero votar segundo minha consciência, preservando-me, desta forma, de pressões, cobranças, lobismos e patrulhamentos. Assim agindo, subscrevi todas as propostas que, reabrindo a faculdade de apresentação de emendas, permitissem o aperfeiçoamento do projeto de Constituição, reconhecidamente falho.

Entendo que a modificação do Regimento Interno da Constituinte, com vistas a democratizar o processo de feitura da Constituição, não tem qualquer conotação ideológica. Afinal, ainda não consegui, ao longo desses dez meses de trabalho, ver discutida e votada nenhuma das emendas que apresentei. Assim, 80% dos demais Constituintes. Nada mais justo e racional, portanto, que pôr fim a essa maquiavélica camisa de força.

Devo acrescentar que, se pertencesse ao Centrão, dele, forçosamente, teria que me afastar diante das aleivosias recentemente assacadas contra o clero, sobretudo a CNBB.

Cordiais Saudações,

Deputado Jesualdo Cavalcanti (PFL-PI).

ESTE QUADRO É MUITO BONITO.
VOCÊ TEM A FOTO EM BOA RESOLUÇÃO?



Compromisso com o novo

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**¹⁶ (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a seccional piauiense da Ordem dos Advogados do Brasil, sob a presidência da Dra. Fides Angélica Ommati, vai promover, em Teresina, no período de 25 a 28 do corrente, o III Ciclo de Estudos e Debates Jurídicos do Piauí. O evento reunirá, ao lado de renomados juristas de nosso País, profissionais e estudantes interessados na discussão de variados e palpitantes temas do Direito, enfocando, especialmente, as mudanças até aqui aprovadas pela Assembleia Nacional Constituinte.

Dessas mudanças, convém ressaltar, emergirá um novo Brasil, inquestionavelmente preocupado em definir, livre e soberanamente, rumos próprios para seu desenvolvimento econômico e social, malgrado a contrariedade de alguns, certamente descrentes do engenho e capacidade de nosso povo.

Mas, pergunto eu, onde e em que época as transformações econômicas, políticas e sociais profundas deixaram de enfrentar resistências? Tanto aqui como em qualquer parte, a História da Humanidade, em todas as eras, tem refletido o permanente conflito do novo que aflora, pujante e transformador, em face do arcaico que teima em conservar estruturas injustas e desumanas. Não podemos desconhecer que os pregoeiros do apocalipse, no intuito de perpetuar privilégios, têm marcado persistente presença na História do Brasil. Há 100 anos, diagnosticaram o caos ante a Abolição da Escravatura. E, no entanto, o País avançou!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o novo Brasil a que me refiro é o que defende o interesse nacional ante a ganância do capital estrangeiro; que amplia os direitos dos trabalhadores; que propicia o acesso de todos à educação e à saúde, que democratiza o poder ao instituir mecanismos que favorecem o exercício pleno da cidadania. Enfim, um Brasil que, distribuindo, eficientemente, os frutos do de-

¹⁶ Pronunciamento na Câmara dos Deputados, em 24.05.1988.

envolvimento, possa assegurar a todos o direito de viver com dignidade numa sociedade livre, justa e solidária.

Sendo essas as legítimas aspirações de nosso povo, este é o compromisso que estamos a cumprir como delegados, apesar das pressões e ameaças, ao elaborarmos a nova Carta com tão nítida preocupação com o econômico e o social.

Fazendo este registro, desejo prestar minhas homenagens à Ordem dos Advogados do Brasil pelas destemidas posições que tem assumido em favor da democratização das instituições brasileiras.

Muito obrigado.

Aproveitamento dos cerrados piauienses

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**¹⁷ (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, encerra-se hoje o VII Simpósio sobre o Cerrado, promovido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Durante cinco dias, técnicos, produtores e estudiosos debateram, no Centro de Convenções de Brasília, os mais variados assuntos ligados à utilização do cerrado e sua inserção no processo de desenvolvimento nacional, com ênfase para os resultados até agora obtidos com a execução do Programa de Desenvolvimento do Cerrado – o chamado Prodecer I e II. Esses resultados, não há como negar, enchem-nos de orgulho, pois o cerrado concorre hoje com 27% da produção nacional de grãos.

Se levarmos em consideração que a área do cerrado compreende mais de 200 milhões de hectares e que essa expressiva produção de cereais se desenvolve em apenas 10 milhões de hectares, podemos afirmar que o Brasil, finalmente, está palmilhando amplos e seguros caminhos, em solos há pouco considerados imprestáveis, para se colocar entre os grandes produtores mundiais de alimentos.

Significa dizer que o nosso País, através de novas tecnologias aplicadas na modernização de sua agricultura, com a cooperação técnica e financeira do Japão, concorrerá, fortemente, para o combate efetivo da fome no mundo.

As perspectivas de exploração racional das potencialidades do cerrado, sem degradação do meio ambiente, interessam profundamente ao meu Estado, o Piauí, que tem nele encravado em torno de um quinto de seu território. O Piauí quer e precisa participar desse esforço, desse mutirão, dessa empreitada econômica, científica e tecnológica, porque entende que este é o caminho de sua redenção. Por

¹⁷ Pronunciamento na Câmara dos Deputados, em 11.03.1989.

isso mesmo, em companhia do prefeito de Corrente, Dr. João Barros, e de produtores rurais, estivemos, há poucos dias, no Ministério da Agricultura, com o Dr. Alberto Momma, Coordenador do Prodec, pleiteando a inclusão do Sul do Piauí nos programas voltados para o desenvolvimento do cerrado, sobretudo o Programa Brasil-Central.

E, hoje, podemos anunciar, com grande entusiasmo, a próxima visita àquela região, marcada para o dia 14, do Diretor-Gerente da JICA, que é a agência japonesa de cooperação internacional responsável, em grande parte, pelo financiamento da pesquisa e exploração do cerrado.

A par dessas providências, a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí (Fespi), com sede na cidade de Corrente, vai manter, a partir do próximo ano, o curso de agronomia e já adquiriu laboratórios de solo, de sementes, de química, de fitopatologia e de microscopia destinados, também, a apoiar as atividades dos produtores rurais.

Para coroar de êxito todo esse esforço, estamos certos de que contaremos com o apoio decidido do Ministro Íris Rezende, cuja atuação na Pasta da Agricultura tem se destacado pelos recordes de produção obtidos nas três últimas safras, comprovando, dessa forma, a viabilidade da agricultura em nosso País.

Concluindo essas considerações, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, requeiro seja transcrito nos Anais desta Casa o pronunciamento que o Ministro Íris Rezende fez na abertura do VII Simpósio sobre o Cerrado, no qual ressalta os avanços alcançados com essa nova e promissora fronteira agrícola.

Muito obrigado.

Só a legitimidade gera a credibilidade

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**¹⁸ (PFL – PI) – Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria de saudar os triangulinos pela luta que empreendem, há mais de cem anos, para a formação do Estado do Triângulo.

Na fase constituinte, votei a favor da criação desse Estado. Recentemente, votei favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo, de autoria do eminente Deputado Chico Humberto, na Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Hoje, certamente, haverei de contribuir com meu voto para que esta centenária aspiração do povo daquela região de Minas Gerais possa tornar-se fato concreto. (Palmas prolongadas).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, rompendo um jejum que se prolongava por quase 30 anos, o povo brasileiro finalmente vai escolher, por via direta, o futuro Presidente da República.

Marca esse longo período de abstinência política um amplo e contrastante universo de realidades econômicas e sociais. No plano econômico, o Brasil de princípios da década de 60 muito difere do Brasil no alvorecer dos anos 90. Tanto que não há necessidade de arrolar indicadores para provar que conseguimos transformá-lo na oitava potência mundial em capacidade produtiva. Paradoxalmente, no entanto, não fomos capazes de conceber um modelo de desenvolvimento menos acumpliciado com a crueldade e a selvageria das injustiças sociais.

Diante da progressiva deterioração da vida do brasileiro, já não se fala mais na injustiça da pobreza, pois mais injusto do que o estado de pobreza é o estado de indigência.

O professor Maurício Romão, da Universidade Federal de Pernambuco, estima que 62 milhões de brasileiros ganham menos que

18 Pronunciamento na Câmara dos Deputados, em 27.04.1989.

o salário mínimo. Considerando que o nosso salário mínimo, nos dias de hoje, não atinge 30 dólares, sendo um dos mais baixos do mundo, depreende-se que metade da população brasileira não ganha o suficiente sequer para sobreviver. Somos, portanto, mais do que de pobres, um País de indigentes, doentes, famintos e maltrapilhos.

Já se vê que o modelo de desenvolvimento que conseguimos produzir, à custa do garroteamento das liberdades democráticas, favoreceu a opulência de alguns e condenou a metade da população a condições subumanas de vida, tanto do ponto de vista material quanto do ponto de vista político.

Porém, tão degradante quanto a pobreza material é a pobreza política. Se aquela consiste na falta de bens indispensáveis à sobrevivência humana, a pobreza política se caracteriza pela negação dos mecanismos pelos quais as pessoas possam conquistar seus direitos. Daí a lição de Pedro Demo: “ser pobre não é apenas não ter, mas ser coibido de ter”.

Por outro lado, estima o professor Romão em 20 bilhões de dólares os recursos de que necessitamos para resgatar a dívida social de curto prazo existente no País e, com isso, assegurar a essa massa de brasileiros o padrão de vida que possuía antes de 1980.

Ora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 11 bilhões e quinhentos milhões de dólares estamos condenados a pagar neste ano aos credores internacionais, a título de juros da dívida externa. Mais de 50 bilhões já pagamos nos últimos cinco anos!

O rei está nu, pois a oitava economia do mundo só produz para pagar juros. E quanto mais paga, mais aumenta a dívida. Há cinco anos ela alcançava 60 bilhões de dólares. Hoje, 115 bilhões. E amanhã, de quanto será?

Se esse endividamento vertiginoso nos preocupa, há de nos preocupar muito mais a sua origem. Do contrário, como explicar que os papéis representativos dessa dívida estejam sendo cotados no exterior por apenas 30% de seu valor nominal?

Está claro que essa sangria imposta ao País responde pelo aviltamento das condições de vida do povo brasileiro e compromete, gravemente, nossa soberania. Está claro também que estancá-la, recha-

çando as imposições dos banqueiros internacionais, constitui nosso maior desafio.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Amazônia volta a ocupar as manchetes da imprensa internacional.

A pretexto de proteger a Humanidade dos efeitos catastróficos da exploração predatória de suas potencialidades, arma-se o palanque para a demagogia eleitoreira, o vedetismo publicitário, a cobiça internacional e a chantagem ecológica. Diante disso, a questão extrapola seus aspectos econômicos para assumir contornos de forte conteúdo político, por descambar para intromissões indevidas.

Pela amplitude e complexidade dos problemas que envolve o aproveitamento da Amazônia, ninguém cometeria a estultice de recusar a colaboração internacional isenta de interesses inconfessáveis. Mas a ninguém é lícito desconhecer que o assunto diz respeito exclusivamente à soberania dos países amazônicos. A eles, sim, cabe definir a forma, os limites e os meios a serem observados não só no tocante a esse aproveitamento, mas, também, quanto à adoção de medidas que impeçam a degradação do meio ambiente.

O que não podemos admitir é o enclausuramento da Amazônia, sob pressão de países que poluíram o mundo com seus imensos parques industriais e arsenais atômicos, hoje tocados por discutível e tardia preocupação com o destino da Humanidade...

No caso particular do Brasil, entendo que já atingimos a maturidade necessária para saber o que nos convém. Se não bastasse o simples instinto de sobrevivência, há uma nítida consciência nacional em torno do assunto. É a sociedade brasileira, inclusive por mandamento constitucional, que repele a devastação da Amazônia, mas não se demite do direito de aproveitar racionalmente suas riquezas.

Por mais que nos envaideça a posição de senhores da maior floresta tropical do mundo, a consciência nos diz, a todo instante, que só a mereceremos, efetivamente, se formos capazes de explorá-la em proveito do homem, em todos os seus múltiplos aspectos. Principalmente do homem que lá vive entregue à própria sorte, isolado pela falta de estradas e comunicações, endêmico e faminto na terra de Canaã.

Pergunto eu: é justo que a esse homem, perdido na imensidão da floresta e submetido a formas primitivas de vida, sem hospitais, água

tratada, escola ou energia elétrica, seja negado o acesso aos bens da civilização, aos bens que o gênio humano criou em benefício de toda a Humanidade?

Já não falo dos índios, hoje sob a proteção especial do Estado, passageiros cativos dos aviões da FAB e hóspedes constantes da Funai. Eu me refiro aos outros brasileiros, aos desprotegidos e deserdados da sorte, aos náufragos das enchentes e aos sobreviventes dos mosquitos e das endemias.

Será que a Nação pode esquecê-los, abandoná-los, em nome do *tropical chiq* tão em voga nas praças da Europa e dos Estados Unidos?

Não, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a essa gente cabe também o direito de viver com dignidade. Por isso não posso entender por que deixar-se de construir uma rodovia que possibilite o acesso de produtos brasileiros aos portos peruanos do Pacífico e daí ao promissor mercado japonês, reduzindo à metade o tempo e o frete.

Não consigo entender também por que não deslocar pouco mais de 200 pessoas, mesmo que sejam indígenas, para ser construída na área uma hidrelétrica, que vai gerar 7 milhões de kilowatts, num país que vem sofrendo os danosos efeitos do racionamento de energia e de crescentes taxas de desemprego e subemprego.

Por outro lado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, creio ser o Brasil o único país do mundo a pretender ingressar no bloco dos desenvolvidos conduzindo na cacunda o surrão do analfabetismo. Numa época cujos avanços são sinalizados pela ciência e pela tecnologia, operar este milagre apenas confirmaria a crença de que realmente “Deus é brasileiro”.

Quase 40 milhões de compatriotas amargam a chaga social do analfabetismo. No entanto, gastam-se 80% dos recursos do MEC com uma educação superior que privilegia apenas 1 milhão e 500 mil estudantes. Nas instituições universitárias federais, um burocrata chega a ganhar mais que um professor-pesquisador. E para aprofundar essa aberração, os servidores administrativos de 17 universidades estão hoje em greve.

Na Bahia, o mais rico Estado do Nordeste, 27% dos servidores são analfabetos ou semianalfabetos, segundo recente estudo realizado e divulgado pela Fundação para o Desenvolvimento do Servidor Público – Fundesp – por encomenda do Governo estadual.

Ouçó, com prazer, o nobre Deputado José Luiz Maia.

O Sr. **José Luiz Maia** – Nobre Deputado Jesualdo Cavalcanti, V. Exa. traz, hoje, a esta Casa, num brilhante pronunciamento, temas da maior importância para a sociedade brasileira. Traz, sem emoção, a questão da Amazônia e, de outro lado, reflete, com muita clareza, o problema educacional do País. Li, há poucos dias, nos jornais, inclusive nos do meu Estado, onde mais de 50% da população é de analfabetos, que o Governo brasileiro é impotente ou incapaz de resolver este grave e secular problema de nosso País. Liberam-se recursos para construir paredes, gastam-se recursos, exageradamente, com o ensino superior, como bem disse V. Exa. e esquece-se o fundamental, o básico, aqueles cuidados necessários que se tem de ter com a infância e com a juventude brasileira. De modo que me associo às palavras e parabeno-o pelo oportuno e brilhante pronunciamento que faz nesta Casa, na tarde de hoje. Parabéns, Deputado!

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI** – Agradeço ao nobre Deputado José Luiz Maia o aparte, colega que honra nosso Estado, representando-o tão bem nesta Casa do Congresso Nacional. O que nos chamou a atenção foi justamente o fato de que na Coreia, país antes tido como atrasado, talvez por ser asiático, 95% dos assalariados são portadores do curso colegial.

O Sr. **Oswaldo Sobrinho** – Nobre Deputado Jesualdo Cavalcanti, quero dizer que concordo em gênero, número e grau com o seu pronunciamento. V. Exa. traz a esta Casa e à Nação assunto que todos nós precisamos ouvir. Não podemos mais considerar a Amazônia – principalmente nós, que somos de lá – simplesmente como o oráculo do mundo. Precisamos, sim, ajudar este País a produzir. No entanto, tem nos deixado em condições constrangedoras o fato de a Amazônia ser objeto de todos os louvores, de todas as orações, de todos os cânticos, mas não receber a ajuda que deveria vir dos órgãos públicos deste País. É necessário começarmos a encarar a Amazônia com seriedade, com responsabilidade, tratando-a como uma região especial. Especiais, também, são as pessoas que lá estão trabalhando, lutando para tornar essa região produtora para o País. Quanto à questão da educação que V. Exa. colocou, também concordo em gênero, número e grau. Temos investido, neste País, 80% dos recursos do Ministério da Educação no ensino superior. Enquanto isso, fica um vazio na edu-

cação fundamental. Surgem milhares e milhões de analfabetos neste País a cada dia que passa, aprofundando-se esse quadro que aí está. Portanto, é necessário reverter essa pirâmide, porque, caso contrário, seremos um País falido no campo educacional e da tecnologia. Acredito que com a nova Lei de Diretrizes e Bases, para a qual tive o privilégio de apresentar, também, projeto de lei, haveremos de mudar esse quadro, para dar a todos os brasileiros condições e oportunidades iguais, principalmente àqueles que estão precisando da educação fundamental. Parabênz V. Exa. por tão importante pronunciamento e também me coloco à sua disposição para trabalharmos juntos por essas causas comuns. Muito obrigado.

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI** – Muito obrigado, eminente Deputado Osvaldo Sobrinho, pela contribuição que traz ao pronunciamento que este modesto orador faz hoje da tribuna da Câmara dos Deputados.

Prossigo, Sr, Presidente.

E o Nordeste?

Sim, e o Nordeste, esse campeão nacional em todos os indicadores sociais e econômicos negativos, com a menor renda *per capita* e as maiores taxas de analfabetismo, de mortalidade infantil, de desemprego e subemprego, onde o homem morre com 10 anos a menos de vida? Que fazer de uma região de 1.542.200 km², onde 30% da população brasileira só responde por 10% da produção nacional? Que políticas adotar para zerar esse gritante desnível econômico e social?

Preveem os técnicos da Sudene que o Nordeste poderá igualar-se ao Brasil daqui a 30 anos, isto é, no longínquo ano de 2019. Mas isso só ocorrerá se a região crescer 40% acima da taxa de crescimento do País e triplicando os investimentos que ora recebe.

O que nos choca no exame da situação nordestina é a constatação de que seu povo é pobre, mas as suas oligarquias não o são.

Não menos preocupante é o processo de inchaço que experimentam nossas cidades. Recente estudo da ONU indica que o Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, estarão, no ano de 2000, se persistir a tendência atual, entre as 10 maiores cidades do mundo. Ao final desse período, que corresponde a pouco mais de um mandato de

Senador da República, 75% da população estará habitando os centros urbanos e apenas 25%, a zona rural. No rastro desse êxodo rural sem precedentes na História da Humanidade, decorrente da falta de condições de vida e de trabalho no campo, acentua-se o processo de favelização das cidades, com suas conhecidas mazelas – a mendicância e a criminalidade. Se hoje há uma carência de 10 milhões de moradias, apesar da ação do falecido BNH, não é difícil imaginar o drama surrealista que representará o ato de viver, ou melhor, de tentar viver nas cidades brasileiras.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Felipe Mendes.

O Sr. **Felipe Mendes** – Quero cumprimentar V. Exa. pela clareza do discurso, pela maneira concisa como aborda os graves problemas deste País, principalmente de nossa região – o Nordeste. Penso que o Nordeste não é um problema para o País, mas uma solução. O Nordeste teria equacionado quase todos os seus problemas se o País resolvesse, por exemplo, a questão educacional, tão bem levantada por V. Exa. Mais da metade dos analfabetos brasileiros está no Nordeste. Se esta questão fosse seriamente tratada, certamente os problemas da nossa região seriam solucionados, na maior parte. Quero cumprimentar V. Exa., também, pela oportuna declaração de apoio à causa da criação do Estado do Triângulo (Palmas), à qual me associo. Aproveito este momento para dirigir meus cumprimentos ao Deputado Chico Humberto e ao amigo e companheiro Virgílio Galassi, atualmente Prefeito da cidade de Uberlândia.

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI** – Muito obrigado pelo aparte, Deputado Felipe Mendes, parceiro dessa luta em favor do Nordeste, particularmente do Piauí. V. Exa., quando exerceu as elevadas funções de Secretário de Planejamento, foi uma voz atuante em defesa dos interesses do nosso Estado no sentido de provar que o Piauí é viável, assim como todo o Nordeste.

Continuo, Sr. Presidente.

A nova Constituição criou profundas expectativas na sociedade brasileira. A ampla discussão que suscitou, nos 19 meses de sua elaboração, terminou por dar aos menos avisados a impressão de que, uma vez promulgada, estaria decretada, num passe de mágica, a felicidade do povo brasileiro. E, assim, não haveria mais fome, mais doenças, mais analfabetos, mais atraso.

Cessada a euforia da promulgação, os fatos do cotidiano vêm evidenciando que “na prática, a teoria é outra”. Nada de milagres, nada de mágicas inconsistentes e enganadoras.

O texto constitucional, na visão dos Constituintes, ofereceu instrumentos para a construção de um modelo de sociedade menos selvagem, capaz de redistribuir os frutos do desenvolvimento e, assim, resgatar essa imensa dívida social aqui exposta.

Mas a luta apenas começou.

Se é verdade que o Congresso Nacional, pela inércia, vem concorrendo para frustrar a sociedade brasileira, tampouco é menos verdade que toda uma estrutura de poder, por vezes invisível, conspira, diuturnamente, para invalidar as conquistas sociais, políticas e econômicas inscritas na Constituição.

No final, creio eu, o povo vencerá, como sempre venceu, mesmo tardiamente, nos momentos mais decisivos de nossa História. O esquartejamento de Tiradentes não impediu a Independência. Nem a Abolição. Nem a República.

Tenho para mim que a crise social que nos assalta não caracteriza uma crise da democracia. Até porque o agravamento da questão social antecede a redemocratização de nosso País, balizada pelo retorno das eleições diretas em todos os níveis e pela promulgação da nova Carta. Aliás, foi a inquietação gerada pela crise social, incontida nos escaninhos do poder autoritário, que forçou a abertura do regime.

Há, portanto, um projeto de democracia em andamento. A próxima etapa será a eleição do futuro Presidente da República. Por essa via, finalmente, o Estado e a Nação em breve vão se encontrar. E, nela, o povo vai dizer que tipo de Estado deseja.

Só a legitimidade gera a credibilidade.

Legitimado pela vontade do povo, quem assumir tão cobiçado posto não tem apenas a obrigação, mas, sobretudo, a necessidade de ser e agir como estadista.

Muito obrigado.

A salvação do Piauí passa pela salvação do Parnaíba

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**¹⁹ (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Associação dos Biólogos do Piauí e a Fundação Rio Paraíba vão realizar em Teresina, no período de 1º a 3 de junho próximo, o III Seminário de Preservação do Rio Parnaíba.

O evento, a exemplo dos anteriores, conta com o apoio de incansáveis ecologistas e de instituições públicas e privadas, cuja abnegação, por certo, garantirá seu esperado e merecido êxito.

A causa é nobre e oportuna, não só por engajar o Piauí na ampla discussão que se trava, aqui e alhures, em torno das relações do homem com o meio em que vive e trabalha, mas por ser o Parnaíba um rio moribundo. Por isso, preocupa, motiva e aglutina. E não poderia ser de outra forma. Se a morte em geral é causa de sobressaltos, tristezas e inconformações, pior é a morte de um rio. E, principalmente, quando esse rio se localiza no Nordeste, região que padece, periodicamente, dos efeitos da seca. Seca que significa miséria, pois desarticula a economia, flagela e imobiliza o homem.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a saga do homem dos sertões calcinados do Nordeste tem sido, invariavelmente, sua luta em busca de água. E não se escreverá a sua verdadeira história sem se ater ao estoicismo dessa luta, marcada por um sem número de desganhos e decepções. Atrás disso, pouquíssimas vitórias, como a construção do açude de Orós e a perenização do rio Jaguaribe, no Ceará.

Diante de tão cruel realidade, como permitir-se o desaparecimento paulatino do Parnaíba, o segundo maior rio do Nordeste, com mais de 1.400 km de extensão?

Creio que o Piauí só é pobre porque seu processo de desenvolvimento não foi centrado no aproveitamento do Parnaíba, em cuja

19 Pronunciamento na Câmara dos Deputados, em 20.05.1989.

bacia está inserida quase a totalidade do território piauiense. Daí entender que a salvação do Piauí passa pela salvação do Parnaíba.

Todavia, o Parnaíba, ao limitar o Piauí e o Maranhão, não integra o domínio de nenhum dos dois Estados e, sim, da União. Por assim entender, durante a Constituinte insisti, em todas as fases, na proposta de criação de um organismo federal que cuidasse do desenvolvimento integrado do vale do Parnaíba. Outros companheiros da bancada piauiense também o fizeram. Infelizmente, tudo em vão. Deu-se pensão ao seringueiro da Amazônia, cuja justeza não contesto, mas se negou a preservar o Parnaíba e aproveitar racionalmente suas imensas potencialidades, postergando-se a incorporação daquelas áreas ao processo de desenvolvimento nacional. Nem o exemplo da Codevasf, que transformou o vale do São Francisco, outrora pobre, em verdadeiro pomar, conseguiu sensibilizar os Constituintes para a aprovação da proposta.

Também o Presidente Sarney, apesar de maranhense e conhecedor pessoal do problema, não adotou qualquer iniciativa que indicasse a preocupação de seu governo em solucioná-lo. Nem o término das eclusas da barragem de Boa Esperança, obra que, apesar de prioritária, se arrasta por mais de 10 anos, despertou a atenção presidencial.

Porém a luta continua, e o povo piauiense não se afastará dela. Já compreendeu a grandiosidade do desafio. E a maior evidência do empenho em continuá-la é a realização desse Seminário, cujo registro faço questão de inserir nos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

Mais partidos que ideias na praça

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**²⁰ (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, realmente o Brasil é um país de contrastes. Tem um dos mais baixos salários do mundo, cerca de 40 dólares, e, no entanto, é considerado a oitava potência econômica mundial.

Por outro lado, se Produto Interno Bruto fosse sinônimo de bem-estar social, a lógica poderia nos sugerir que a democracia é medida pela quantidade de partidos políticos que exhibe. E assim, por este aspecto, o Brasil seria o mais democrático país do mundo. Pois temos hoje, registrados no Tribunal Superior Eleitoral, em caráter definitivo ou provisório, nada menos de 29 partidos e mais 14 outros em processo de registro. São, ao todo, 43 agremiações partidárias criadas nos últimos 10 anos. E desses partidos, 11 ostentam as palavras mágicas “democrático”, “democracia” ou “democrata”.

Enquanto isso, os 18 anos do regime constitucional de 1946 só precisaram de 13 partidos. E o Império, nos seus 67 anos de vida, contentou-se com apenas três.

Aparentemente, não será por falta de partidos que deixaremos de escolher, em breve, um bom presidente para o Brasil, capaz, oxalá, de induzir o povo brasileiro a acreditar mais na sinceridade dos políticos e na autenticidade dos partidos.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quem viveu a recente camisa de força do bipartidarismo não deixará de se surpreender diante dessa verdadeira enxurrada de partidos. Partidos para todos os gostos e objetivos. Muitos deles sem ideias nem eleitores. Partidos até para vender ou alugar. Pois não está a Justiça Eleitoral apurando a denúncia sobre a venda de programas gratuitos de rádio e televisão? E não andam aí certos dirigentes partidários, de porta em porta, a oferecer em leilão suas siglas a sortudos presidencialistas?

20 Pronunciamento na Câmara dos Deputados, em 06.06.1989.

Neste contexto, fundar partido, não raro, está deixando de ser um ato de legítima cidadania para se converter, infelizmente, em repugnante mas rendoso meio de vida. E isto sem pagar Imposto de Renda ou de Circulação de Mercadorias e Serviços, evasão de receita que contraria a costumeira voragem fiscal da República...

Aliás, tamanha é a facilidade com que se fundam partidos que poucos se conformam em continuar simples eleitores. Preferem ser líderes, dirigentes partidários. E tendo mandato parlamentar, melhor ainda, pois, apesar de alguns serem líderes de si mesmos, têm gabinetes especiais, tomam parte no colégio de líderes, assinam acordos e podem usar a tribuna a qualquer hora, inclusive para orientar suas supostas, imaginárias bancadas!

Se a moda continuar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não nos causará surpresa se o Ministério do Trabalho vier a reconhecer essa nova categoria profissional e expedir-lhe a respectiva carta sindical.

O mais grave é que 29 partidos disputaram as eleições parlamentares de 1986 e somente 15 têm representantes nesta Casa.

E há quem ouse estranhar a indiferença dos eleitores aos partidos. Ora, se o partido não tem ideias nem expressa alguma corrente do pensamento político ou de opinião, como esperar a adesão do eleitor? Se não tem identidade, como querer que o eleitor com ele se identifique? Se não guarda fidelidade ao seu programa, como aguardar que o eleitor a ele seja fiel? Se não tem atuação continuada e coerente, como recrutar militantes? Se não forma quadros para a ação política, como esperar que os tenha para o exercício do poder?

Causa espécie que a essas caricaturas de partidos, despidos de ideias, quadros ou ação política, sejam assegurados recursos públicos do fundo partidário e o acesso gratuito ao rádio e à televisão, em horário nobre. Sem dúvida, para confundir e deseducar.

Tamanha mistificação revolta o eleitor e atinge a credibilidade da já desgastada classe política.. E daí para eleger o Bode Zé ou o Sassá Mutema é um passo, perdendo o voto seu valor político para se constituir em arma suicida da própria democracia, cuja vitalidade dele se nutre.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em decisão recente, o Tribunal Superior Eleitoral dispensou a exigência da formação de comissões provisórias em um quinto dos municípios de nove Estados. Basta que o partido forme as nove comissões regionais e a nacional, e obterá seu registro. Vale lembrar que a legislação partidária, numa liberalidade plenamente justificável, tem facilitado a concessão de registros provisórios. E isto por que o registro provisório é uma mera autorização inicial e transitória, um ato inaugural, vestibular. A partir da obtenção dele, o partido vai à cata de adeptos para estruturar-se a nível municipal, estadual e nacional, mediante a formação de diretórios, habilitando-se ao registro definitivo.

Ao vencer essas etapas, o partido demonstra não só a viabilidade e consistência de sua proposta como a firmeza e continuidade de seu empenho. O processo filtra e adensa intenções e propósitos. Por esta razão, apenas 10 partidos até agora conseguiram registrar-se definitivamente. Os demais, em número de 33, permanecem no limbo, mas disponíveis, certamente não todos, a negociatas de toda sorte.

Afora esses aspectos, convém ressaltar que a estruturação partidária, ao começar pelo município, isto é, de baixo para cima, tem um sentido altamente democratizante, pois é mesmo da base popular que deve partir todo movimento social que pretenda ser autêntico, consistente e duradouro.

Por outro lado, a ampliação das facilidades para a multiplicação de siglas vai engordar um quadro partidário já sobrejamente farto, conquanto frágil, amorfo e vazio. E favorece a temporada de caça aos carreiristas e o tráfico entre legendas.

Nesta salada de siglas sem embasamento ideológico, programático ou doutrinário, é natural que a opção por qualquer delas seja uma decisão de interesses e não uma decisão de pensamento ou de ideias, conforme diagnostica o professor Orlando Carvalho. Se o partido não serve, por não atender, eventualmente, a um determinado interesse, muda-se de partido, sem qualquer constrangimento.

No entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nunca se precisou tanto de bons partidos como na presente conjuntura. Porque em nenhuma outra fase de nossa História o regime que adotamos foi tão formalmente democrático. E a maior evidência desta assertiva resi-

de justamente no alargamento da participação popular no processo político-eleitoral.

A História, mestra da vida, está aí para confirmar. Na eleição de 1886, a última do Império, e já sem o voto do analfabeto, votaram 117 mil eleitores, correspondendo a 0,8% da população. Em 1934, mesmo com a introdução do voto obrigatório, o incremento não foi tão expressivo, pois apenas 7,3% da população votou. Em 1945, na eleição inaugural da redemocratização, a primeira realizada com a participação de agremiações partidárias de âmbito nacional, o índice subiu para 11%. Decorridos 100 anos da última eleição realizada no Império, e contando novamente com o voto do analfabeto, a participação popular pulou de 0,8% em 1886 para mais de 40% em 1986.

O grande salto, porém, ocorrerá na próxima eleição presidencial, a primeira a contar com o voto facultativo dos menores de 18 anos e maiores de 16. Nela, comemorando o centenário da República, cerca de 82 milhões dos 147 milhões de brasileiros deverão comparecer às urnas, enquanto para eleger o último Presidente por via direta, no distante ano de 1960, só votaram 17,9% da população.

Vê-se que, pela primeira vez na vida político-eleitoral de nosso País, mais da metade dos brasileiros vai escolher o Presidente da República. Ante tão expressiva participação popular, podemos afirmar que o Brasil está prestes a inaugurar a primeira democracia do mundo, pois, em nenhum outro país, o governo é, realmente, produzido pela vontade da maioria da Nação.

Mas a produção da vontade popular é operada através dos partidos políticos, a quem cumpre a elevada tarefa de selecionar os candidatos e submetê-los ao referendo das urnas. Como não há candidatos sem a intermediação dos partidos, estes devem captar, delimitar, direcionar e conduzir essa vontade.

A ação dos partidos é, portanto, vital para a autenticidade do regime e para a operosidade do sistema representativo. Sem partidos sólidos e transparentes, a maioria pode escolher mal, e isto compromete a representatividade.

Conclui-se que a democracia não é apenas uma questão de quantidade, mas, sobretudo, de qualidade. Quando a escolha é qualitativa,

a participação popular deixa de ser aleatória para se converter em manifestação de poder político.

Faço estas considerações, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para externar minhas preocupações com a fragilidade e o artificialismo do quadro partidário vigente.

Em verdade, há uma superabundância de partidos. E não consigo identificar, no universo político que nos envolve, correntes do pensamento político ou de opinião para tantas agremiações. Há mais partidos que ideias na praça.

Nosso texto constitucional manteve a liberdade para a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos, o que me parece democrático e salutar. Mas os dispensou da exigência de terem atuação permanente, o que não me parece construtivo nem razoável. Afinal lhes foi assegurado o direito a recursos do fundo partidário, isto é, recursos do contribuinte, e o acesso gratuito ao rádio e à televisão. Como se vê, só direitos. Nenhuma obrigação.

Por entender que os partidos devem ter obrigações, dentre as quais a de representar alguma parcela do eleitorado, estou apresentando à consideração do Congresso uma proposta de emenda constitucional. Ela visa, restabelecendo o espírito da Emenda nº 25/85, a assegurar a representação no legislativo federal somente aos partidos que obtiverem o apoio, expresso em votos, de três por cento do eleitorado, apurados em eleição geral para a Câmara dos Deputados e distribuídos em pelo menos cinco Estados, com o mínimo de dois por cento do eleitorado de cada um deles. Os eleitos por partidos que não alcançarem esses percentuais terão o prazo de 60 dias para optarem por outra agremiação que satisfaça esse requisito. Desta forma, mantém-se a liberação para criar partidos. Contudo, uma vez habilitados, impõe-se que participem efetivamente do processo político e colaborem para o aperfeiçoamento do regime democrático.

Creio ser esta a medida eficaz para evitar a permanência, por longo tempo, das siglas de aluguel e da fraude continuada contra a democracia e a consciência popular.

Muito obrigado.



A proposta da Universidade do Sul do Piauí

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**²¹ (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com incontida satisfação que registro nos Anais desta Casa a realização, na cidade piauiense de Corrente, do Seminário de Educação e Agropecuária, promovido pela Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí – FESPI. A promoção do seminário assinalou o término do curso de pós-graduação em Metodologia de Ensino Superior, ministrado pela Universidade de Passo Fundo, do Rio Grande do Sul, por autorização do Conselho Federal de Educação, com vistas a especializar o futuro corpo docente do Centro de Ensino Superior do Vale do Paraím, mantido pela FESPI.

Assim, de 19 a 23 do mês em curso, professores, estudantes, autoridades públicas, produtores rurais e a comunidade tiveram a singular oportunidade de discutir, em alto nível, os mais palpitantes assuntos relacionados com a implantação do ensino superior naquela promissora região do Piauí. O temário central do seminário fundou-se na discussão da proposta de currículo para as séries iniciais da escola de primeiro grau e na análise de alternativas para o desenvolvimento regional, centrado na agropecuária.

Em verdade, a implantação da chamada Universidade do Sul do Piauí, na cidade de Corrente, empreendimento comunitário que recebe o apoio do MEC e das prefeituras municipais da região, vem se desenvolvendo em ritmo bastante acelerado. Assim é que as instalações físicas do campus universitário, envolvendo quase 3.000m² de área construída, acham-se em fase de acabamento. As bibliotecas específicas para as áreas de Pedagogia e Agronomia, os dois primeiros cursos a serem iniciados no próximo ano, já foram adquiridas. Também, já foram comprados e brevemente serão instalados nada menos de cinco laboratórios – de química, fitopatologia, solos, sementes e microscopia.

21 Pronunciamento na Câmara dos Deputados, em 30.06.1989.

A ideia dominante, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é construir-se uma instituição universitária distanciada do modelo tradicional, pois integrada à comunidade regional e primordialmente comprometida com a melhoria de suas condições de vida. Sinalizada por esta preocupação, será indubitavelmente um vigoroso instrumento de transformação do meio em que vai atuar, prestando serviços, estudando, pesquisando, questionando e propondo soluções para os ingentes problemas do Extremo Sul do Piauí.

Entretanto, para que atinja tão ambicioso objetivo não basta apenas a ideia. É preciso formar quadros, preparar recursos humanos, sensibilizar pessoas, despertar empatias, infundir confiança, enfim, criar as condições para a ação construtiva, permanente e transformadora. Foi esta a razão determinante da realização do seminário e dela decorreu o seu êxito, que nos indica que estamos aptos a construir um modelo de universidade verdadeiramente comunitário. Universidade que universalize, isto é, que amplie horizontes e participações, buscando a unidade no “mais”, que é a imensa maioria dos marginalizados, e abandonando sua histórica adesão ao “menos”, que é a minoria elitizada, social e economicamente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para quem, como o orador, assumiu desde cedo uma posição combatente contra as injustiças sociais, o atraso e o imobilismo, a perspectiva de a comunidade se organizar e se equipar para vencer, ela mesma, os desafios à sua volta, constitui motivo do entusiástico regozijo.

Eis, portanto, a razão desse registro.

Muito obrigado.

Eu represento é o Piauí marginalizado

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**²² (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com o objetivo de aperfeiçoar e racionalizar os instrumentos de defesa do Nordeste, particularmente quanto ao aproveitamento dos recursos de solo e água daquela região, apresentei à consideração do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 2.803, que autoriza a transformação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) em Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Nordeste (Covales). Esta nova e grande empresa, incorporando o Dnocs e seu imenso acervo, terá a responsabilidade de prosseguir na política de combate à seca naquela região.

O projeto tem causado certa celeuma e, em virtude de uma nota publicada recentemente em jornal de grande circulação, em Brasília e em Teresina, dirigi carta ao seu autor, o jornalista Rangel Cavalcante, cuja transcrição solicito seja feita nos Anais desta Casa.

Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. que, também, autorize a inserção nos Anais de um editorial do jornal O DIA, edição de 23 de julho de 1989.

Faço questão de deixar registrados esses dois documentos, para esclarecer que nada tenho contra o Dnocs ou a Codevasf. Ao contrário, meu projeto visa a prestigiá-los. Se tivesse alguma coisa contra ambos, proporia sua extinção, não sua ampliação por toda a área do Polígono das Secas.

Muito obrigado.

²² Editorial do jornal O DIA, edição de 23.07.1989.

CARTA A QUE SE REFERE O ORADOR

“Brasília, 11 de julho de 1989.

Senhor jornalista Rangel Cavalcante,

Li, em sua apreciada coluna do jornal O DIA, de Teresina, edição de 7 do corrente, sob o título “Coveiros do Dnocs”, matéria em que me atribui a autoria de “projeto que extingue o Dnocs e passa para a Codevasf todo o acervo e atribuições daquele órgão”.

Já se vê que o eminente jornalista não leu o meu projeto. Se o tivesse lido, como é do dever de quem pretende ser criterioso no ofício de informar, veria que o que propus foi a transformação da Codevasf em Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Nordeste (Covales), para atuar em toda a área territorial do Polígono das Secas e não apenas no vale do São Francisco.

Como a nova empresa tem por objetivo o aproveitamento integrado dos recursos de solo e água do Nordeste, especialmente dos vales do São Francisco e Parnaíba, os dois maiores rios da região, recomenda o bom senso que a ela se incorpore o Dnocs, encarregado de fazer a mesma coisa.

O meu projeto visa, portanto, a acabar com a multiplicidade de órgãos, o paralelismo de ações, o desperdício de recursos e o empreguismo, vícios frequentes na enferrujada máquina administrativa de nosso País.

Por constituir esse projeto uma honesta tentativa de enxugar, modernizar e moralizar essa máquina, é compreensível que encontre forte resistência, sobretudo dos contumazes mamadores do erário, historicamente refratários a toda e qualquer mudança.

Mas já é tempo de ser colocada a administração pública a serviço da eficiência. No Brasil, a burocracia consome as verbas e manda as obras para as calendas gregas. Não é sem razão que os municípios mais secos do Piauí não conhecem o Dnocs. Nem por ouvir dizer.

Aliás, o Dnocs deve ser muito bom para o Ceará. Como a Codevasf deve sê-lo para a Bahia. Como eu represento é o Piauí marginalizado, quero que ambos, formando a Covales, sejam

bons para todo o Nordeste, e não apenas para esses dois privilegiados Estados.

Por oportuno, esclareço que é de minha autoria a proposta, infelizmente rejeitada na Constituinte, dispondo sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Parnaíba.

Cordialmente, Deputado Jesualdo Cavalcanti.”

EDITORIAL A QUE SE REFERE O ORADOR

“Ora direis, e o povo?”

“É incrível como as propostas e projetos concebidos para dar algum tipo de solução a velhos problemas nordestinos sempre encontram algum tipo de resistência, quando não a sua condenação total, até por omissão ou indiferença. Dizíamos, ainda ontem, que preservamos a condição de arquipélago, justamente para permanecermos, diabolicamente, presos ao atraso e à pobreza.

O Estado do Piauí, há mais de um século, peleja para construir um porto marítimo e o País inteiro lhe dá as costas. O Congresso Nacional, simplesmente, o desconhece. A Cia. de desenvolvimento do Vale do Parnaíba, desde 1960, tenta ser aprovada no mesmo Congresso e, também, não consegue. A RFFSA deixa que seus trechos ferroviários se acabem com o tempo, em vez de reaparelhá-los, e não há quem se interesse pelo assunto. A navegabilidade do rio Parnaíba é outro item, igualmente incapaz de sequer ser considerado passível de ser apreciado nos próximos 50 anos. Nem mesmo os piauienses, na Câmara Federal e no Senado, nos ministérios ou funções de destaque, em Teresina ou em qualquer parte, têm o menor interesse em conhecer suas repercussões na vida do Estado.

Agora, o Deputado Jesualdo Cavalcanti está pedindo apoio político para o seu projeto de transformação da Cia. de Desenvolvimento do Vale do São Francisco em Cia. de Desenvolvimento dos Vales do Nordeste, com absorção do Dnocs e o máximo que obteve, até agora, foi crítica, pois há vaidades feridas, dilaceradas mesmo, se desaparecer o nome Codevasf ou Dnocs.

Ainda que no lugar dessas siglas surja uma empresa que some a experiência e o pessoal de ambas as instituições, para um trabalho objetivo e sem desperdício ou superposição de tarefas. E para aproveitar não apenas o vale de um único rio e os trabalhos esparsos do Dnocs, mas todos os vales úmidos nordestinos, do Jaguaribe ao Parnaíba, do Potengy ao Capibaribe. As vozes que se levantam não lembram dos benefícios que surgirão, mas somente das siglas que deixarão de existir, especialmente como “cabo eleitoral” dos mais eficientes!

Como compreender a situação do Nordeste, se ninguém pretende materializar suas extraordinárias potencialidades econômicas, desfrutando de seus vales úmidos; transportando suas riquezas por vias fluviais e ferroviárias? Na verdade não é difícil. Enquanto a política partidária colocar seus interesses acima dos da comunidade, jamais sairemos do atoleiro. Uma prova? O partido do Deputado Jesualdo Cavalcanti cerrou fileiras, em apoio ao seu projeto? Quantos parlamentares de sua sigla já se manifestaram, no Congresso ou na Assembleia? E são todos representantes do povo. Ora, direis, e o povo?”

Rangel Cavalcante

Pela companhia de desenvolvimento dos vales do Nordeste

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**²³ (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para não fugir à regra, o governo avança impiedosamente, mais uma vez, sobre os minguados recursos programados para o Piauí. Se não bastasse a indigência com que foi tratado o meu Estado no malsinado **jumbão**²⁴, que enodou a memória do Congresso Nacional, a Mensagem nº 146, em tramitação na Comissão Mista de Orçamento, simplesmente propõe o cancelamento de várias dotações que lhe foram consignadas no orçamento vigente. Dentre essas alterações, cabe salientar a destinada ao “aproveitamento hidroagrícola da Bacia do Parnaíba”, no montante de NCz\$ 10.929.182, a cargo do Dnocs.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, causa revolta, até ao mais pacato dos mortais, tamanho desprezo por um Estado tão rico de potencialidades, principalmente hídricas, como o Piauí. Além do Parnaíba, que ostenta a posição de segundo maior rio do Nordeste, só superado pelo São Francisco, detém o maior lençol freático do mundo. O poço Violetto, no vale do Gurgueia, em Cristino Castro²⁵, chega a jorrar a 50m de altura os seus 900 mil litros de água por hora. Em que parte do mundo é possível contemplar esse espetáculo de vigor e abundância da Natureza? Só no Piauí, respondo eu, cujo povo, no entanto, passa fome e sede, embora reconhecidamente criativo e trabalhador. Volto a perguntar: existe maior agressão à inteligência, ao engenho e arte do homem do que esta de “não ter o que comer na terra de Canaã”?

Dáí considerarmos o aproveitamento do Parnaíba, em cuja bacia se localiza quase a totalidade do território piauiense, a mais impor-

23 Pronunciamento na Câmara dos Deputados, em 15.09.1989.

24 Apelido que tomou por alterar profundamente o orçamento do exercício de 1989.

25 Por desmembramento, localiza-se atualmente no município de Alvorada do Gurgueia.

tante medida no contexto das providências julgadas indispensáveis para reverter o quadro de penúria do Piauí.

Para levá-la a cabo, infelizmente não vingou na Constituinte a proposta de criação de um organismo específico, dotado de amplos recursos técnicos e financeiros. Inconformado, ofereci recentemente à consideração desta Casa o Projeto de Lei nº 2.803/89, pelo qual proponho a transformação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) em Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Nordeste (Covales)²⁶.

Com esta medida, pretende-se reunir, numa pujante empresa pública, a experiência, conhecimentos técnico-científicos e verbas, atualmente diluídos em vários órgãos, na tentativa de definir objetivos permanentes, selecionar prioridades, economizar recursos, racionalizar e agilizar a máquina administrativa e integrar programas e projetos, com vistas ao aproveitamento do solo e da água do Nordeste.

Por mais que a critiquem, sobretudo por ferir interesses cartoriais, a ideia tem o mérito de suscitar amplo debate sobre as causas da pobreza do Nordeste, bem assim sobre a ineficácia dos meios até agora empregados para extirpá-la, com enfoque especial para o Piauí, sempre marginalizado.

Quem assim se posiciona, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não pode calar a sua voz de protesto, o mais indignado, contra o pretendido corte de verbas destinadas ao aproveitamento da bacia do Parnaíba. É o que faço neste momento, esperando que a Comissão Mista de Orçamento repila, com altivez, mais esse golpe contra os interesses do Piauí.

Muito obrigado.

26 Embora não aprovado, a ideia seria aproveitada em parte, em 2000, com a aprovação da Lei nº 9.954, de autoria do Senador Freitas Neto, que incluiu o vale do Parnaíba na área de atuação da Codevasf.

A seca não tem partido

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**²⁷ (PFL-PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Prefeito Júlio César de Carvalho Lima, Presidente da Associação Piauiense de Prefeitos Municipais, acaba de dirigir ao Ministro João Alves Filho, do Interior, o seguinte telex:

“Tendo em vista ocorrência constante discriminação política no Piauí, principalmente quando se trata distribuição recursos federais entregues governo estadual para repasse prefeituras, vimos solicitar Vossa Excelência se digne determinar que liberação ajuda para municípios atingidos pela estiagem seja entregue diretamente às prefeituras, intermédio escritório local Sudene ou através Associação Piauiense de Prefeitos Municipais – APPM. Por oportuno, reitero solicitação ajuda desse Ministério virtude situação vir se agravando cada vez com maior intensidade.”

Ao trazer o assunto ao conhecimento desta Casa, desejo expressar minha irrestrita solidariedade à APPM. Em verdade, é dramática a situação de vários municípios piauienses diante do quadro de seca que experimentam, em que já falta água até para consumo humano.

O governo estadual, pressionado por todos os lados, decretou estado de emergência em 37 municípios, mas deixou de lado alguns municípios tradicionalmente castigados por longas e aflitivas estiagens, como o de Simões, tido e havido como o mais seco município do Piauí. Tal omissão denuncia a falta de critérios ou, no mínimo, de conhecimento da brutal realidade do interior piauiense, o que, em qualquer das hipóteses, só pode merecer minha total repulsa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é preciso e urgente que se afastem os interesses politiquieiros na execução dos programas de assistência às vítimas das secas. Nada mais imoral e repugnante que a perversa prática, infelizmente ainda em voga no atual governo piauiense, de discriminar municípios por razões meramente partidárias.

²⁷ Pronunciamento na Câmara dos Deputados, em 19.09.1989.

rias. Ora, a seca não tem partido. Nem os padecimentos que ela provoca podem tê-lo.

Assim, tem absoluta razão a APPM quando pleiteia ao Ministro João Alves Filho que os recursos destinados aos municípios atingidos sejam repassados diretamente às prefeituras, por intermédio daquela entidade ou da Sudene, por não pertencerem a partidos e estarem acima de qualquer suspeita. Além do mais, são as prefeituras que conhecem de perto e em profundidade as realidades locais, estando, portanto, em melhores condições de atender e priorizar as necessidades que surgem em tais circunstâncias.

Vale salientar, por outro lado, que a centralização de recursos federais nos Estados não só contraria a tendência municipalizadora da nova Constituição como tem sido fonte inesgotável de frequentes escândalos, por desvios e malversações.

A administração dos recursos do SUDS, por exemplo, tem revelado ao Tribunal de Contas da União, que a vem investigando, toda sorte de bandalheiras. Estados há que aplicam tais recursos no *over*, enquanto hospitais e postos de saúde são fechados no interior por absoluta falta de condições de funcionamento.

No caso particular do Piauí, o quadro é agravado, também, pelo repasse exíguo dos recursos do SUDS aos municípios, vítimas, não raro, de escamoteação por parte da Secretaria Estadual de Saúde. A última prestação de contas revela um dado estarrecedor: de todo o volume de recursos recebidos do SUDS no primeiro semestre deste ano, no montante de NCz\$ 16.848.254,30, essa Secretaria só repassou aos municípios, excluído o da Capital, míseros NCz\$ 314.974,15, isto é, menos de 2%. Para onde está indo o dinheiro, uma vez que os profissionais da saúde percebem salários humilhantes e a rede hospitalar estadual funciona precariamente?

Qualquer que seja a resposta, entendo que a marginalização do município está comprometendo, irremediavelmente, o êxito do SUDS, como se fato compromete e inviabiliza todo e qualquer outro programa social, inclusive o da emergência. É a experiência que o indica.

Muito obrigado.

Quem salvará o salvador?

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**²⁸ (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em discurso que proferi ao inaugurar minha presença nesta tribuna, publicado no *Diário da Constituinte* de 17 de fevereiro de 1987, fiz questão de esclarecer a linha de conduta que me importaria nesta Casa. Disse naquela ocasião:

“Pertencendo aos quadros do Partido da Frente Liberal do Piauí, confesso que tenho especial respeito pelos partidos políticos. Contudo, não sou o primeiro a afirmar nem serei o último a reconhecer que “quem serve melhor a seu partido é quem serve melhor a seu País.”

Em outro pronunciamento, publicado no mesmo *Diário*, desta feita de 7 de janeiro de 1988, voltei a declarar:

“Reafirmo que, errando ou acertando, seguirei os ditames de minha consciência. Que ninguém espere contar com o meu voto para frustrar as aspirações do povo brasileiro.”

Malgrado as incompreensões, não raro salpicadas de mesquinhas vinganças, não me faltou a necessária força moral para confirmar, por palavras e votos, a firmeza e sinceridade deste compromisso de consciência. Embora, por vezes, até errando, quem sabe? Só o futuro dirá.

Desta forma, durante a Constituinte muito discrepei da orientação da liderança do PFL. Diria mesmo que pouquíssimas vezes com ela me alinhei. Se assim não fora, em vez dos 5,25 pontos que me atribuiu o DIAP, teria eu amargado o zero a que fizeram jus os principais líderes do meu partido, sob a ótica das questões trabalhistas. É que entendia naquela época, como ainda continuo a entender, que numa sociedade pluralista, a exemplo da brasileira, a Constituição só poderia resultar da vontade dos partidos se os partidos representassem, efetivamente, a vontade da Nação.

Ora, existe algo mais distanciado do querer do nosso povo do que o agir dos principais partidos brasileiros, nos dias atuais? É evidente

28 Pronunciamento na Câmara dos Deputados, em 11.12.1989.

que não. E a evidência mais recente foi oferecida pelo resultado do pleito de 15 de novembro último. Laureados pela vontade popular, chegaram ao segundo turno apenas candidatos de pequenos partidos, enquanto os indicados pelas maiores agremiações ocuparam modestos lugares na preferência do eleitorado.

Há, portanto, um agudo descompasso entre o formal e o real. Entre o continente e o conteúdo, Entre o espectro partidário e o povão. Poderia até dizer, como Oscar Wilde, que “entre a ideia e a ação paira a sombra”. E, enquanto essa sombra perdurar, seja entre o programa e a prática dos partidos, seja entre a ação dos políticos e a vontade da Nação, o jogo democrático não passará de uma farsa. E como farsantes não têm compromissos com a seriedade, deles não seria razoável exigir-se algum contributo para a grave tarefa de construção de instituições estáveis, justas e democráticas, como anseia ardentemente a Nação.

Creio que foi esse quadro de contradições, incertezas e descrenças o responsável pelo resultado do primeiro turno da sucessão presidencial. Confuso, no jogo do faz-de-conta, o eleitor se mostrou incapaz de escolher o melhor dentre os 21 candidatos. Acuado, agora se vê a braços ante a necessidade de escolher o “menos pior” dentre os dois salvados do naufrágio.

É dramático e assustador constatar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que após 29 anos de jejum eleitoral e sufocado pela pior crise de nossa História, ao povo brasileiro só tenha restado tão estreita margem de opção. Qualquer que seja seu voto, basicamente será o voto do medo de não identificar corretamente o “menos pior”, nesta pororoca infernal de promessas, embustes e denúncias em que se transformou a campanha no segundo turno. Para confundir ainda mais, o iletrado se transformou em candidato dos intelectuais e o rico, em candidato dos pobres.

Confesso-me, como milhões de brasileiros, perplexo e preocupado. No primeiro turno, apoiei Brizola. E o fiz no pressuposto de estar escolhendo quem melhor se preparara para o exercício da Presidência. Isto pelo estudo, pelo trabalho, pelo relacionamento externo e até pelas provações que lhe foram impostas.

E agora, que fazer?

Não é fácil votar com responsabilidade. Só é fácil votar quando não há preocupação com o dia seguinte.

Temo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o nosso povo, na ansiedade de seu desespero, esteja prestes a amargar a quarta frustração dos últimos cinco anos.

A primeira foi com a emenda das diretas, em 1984. A segunda, com o plano cruzado, em 1986. A terceira, com a Constituinte, em 1988, na qual centrou todas as suas certezas e esperanças, como se a nova Constituição, por si só, de forma mágica e devastadora, tivesse o condão de zerar as aflições que acumulara ao longo do regime militar. No afã de desmontar o entulho autoritário, para reconciliar Estado e sociedade, produzimos o melhor e o mais democrático texto constitucional de nossa História e, no entanto, as inquietações não serenaram. É bem de ver que poucos se lembraram que uma Constituição, na singeleza de seus enunciados, apenas fundamenta um projeto de vida nacional, para cujo andamento precisa de algo mais, inclusive do grau de consciência e de vontade políticas de governantes e governados. E como esses condimentos – consciência e vontade políticas – a cada dia escasseiam no mercado de nossas ilusões, hoje nos defrontamos com o impasse sucessório, capaz de gerar a mais profunda frustração de todas as quatro a que me referi.

De fato, não resta dúvida de que os desenganos do passado estão a alimentar as expectativas de hoje. As esperanças de mudanças se voltam, inteiramente, para o futuro Presidente. Na simplicidade da visão popular, de lado a lado, uma vez eleito, o pão buscará a mesa do pobre, e os corruptos, finalmente, serão mandados para a cadeia. A inflação será reduzida a índices inexpressivos. Os salários serão multiplicados. Não haverá mais fila nos hospitais nem nos postos do INPS ou do INAMPS. Os banqueiros internacionais vão se ajoelhar diante do Brasil. Todos terão terra para trabalhar. Não haverá desemprego, analfabetismo ou doenças. Enfim, será decretada a felicidade geral.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o messianismo estimulado pelos dois candidatos nos leva a acreditar que não estamos escolhendo um presidente para a República e sim um salvador para a Pátria. Nesta postura milagreira reside o grande perigo. Pois, não atendidos tão justos anseios, quem salvará o salvador?

Muito obrigado.

M A R A D O S D E P U



Estado do Gurgueia, semente para o futuro

O Sr. **JESUALDO CAVALCANTI**²⁹ (PFL – PI) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao despedir-me desta Casa para exercer, pela terceira vez, o mandato de Deputado Estadual, deixo à serena reflexão dos colegas o exame da questão relacionada com a criação do Estado do Gurgueia.

É bem verdade que a Comissão de Estudos Territoriais, presidida pelo eminente conterrâneo, Senador Chagas Rodrigues, já deu cumprimento ao disposto no art. 12 das Disposições Constitucionais Transitórias submetendo ao Congresso Nacional o relatório de seus trabalhos. Nesse relatório, publicado no “Diário do Congresso Nacional” de 07.03.90, foi proposta a redivisão do território brasileiro, com a criação dos Estados do Tapajós e do Triângulo, além dos Territórios Federais do Rio Negro, do Alto Solimões e do Araguaia.

Entendo, no entanto, que a proposta da referida Comissão não esgota nem limita a ação do Congresso Nacional no tocante à criação de outras unidades federadas, à vista da disposição permanente contida no § 3º do art. 18 da Constituição. E, assim, decidi não suscitar, naquele momento, o debate sobre o Estado do Gurgueia, sem prévia e ampla discussão, sobretudo às vésperas de uma campanha eleitoral. Prefiro fazê-lo agora, após as eleições, justamente para preservar a ideia de interpretações equivocadas, quase sempre maliciosas e passionais. Se a tivesse lançado antes daqueles eleições, quando estava a disputar o mandato de Deputado Estadual, por certo a maledicência não vacilaria em identificá-la com um mero gesto de *marketing* eleitoral.

Folgo em esclarecer, por outro lado, que não me move nenhuma razão de inconformidade ou de desalento quanto ao resultado do pleito, pois foi eleito Governador do Piauí, com esmagadora maioria em toda aquela região, precisamente o candidato que apoiei e em quem confio – o Dr. Freitas Neto.

29 Pronunciamento na Câmara dos Deputados, em 13.12.1990.

Assim, livre desses condicionamentos, creio que este justo anseio do povo do Sul do Piauí possa ser discutido e compreendido, em todos os seus múltiplos aspectos, sem açodamentos nem passionalismos estéreis.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quem contempla o mapa de nosso País não pode deixar de reconhecer, diante do gigantismo e da disformidade de alguns Estados, que a nossa divisão territorial não favorece a eficiência administrativa nem a interiorização do desenvolvimento. Imensos espaços vazios, grandes distâncias dos centros de decisões, descontinuidade administrativa, privilegiamento de regiões dotadas de maior peso político ou econômico, indiferença quanto à vocação econômica e às potencialidades de cada região, ausência de políticas de desenvolvimento para as regiões mais distantes e carentes, eis as mazelas resultantes dessa divisão. Se não por motivos históricos ou culturais, pelo menos em respeito à racionalidade, esse mapa deve ser redesenhado. Pois foi em nome da racionalidade que votei favoravelmente a todas as propostas de criação de novos Estados durante a Constituinte. E folgo em constatar que, embora algumas tenham sido rejeitadas, muito avançamos com a criação do Estado do Tocantins e da transformação em Estados dos Territórios de Roraima e Amapá. É bom salientar que Goiás não ficou pobre com a criação do Estado do Tocantins, como Mato Grosso não deixou de crescer com o desmembramento da área que hoje constitui o Estado de Mato Grosso do Sul. Ao contrário, as informações que temos sobre o progresso que experimentam esses quatro Estados nos conduzem ao reconhecimento de que o exemplo merece e deve ser seguido.

Afinal, com os seus 8.511.996 km² de área, agora é que o Brasil passará a possuir 26 Estados, ao passo que os Estados Unidos contam com 49 Estados nos seus 9.363.933 km². Outrossim, é oportuno esclarecer que o México, com 1.972.546 km², pouco mais que um quinto do território brasileiro, está dividido em 29 Estados e 2 Territórios Federais.

Está claro que, em termos de divisão territorial, o Brasil tem muito a aprender com esses dois países americanos.

A colonização do Piauí, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inverteu o itinerário tradicional da colonização brasileira. Enquanto nosso País foi colonizado do litoral para o sertão, o Piauí o foi do sertão para o litoral. De fato, portugueses, pernambucanos, paulistas

e baianos, no século XVII, foram penetrando, na trilha do boi, os vales úmidos do Sul, os lendários “Sertões de Dentro do Piagohy”, e aí estabeleceram os seus currais e fazendas de gado. Isto explica por que, chegando ao litoral, quando ele estava quase todo ocupado, só conseguimos “ganhar uma nesga do mar, que abre os horizontes e estimula os sonhos”, no dizer de Martins Napoleão. Daí a forma longitudinal do território piauiense, em que para uma largura de apenas 66 quilômetros de costa, temos o comprimento de cerca de 1.250 quilômetros. A capital, Teresina, situada no Centro-Norte, dista 900 quilômetros de Cristalândia do Piauí, a última cidade do Sul, já na divisa com a Bahia.³⁰

Durante décadas, as áreas próximas ao litoral e à capital experimentaram expressivo surto de desenvolvimento. O Sul, mais distante, ficou entregue à sua sorte. Cansado de esperar pelo Governo, que tanto tardava, seu povo não parou e agora quer autonomia para andar mais depressa e construir seu próprio destino.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a área que o IBGE conveniou denominar de Sul Piauiense, em sua divisão regional de 1977, compreende 152.233 km² dos 250.934 km² do território do Piauí. Nela vivem, segundo estimativa desse conceituado órgão federal, cerca de 700.000 dos 2.800.000 habitantes, distribuídos em 45 dos 118 municípios do Estado.³¹

Esta é a área que desejamos desmembrar para a formação do Estado do Gurgueia. Ela é superior, individualmente, ao território de 10 Estados brasileiros – Ceará (145.693 km²), Amapá (142.358 km²), Pernambuco (101.023 km²), Santa Catarina (95.318 km²), Paraíba (53.958 km²), Rio Grande do Norte (53.166 km²), Espírito Santo (45.733 km²), Rio de Janeiro (43.653 km²), Alagoas (29.106 km²) e Sergipe (21.862 km²).

Por outro lado, com esse desmembramento, o Piauí continuaria ainda contando com a expressiva área de 98.701 km², inferior à de apenas três dos Estados citados, e uma população de 2.100.000, su-

30 A cidade mais distante de Teresina atualmente é Sebastião Barros (940 km).

31 Com a criação de novos municípios, o Piauí passou a contar com 224, dos quais 87 formarão o Estado do Gurgueia.

perior, isoladamente, à dos Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.

Já se vê que o desmembramento pretendido não afetará profundamente o Piauí, pois não o colocará em posição de inferioridade em relação a várias outras unidades federadas, sob os aspectos de população e espaço territorial.

Sem embargo, uma vez criado o Estado do Gurgueia, abrir-se-ão novos horizontes para o aproveitamento de seus imensos recursos hídricos, dentre os quais se destacam o maior lençol freático do mundo e os rios Parnaíba, Gurgueia, Uruçuí-Preto, Paraim, Piauí e Canindé.

A par dessas potencialidades, poderão ser incorporados ao processo produtivo nada menos de 9.300.000 hectares de cerrados, cuja exploração vem sendo testada com resultados plenamente satisfatórios, o que prenuncia uma nova e promissora fronteira agrícola. Isto sem falar na sua pecuária, cujo rebanho registrado na ABCZ corresponde a mais de 60% do existente no Piauí.

Do ponto de vista histórico, econômico e cultural, o Sul do Piauí tem vinculações muito mais estreitas com os Estados limítrofes, em especial a Bahia, Pernambuco e Tocantins, do que propriamente com Teresina, embora a recente construção de estradas tenha amenizado o isolamento que por séculos ali perdurou.

Vale esclarecer que a área possui cidades da maior importância no contexto do Piauí, por seu estágio de desenvolvimento e tradição cultural, como Floriano, Canto do Buriti, Uruçuí, Simplício Mendes, Bom Jesus, Paulistana, Corrente, São Raimundo Nonato e São João do Piauí. Contudo, é de toda a conveniência que a capital seja localizada no centro geográfico do futuro Estado, inclusive para permitir que todas as suas regiões cresçam de forma harmoniosa e acelerada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a criação do Estado do Gurgueia, pelas distorções que vai corrigir e pelo progresso que propiciará, carece de decisão política da maior envergadura. Para isso, urge que em torno dela se reúna toda a sociedade piauiense. Afinal, não pretendemos criar o Gurgueia contra o Piauí, mas, sim, com o Piauí, como ocorreu com o Tocantins, cujo nascimento foi praticamente patrocinado por Goiás.

Entretanto, a exemplo de outras medidas que a necessidade reclama mas o tempo protela, esta talvez não seja imediatamente acolhida. Como não se trata de um projeto pessoal, não temos pressa. Estamos semeando para o futuro. E quem assim planta reserva a melhor colheita para as gerações vindouras.

Muito obrigado.



Ninguém se perdeu na vereda de seu destino

O Sr. Presidente (**JESUALDO CAVALCANTI**)³² – Sr. Ministro Hugo Napoleão, Sr. Governador Freitas Neto, Sr. Governador Moisés Avelino, Sr. Desembargador Milton Nunes Chaves, Sr. Arcebispo Dom Miguel Câmara, Sr. Senador Chagas Rodrigues, Sr. General Luiz Gonzaga de Oliveira, Srs. Deputados, Srs. Agraciados e Convidados, esta é uma noite marcada por forte sentimento de piauiensidade.

Por certo reunimos, nesta cerimônia, personalidades talvez distanciadas, algumas, entre si, no espaço, no tempo, no afeto. No entanto, qualquer que seja a circunstância que porventura as separe, elas se identificam por um traço comum, porém envolvente, profundo, inconfundível – o Piauí!

Muitos foram os caminhos que guiaram alguns até aqui. Muitos foram os caminhos que conduziram outros para fora daqui. Mas, como o sentimento é profundo, ninguém se perdeu na vereda de seu destino. E aqui nos encontramos, ou melhor, nos reencontramos, para esta confraternização.

Muitos já prestaram os relevantes serviços que o seu engenho e arte lhes permitiram prestar, no seu tempo; outros estão a prestá-los agora, com todo o vigor de seu talento.

Uns conquistaram nossa gratidão pelo que realizaram aqui; outros ganharam nossa admiração pelo que conquistaram lá fora, com toda competência.

Muitos se tornaram dignos de nosso reconhecimento pelo que fizeram no exercício de funções públicas; outros, não menos dignos desse reconhecimento, pelo que construíram no desempenho de atividades privadas.

32 Pronunciamento, como presidente da Assembleia Legislativa, na cerimônia de entrega da *Medalha do Mérito Legislativo do Piauí* a várias personalidades, em 19.01.1993.

Verdade seja dita: ninguém está aqui por acaso.

Certamente, nem todos que a merecem receberam a **Medalha do Mérito Legislativo do Piauí**, nesta noite. Porém, nos consola a certeza de que serão promovidas outras noites memoráveis, como esta, para que possamos exercitar, de forma continuada, nosso inarredável senso de justiça.

Antes de finalizar, uma explicação: para se emendar a Constituição, seja estadual ou federal, é necessário o voto favorável de três quintos do respectivo Poder Legislativo. Para se conceder esta Medalha, é exigida a aprovação de dois terços do plenário desta Assembleia. Isto é, emenda-se a Constituição do Piauí pela vontade de dezoito deputados, enquanto que esta Medalha só é concedida se vinte deputados o quiserem. Por isso posso concluir: ninguém está aqui por acaso porque ninguém foi homenageado por acaso.

Que todos, com a graça de Deus, possam justificar e legitimar, por novas atitudes de opção pelo Piauí, as razões desta homenagem.

Muito obrigado.

Quem trabalha em conjunto não erra nem acerta sozinho

A expectativa é de que esta Corte³³ esteja inaugurando, neste momento, uma nova fase em sua vida quase centenária. Não por vontade pessoal, exclusiva, solitária, de quem hoje assume sua direção. Isto é, não pelo simples querer de seu presidente, de seu vice-presidente, de seu corregedor geral, pois é sabido que os três não fazem a maioria de sete.

Tenho plena convicção de que, se algo mudar verdadeiramente aqui, como, ansiosa, espera a sociedade piauiense, mudar-se-á pela vontade e decisão de todos os Senhores Conselheiros.

E isto porque, pela única vez em sua longa existência, esta Corte, antes de preocupar-se em escolher seus novos dirigentes, optou por aprovar, em primeiro lugar, o plano de trabalho que executarão no biênio que ora se inicia. E o fez, em ambas as decisões, de forma resoluta e transparente, pela manifestação unânime de seu plenário. Quem age assim sabe o que quer e como alcançá-lo.

Já se vê que, no exercício desses cargos, cumprimos apenas uma missão, à qual, por emanar de um colegiado consciente de seu papel, poderia ser confiada, indistintamente, a quaisquer de seus membros, pois quem trabalha em conjunto não erra nem acerta sozinho.

Fatos recentes de nossa história política, tais como o impedimento de um presidente da República e a cassação de vários mandatos parlamentares, por via congressual, estão a indicar, claramente, que este País mudou. E mudou profundamente, sobretudo ao abrir espaço, no bojo dessa mudança, cada vez mais às inquietações, questionamentos e cobranças de nosso povo.

Que ninguém ouse, em sã consciência, fechar os olhos e os ouvidos a esta crua realidade, desconhecendo a presença dominadora dos direitos e deveres inerentes à cidadania.

33 Pronunciamento ao assumir a presidência do TCE/PI, em 03.01.1995.

E neste contexto, ninguém admite mais a omissão dos Tribunais de Contas diante dos desmandos, da corrupção e dos desperdícios que ocorrem na administração pública, em geral.

Nosso povo quer vigilância, quer ação, quer presença, quer rapidez, quer firmeza no combate ao mau uso dos recursos públicos. Para isso é que existem os Tribunais de Contas.

E é isso que pretendemos fazer, com a graça de Deus, a participação dos Senhores Conselheiros, dos funcionários desta Corte e da Imprensa e a ajuda das autoridades e do povo piauiense.

Muito obrigado.

A liberação das forças criativas do homem

Creio não ser necessário dizer o quanto me honra³⁴, agrada e desvanece a inclusão de meu modesto nome entre os homenageados dessa solenidade.

Sou imensamente grato a todos, especialmente ao prefeito José Azevedo, à primeira-dama Oneide e aos formandos por este eloquente gesto de consideração e estima.

Este gesto, na sua singeleza, diz tudo. Lembra-nos, inclusive, que nem a distância nem a poeira do tempo foram capazes de afrouxar os fortes laços que nos unem, pois que enraizados na profundidade da confiança recíproca.

Lamento sinceramente não estar presente nessa festa e assim poder compartilhar da alegria dos formandos, de seus amigos e familiares, neste momento significativo para suas vidas e para o futuro das comunidades de Sebastião Barros.

Michelet, o genial historiador francês, refletindo sobre a prioridade que deve ser dada à educação no conjunto das políticas públicas, enfatizou:

“Qual é a primeira parte da política?

– A educação!

A segunda?

– A educação!

E a terceira?

– A educação!”

E não poderíamos pensar de outra forma, posto que nenhum país, na longa história da Humanidade, conseguiu vencer a pobreza

34 Mensagem de paraninfo aos professorandos do município de Sebastião Barros, em 03.02.2001

sem uma vigorosa e continuada política de educação de sua gente. Pois a educação não apenas desperta o homem para a nítida compreensão de sua vida e para o exercício pleno de seus direitos e deveres. De fato, ao mesmo tempo em que propicia essa visão crítica da sociedade, a educação libera as forças criativas do Homem, seu engenho e arte, munindo-lhe de condições efetivas para transformar o meio em que vive e construir o seu próprio destino.

Eis a nobre, envolvente e grandiosa missão confiada aos 57 novos profissionais do magistério que hoje recebem solenemente seus diplomas, com os nossos aplausos e felicitações.

Para orgulho de todos nós, o jovem município de Sebastião Barros inicia o século com a força educativa do exemplo: prioriza a educação e assim realiza a boa política, aquela que pavimenta o caminho para o futuro e abre amplos horizontes para o progresso e o bem-estar de seu povo.

Só isso, e nada mais do que isso, seria suficiente para justificar e legitimar a criação deste município, que muito me honra ter patrocinado.

Muito obrigado.

Consciência do dever cumprido

Está escrito nas Sagradas Escrituras³⁵ que tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo propósito debaixo do céu. Destarte, há tempo de nascer e tempo de viver; tempo de plantar e tempo de colher. Como há, também, tempo de ficar e tempo de partir. Escolher o momento é uma questão de necessidade ou de sabedoria.

Há quem sustente que o tempo é o senhor da razão. Ele teria assim o condão de propiciar um melhor entendimento das ações humanas, longe do calor das paixões e seus condicionamentos. No meu caso, parece que a razão é que dominou o tempo, pois ela indicou que meu tempo de serventia e o papel que ele representou nesta Casa já se haviam exaurido.

Aposento-me com a consciência do dever cumprido, e isto me dá uma profunda tranquilidade de espírito. Contudo, não posso deixar de reconhecer que esta foi uma das mais difíceis decisões de minha vida, sobretudo diante dos veementes apelos que recebi em sentido contrário, partidos dos Senhores Conselheiros, Auditores, Procuradores, diretores, técnicos e demais servidores desta Casa, indistintamente. A todos sou imensamente grato por mais essa prova de confiança, estima e consideração.

Compreendo perfeitamente os motivos de todas essas manifestações, tão calorosas quanto espontâneas. Afinal, aqui compartilhamos um tempo – quase oito anos – e vivenciamos juntos um especial momento na vida de nosso Tribunal. Juntos o reorganizamos. Juntos nos capacitamos, com a arma do conhecimento, para cumprir nosso dever, que é o de zelar e defender o patrimônio público. E juntos buscamos, e acredito que conseguimos, no dia a dia do correto desempenho de nossas tarefas, o respeito e o reconhecimento da sociedade piauiense.

35 Discurso de despedida do TCE/PI, na sessão solene realizada em 18.03.2002.

Combatendo o bom combate, como temos feito, só nos resta agradecer a Deus por termos mantido, sempre juntos, a inarredável fé no glorioso destino desta Instituição. Os homens passam, mas ela haverá de continuar a se fortalecer cada vez mais, com o concurso de cada um, como poderoso instrumento de construção da cidadania.

No exercício da magistratura ou na sua Presidência, conduzi como lema uma máxima de Victor Hugo, segundo a qual “ser bom é fácil, difícil é ser justo.” Não sei se fui bom. Mas tenho a plena convicção de que, antes de tudo, procurei ser justo. Inclusive por entender, como Chauvilliers, que “muitos são bons porque não sabem ser justos.”

Senhores e Senhoras, aprendi o valor da justiça pela força pedagógica do sofrimento, eu, réu sem crime, lutando pela minha própria liberdade, muito jovem ainda, nos idos de 1964. Daí a minha verdadeira obsessão por praticá-la, nos mínimos gestos da minha vida.

Desejo expressar a minha profunda gratidão pelas palavras, mais que generosas, há pouco proferidas, em nome de seus pares, pelos Conselheiros José Silva e Barros Araújo, pelo Auditor Jackson Nobre Veras e pela Procuradora Raíssa de Deus Barbosa, bem como pela Dra. Yonice Pimentel, representando o Sindicato do corpo de funcionários desta Casa. Agradeço também ao Presidente Sabino Paulo e a todos que me honram com suas presenças, especialmente os deputados Leal Júnior, Secretário de Governo, e Juraci Leite, bem como os Conselheiros aposentados Alcides Nunes, Afrânio Nunes, José Odon Maia Alencar e Walmor Carvalho.

Para finalizar, diria que só parte verdadeiramente quem leva seu coração. Não é o meu caso, já se vê, pois o meu coração fica eternamente preso a esta Casa, por inúmeras razões: pelo calor humano com que eu, a Socorro, o Jesualdo Filho, a Juliana e a Marina sempre somos acolhidos; pela competência, talento e dedicação de todos que a tornam vigorosa com o seu trabalho; pela colaboração diuturna que me foi prestada no decorrer desses anos; enfim, e especialmente, pelos muitos amigos e amigas que aqui deixo, de cuja convivência recolho, a todo instante, eloquentes demonstrações de carinho, afeto, compreensão e generosidade.

A todos, sem exceção, o meu mais penhorado agradecimento.

Quem ama, valoriza

Inicialmente³⁶, desejo agradecer, de todo o coração, o generoso gesto de escolha de meu modesto nome como patrono desta valorosa turma, que hoje cola grau em Engenharia Agrônômica pela Universidade Estadual do Piauí. Agradeço, também, as palavras de vossa oradora Isabel Cristina Figueiredo de Oliveira.

Felicitó-vos pela vitória que acabais de alcançar, estendendo meu caloroso abraço aos vossos familiares e a outros que contribuíram, direta ou indiretamente, para que ocorresse esta celebração.

Desejo também cumprimentar-vos por outro gesto que bem expressa a exata dimensão dessa vitória, sobretudo por dar nítido sentido e firme conteúdo ao juramento que proferistes. Refiro-me ao nome da turma – “Caminhos Férteis” – adotando como legenda o lapidar pensamento da imorredoura poetisa goiana Cora Coralina, que diz:

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada.
Caminhando e semeando, no fim, teremos o que colher.”

De fato, que é a vida senão uma contínua caminhada, um permanente semear, um inconcluso ato de construção de exemplos?

Ora, semeastes o talento e agora colheis o galardão. Por certo, na vossa vida profissional, que hoje se inicia, produzireis alimentos sem agressão ao meio ambiente, e tereis nosso respeito e reconhecimento.

Para mim, Senhoras e Senhores, é muito difícil, quicá impossível mesmo, colher a emoção desta hora sem volver os olhos para o passado e tentar reconstituir, na memória dos tempos, todos os passos da caminhada que nos conduziram até aqui. Parece que uma força interior, instigadora e poderosa, está a me alertar, a todo instante, que não haveria esta cerimônia, pelo menos com o brilho que a cerca, se a semente não tivesse sido feita ao longo de caminhos verdadeiramente férteis.

36 Pronunciamento de patrono na colação de grau dos engenheiros-agrônomos da Uespi de Corrente, em 27.07.2002.

A História, mestra da vida, está aí para prová-lo.

E ela nos indica que o povo de Corrente, desde os seus primórdios, escolheu a educação para fazer sua caminhada na construção de sua cidadania. Assim é que, há 150 anos, já preocupados com a educação de seus filhos, vários cidadãos desta terra deixaram sua labuta cotidiana, que girava em torno dos currais de criação de gado, para representar à Câmara Municipal de Parnaguá, de cuja municipalidade faziam parte, reivindicando a criação de uma escola primária na povoação do Corrente. A representação, encaminhada em 3 de abril de 1852 ao governo da Província, resultou na Lei nº 332, publicada em 8 de julho de 1853, pela qual foi atendido tão justo pleito. Convém acrescentar que nosso povo, até então, só conhecia governo através da presença ostensiva do cobrador de impostos. Quem instalou essa primeira escola pública, em 20 de fevereiro de 1854, foi o professor José Messias Cavalcante, o primeiro desse nome, o qual, selecionado mediante concurso público, iniciou suas aulas com uma matrícula de 34 anos em lugar de 15, mais que o dobro do número mínimo então legalmente exigido, para fazer jus ao recebimento de salário.

Durante esses longos 121 anos, contados da criação da escola de meu trisavô até 1975, quando foi instalado o Complexo Escolar Regional, a ação do Estado na área da educação em Corrente se limitou ao ensino primário. Cansado de esperar pela ação do governo, nosso povo foi à luta e soube enfrentar com galhardia as asperezas da vida nestes confins do Piauí. E de seu espírito de inconformidade ante o isolamento e as dificuldades dele decorrentes, nasceriam, décadas mais tarde, o Instituto Batista Industrial com seus cursos ginásial, pedagógico e de técnicas agrícolas, o Ginásio São José e a Escola Técnica de Comércio Dom José Vázquez.

O processo de implantação aqui do ensino universitário resultou, também, desse espírito de pioneirismo e de audácia, marcado por genuína participação comunitária.

Faz bem ao espírito recordar esse eloquente exemplo de grandeza na vida de nosso povo. Com efeito, em fins de fevereiro de 1988, reunidos na Casa da Cultura, cidadãos desta cidade e de municípios vizinhos convenceram-se de que, ao invés de mandar seus filhos para a universidade lá fora, deveriam trazer a universidade para Corrente. Assim, eles poderiam estudar sem se afastarem de seu trabalho e

de suas famílias, a exemplo do que ocorrera com o ginásio e o segundo grau. Inclusive porque, se não o fizessem, apenas uns poucos poderiam assegurar a seus filhos o legítimo e democrático direito de galgar a educação superior, por óbvias razões. E, lançando mãos à obra, decidiram criar a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí, a nossa conhecida Fespi, para isso doando parte daquilo que possuíam, fosse dinheiro, terra ou gado, e elegendo o professor João Rocha Mascarenhas seu presidente. O Instituto Batista Correntino entrou com o terreno para a construção do prédio.

Conduzidos por férrea vontade coletiva, transformar esse sonho em realidade foi um passo, embora tivéssemos que vencer a descrença, o imobilismo e até a adversidade de alguns. Não importa. Em abril de 1988, a Fespi celebrava convênio com o Ministério da Educação, então dirigido pelo senador piauiense Hugo Napoleão, garantindo o apoio federal ao projeto e o assessoramento técnico da Universidade de Passo Fundo, graças ao empenho do professor Agostinho Both; em junho, o Conselho Federal de Educação autorizava a Universidade de Passo Fundo a capacitar nosso futuro corpo docente; em julho, iniciava-se a construção do prédio da Fespi; em agosto, cerca de 40 profissionais da região, recrutados publicamente, iniciavam em Corrente o curso de pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior, só concluído em Passo Fundo, no distante Rio Grande do Sul, no ano seguinte; em setembro, apresentamos carta-consulta ao Conselho Federal de Educação pedindo autorização para realizar o primeiro vestibular, inicialmente para os cursos de agronomia e pedagogia; não obtida essa autorização, conseguimos realizá-lo, em 1992, através da Universidade Federal do Piauí; e, em 1993, entregamos em comodato à Universidade Estadual do Piauí nossas instalações e equipamentos, inclusive cinco laboratórios, para funcionamento, conforme decreto governamental, do campus avançado que leva o meu modesto nome.

Passados sete anos de injustificável abandono, pelo Estado, desse precioso patrimônio social, eis que a Magnífica Reitora Socorro Rocha Cavalcanti Barros veio entregar à comunidade universitária, na manhã de hoje, as melhorias que nele acaba de introduzir.

Quem ama, valoriza. É assim que se cuida dos bens do povo.

Falando perante a Câmara dos Deputados, em 6 de junho de 1989, a respeito da realização do Seminário sobre Educação e Agro-

pecuária, promovido pela Fespi, para assinalar o término do curso de pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior, fiz questão de acentuar:

“A ideia dominante, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é construir-se uma instituição universitária distanciada do modelo tradicional, pois integrada à comunidade regional e primordialmente comprometida com a melhoria de suas condições de vida. Sinalizada por essa preocupação, será indubitavelmente um vigoroso instrumento de transformação do meio em que vai atuar, prestando serviços, estudando, pesquisando, questionando e propondo soluções para os ingentes problemas do Extremo Sul do Piauí.”

E advertia:

“Entretanto, para que atinja tão ambicioso objetivo não basta apenas a ideia. É preciso formar quadros, preparar recursos humanos, sensibilizar pessoas, despertar empatias, infundir confiança, enfim, criar as condições para a ação construtiva, permanente e transformadora. Foi essa a razão determinante da realização do seminário e dela decorreu o seu êxito, que nos indica que estamos aptos a construir um modelo de universidade verdadeiramente comunitário. Universidade que universalize, isto é, que amplie horizontes e participações, buscando a unidade no “mais”, que é a imensa maioria dos marginalizados, e abandonando sua histórica adesão ao “menos”, que é a minoria elitizada, social e economicamente.

Assim se imaginou, assim se está fazendo. Pois, durante sua caminhada, nossa universidade já formou 526 profissionais de nível superior, sendo 148 engenheiros-agrônomos, 157 pedagogos e 321 licenciados em várias áreas, no total de 29 turmas.

E, se Deus quiser, formará milhares, não só nessas, mas em várias outras áreas do conhecimento humano.

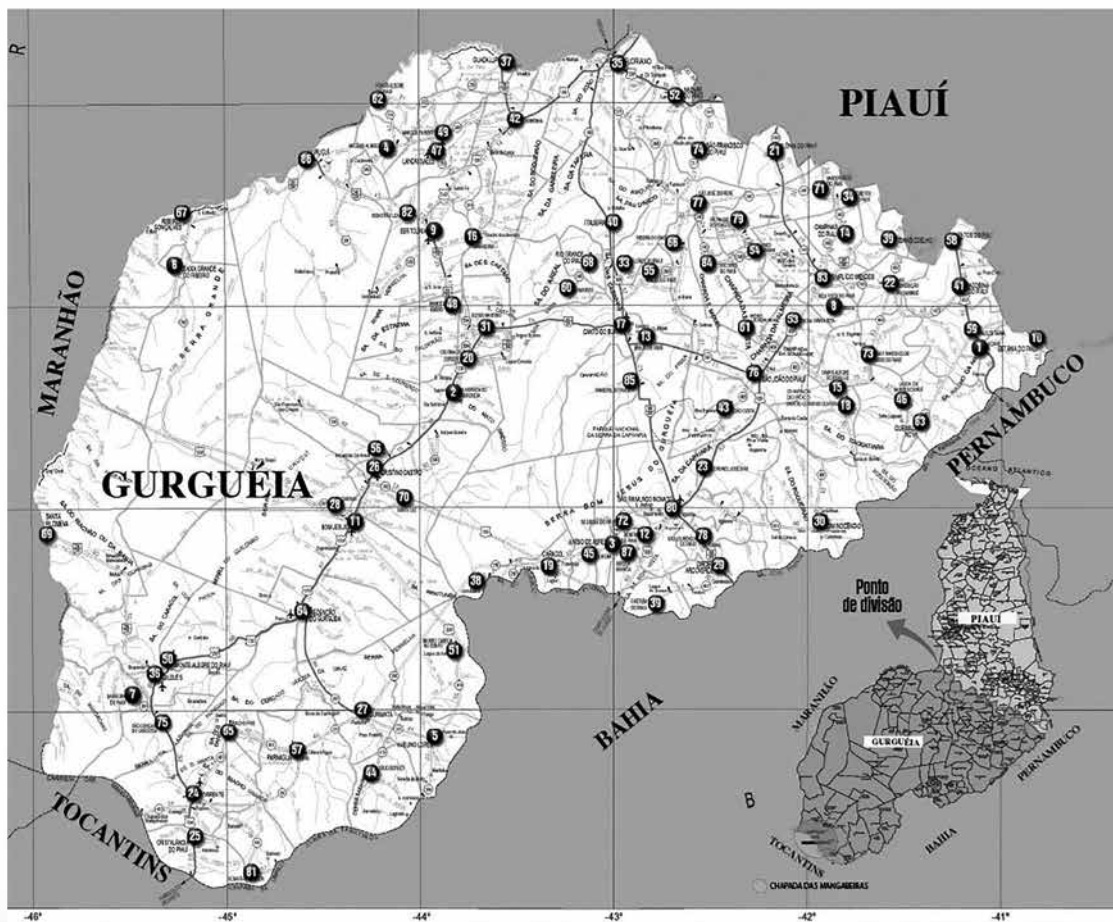
Sei perfeitamente que, se não fosse ela uma instituição pública e gratuita, muitos jamais passariam pelos umbrais da universidade. Também perfeitamente sei que, ao proporcionar o acesso de tantos ao ensino superior, ela realiza, em pleno sertão do Piauí, uma aspiração historicamente acalentada pelas democracias de todo o mundo, qual seja a de assegurar a todos a igualdade de oportunidades.

É com tão diversificada e competente força de trabalho que contamos para mudar a paisagem social e econômica desta região, num futuro próximo, mediante a criação do Estado do Gurgueia.

Desejo fazer uma confissão: tenho imenso orgulho de participar desse momento de construção social, ao lado de outros abnegados companheiros. Se, na minha caminhada, outras vitórias não tivesse colhido, bastaria esta, somente esta, pelo sentido de progresso humano que ela encerra, para me dar plena consciência do dever cumprido.

Por último, aproveito a oportunidade para fazer veemente apelo ao Ministro João Henrique de Almeida Sousa, que nos honra com sua presença nesta solenidade, como vosso paraninfo. Senhor Ministro: durante todo o regime republicano, iniciado em 1889, isto é, nestes 113 anos, somente oito vezes tivemos a presença de piauienses no Ministério da República (Félix Pacheco, João Paulo dos Reis Velloso, Petrônio Portella, Hugo Napoleão – 2 vezes, Waldir Arcoverde, Freitas Neto e Vossa Excelência). Significa dizer que a probabilidade de um piauiense tornar-se Ministro demanda cerca de 14 anos. O fato é de tal raridade que, quando ocorre, o escolhido é cercado das simpatias e apoios gerais, independentemente de vinculações político-partidárias ou ideológicas. Diria mesmo que cada piauiense se sente Ministro na pele do escolhido. Se este fracassar, todos, de certa forma, nos sentimos frustrados. Daí o seguinte apelo: por tudo que lhe é caro, bom piauiense que é, não permita a frustração de nossas esperanças deixando de recuperar a nossa BR-135, na sua passagem pelo Ministério dos Transportes. Se outra razão não existisse para clamar contra o suplício de transitar por essa rodovia, Senhor Ministro, diria que não temos mais paciência para esperar por mais 14 anos.

A todos, professores, alunos e funcionários, bem como aos que nos honram com suas presenças, finalizo usando, à maneira do grande Pablo Neruda, “uma velha palavra gasta, porém reluzente como uma velha moeda: OBRIGADO!”



Gurgueia, enfim um enfoque técnico

Tudo indica³⁷ que a discussão em torno da criação do Estado do Gurgueia começa a tomar novo rumo. É que foi fundado a 18 de novembro último, em prestigiada assembleia, o *Centro de Estudos e Debates do Gurgueia* - Cedeg, entidade apartidária, sem fins lucrativos ou econômicos, destinada a aprofundar pesquisas e estudos com vistas a melhor fundamentar o projeto e elevar o nível do debate sobre tão polêmico assunto. Concomitantemente, o Cedeg funcionará também como fórum permanente de discussão dos problemas daquela região, visando identificar carências e possíveis soluções, divulgar suas potencialidades e oportunidades de investimentos.

Vê-se que o movimento, com a novel entidade, busca conduzir o debate para o campo eminentemente técnico, superando a fase em que predominou o enfoque meramente político, não raro marcado por ressentimentos, passionalismos e preconceitos.

Para isso, em reunião realizada dia 12 do corrente, foram constituídos vários grupos de trabalho, integrados por especialistas em diferentes áreas do conhecimento, os quais se encarregarão de estudar todos os aspectos que envolvem a pretendida emancipação, sobretudo os impactos econômicos, financeiros, geográficos, sociais e administrativos que ela causaria. A próxima reunião será a 16 de janeiro vindouro, às nove horas, na sala da Interlegis da Assembleia Legislativa, inteiramente aberta ao público interessado.

Tais grupos de trabalho, depois de criteriosos estudos, por certo vão apontar o rumo a seguir, posto que só haverá emancipação se ficar sobejamente comprovado que tal solução seria benéfica também para o Piauí. Significa dizer que o Piauí, que tem no centro-norte 77% de seu eleitorado, precisa estar suficientemente convencido das vantagens adicionais que dela auferirá, sem o que dificilmente a aprovará, no plebiscito a ser realizado.

37 Artigo publicado no jornal *Diário do Povo*, edição de 26.12.2005.

Os cuidados que cercam as atividades do Cedeg evidenciam muito bem o caráter pacífico e democrático do movimento, de modo a reafirmar que não pretendemos criar o Gurgueia contra o Piauí e, sim, com o Piauí, a exemplo do que ocorreu com o Tocantins, cuja criação foi patrocinada pelo próprio Estado de Goiás. E os dados de que dispomos indicam claramente que ambos obtiveram incommensuráveis ganhos com a emancipação do norte goiano, considerado o Gurgueia de então, pois rico de potencialidades e extremamente pobre em desenvolvimento humano. É por quê? Simplesmente porque o Piauí, cuja capacidade de investimento em infraestrutura não alcança cinco por cento de seu orçamento, não dispõe de recursos para transformar aquelas potencialidades em riqueza e bem-estar social, por mais bem-intencionados que sejam seus dirigentes. E boa vontade não tem faltado a nenhum deles, apenas os recursos necessários.

Saudável é constatar que a cada dia o movimento vem perdendo o caráter inicial de uma postulação isolada dos habitantes do sul do Piauí para se constituir em solução plenamente viável e definitiva para romper-se o histórico círculo vicioso de pobreza do Estado, seja pela multiplicação de recursos que vai gerar, seja pela transferência de encargos para a nova unidade federada. Por isso é que vem despertando o interesse de amplos e responsáveis setores do centro-norte. Prova maior é a presença ativa de figuras representativas de seu mundo político, econômico e intelectual naqueles grupos de trabalho, num contagiante espírito de voluntariado, consciência crítica e preocupação verdadeira com os destinos do Piauí como um todo. Que o digam o jornalista Deoclécio Dantas, o professor Waldemar Rodrigues e muitos outros que abraçaram a causa.

Não apenas fazer educação, mas fazê-la de qualidade

Com o umbigo enterrado bem ali na Malhada³⁸, para mim sempre é motivo de grande satisfação voltar a Corrente, rever lugares e pessoas, captar as energias revigorantes de sua gente e compartilhar de seus momentos de comunhão e felicidade. Em razão disso, apraz-me agradecer a generosidade dos pedagogos e pedagogas que hoje se formam pela escolha de meu nome para seu paraninfo, gesto que muito me honra, orgulha e gratifica. Sobretudo pela oportunidade que me deram de celebrar com eles, seus familiares, amigos e professores a vitória que acabaram de obter, sem dúvida aureolada pelo triunfo do esforço e do talento sobre as dificuldades do dia-a-dia. A todos o meu mais caloroso abraço, juntamente com o da Socorro, aqui também presente, e o do prefeito João Barros, patrono da turma, que infelizmente aqui não pôde comparecer, pelos motivos que todos já conhecem.

Sem pretender toldar o brilho e a emoção desta memorável cerimônia, peço permissão para repartir com os presentes, em especial com os novos pedagogos e pedagogas, que hoje se habilitam à nobre missão de educar, algumas reflexões que me inquietam e por certo inquietam a todos os homens e mulheres de nosso País.

A conceituada revista Veja, partindo do ponto de que o Brasil e a Coreia do Sul, em 1960, eram nações tipicamente subdesenvolvidas, atoladas em índices socioeconômicos calamitosos e com taxas de analfabetismo que beiravam os 35%, publicou, em sua edição de 16 de fevereiro de 2005, interessante reportagem comparativa sobre o estágio de desenvolvimento que atualmente experimentam esses dois países. Afirma a revista que, naquele ano, o Brasil até levava alguma vantagem sobre a Coreia, pois ostentava o dobro da renda per capita coreana. Passados quarenta e cinco anos, um verdadeiro abismo se-

38 Pronunciamento como paraninfo da formatura de Pedagogia da Uespi, em Corrente, em 18.02.2006.

para as duas nações: a economia coreana triplica a cada dez anos, a renda per capita cresceu dezenove vezes, o país praticamente erradicou o analfabetismo e mantém 82% de seus jovens na universidade. Enquanto isso, o Brasil amarga uma renda per capita inferior à metade da coreana, mantém 13% de sua população na escuridão do analfabetismo e garante apenas 18% de seus estudantes na universidade.

“Por que isso aconteceu?”, pergunta a revista. E ela mesma se encarrega de responder: “Porque a Coreia apostou no investimento ininterrupto e maciço na educação – e nós não.”

Para promover essa verdadeira revolução educacional, cedo a Coreia entendeu que não bastava ter boas salas de aula e equipá-las com as melhores ferramentas tecnológicas. Era preciso também formar bons operadores da educação. E partiu para investir intensamente no professor, sabido que o professor é a alma de todo bem-sucedido processo de aprendizagem. Não é sem razão que, lá, um professor recebe seis vezes mais que seu colega brasileiro do mesmo nível.

Eis a questão. Eis a diferença. Já se vê que o cerne da questão ou diferença reside não apenas na maneira como se faz educação, mas, sobretudo, como se busca fazer educação de qualidade, aquela voltada para a construção da cidadania e da grandeza material e espiritual do homem.

E como a história é a sábia mestra da vida, convém buscarmos a pedagogia dos exemplos que o passado nos oferece de como não se deve fazer educação. E veremos, no caso especial do Piauí, que na raiz de todas as nossas mazelas está o descaso que, ao longo da história, tem sido dispensado à formação das gerações.

Com efeito, colonizado por fazendeiros do vale do São Francisco a partir de 1676, que para aqui transportaram os seus rebanhos, espalhando-os em latifúndios a perder de vista, a primeira sala de aula que o Piauí conheceu foi o alpendre da casa-grande da fazenda. Aí, no recesso de seu lar, alguns fazendeiros mantinham professores particulares dedicados à tarefa de preparar seus filhos para ingresso em universidades. Inicialmente, o destino eram as universidades europeias. A partir da fundação de nossos cursos jurídicos, em 1828, tomariam o rumo das academias de direito de Olinda ou São Paulo.

Bem, assim se educava a elite. Repetindo o poeta: *Ora, direis, e o povo?*

A respeito, escreveu há 150 anos o historiador José Martins Pereira de Alencastre que os apelos em favor da criação de escolas públicas jamais foram atendidos pela Coroa portuguesa, *“como se houvera um firme propósito de manter o povo na mais grassa ignorância.”*

Em verdade, pasmem, o Piauí ensaiou manter escolas públicas somente cento e quarenta anos após a instalação de seus primeiros currais. Isto é, em 1815, quando foram criadas três escolas primárias: uma em Oeiras, que era a Capital, uma em Parnaíba e a terceira em Campo Maior. No entanto, por falta de professores, logo as duas primeiras deixariam de funcionar e a terceira funcionaria precariamente.

Preocupado com esse descalabro da educação pública, o padre Domingos da Conceição, deputado piauiense junto às Cortes Constitucionais de Lisboa, apresentou projeto, em 1822, propondo que fossem criadas sete escolas primárias: uma em Oeiras, e as demais nas seis vilas então existentes, inclusive Parnaguá. Propunha também o pagamento de salários de 120 réis anuais aos professores, alegando que ninguém queria exercer o magistério pela *“triste quantia de 60 réis anuais – quando a um feitor de escravos, tendo cama e mesa, se arbitra no País a quantia de 200 réis anualmente...”*

Com a proclamação da Independência do Brasil, a ideia morreu no nascedouro.

Daí a observação de Abdias Neves, ao comentar a pífia repercussão alcançada pela Confederação do Equador entre nós. Enfatizou ele que, ao Piauí sem escolas, faltava a necessária cultura para compreender o que era República.

Ora, pois, mergulhado na cegueira do analfabetismo, sem visão crítica da realidade que o cercava, isolado do mundo na imensidão de suas fazendas e incapaz de vislumbrar meios que o levassem a romper o círculo vicioso de sua pobreza política, como esperar que aquele rude piauiense se deixasse embalar pelos ideais consubstanciados no governo do povo, para o povo e pelo povo?

Embora quase sempre providas com professores despreparados, *“porque homens inteligentes e ilustrados não se queriam sujeitar à sorte precária do magistério”*, como assevera Alencastre, finalmente em 1829 o governo piauiense saiu da letargia e demonstrou alguma pre-

ocupação com a educação pública. E criou treze escolas, dentre elas novamente a de Parnaguá.

Desta, a cargo do professor Francisco de Sales Falcão, só em 1846 se tem notícia. Destinava-se ao sexo masculino. Em 1852, seria instalada a escola para o sexo feminino, a cargo da professora Ana Joaquina Lustosa. Vale salientar que, em toda esta vasta região polarizada pela antiga vila de Parnaguá, duas outras escolas passariam a funcionar: a da freguesia do Senhor Bom Jesus da Ribeira da Gurgueia (era assim que se dizia à época), também em 1846, dirigida pelo professor Delfino José Barbosa, e a do arraial de Nossa Senhora da Conceição do Corrente, a partir de 1854, que tinha como professor o tenente e depois capitão José Messias Cavalcante.

Em nome da verdade histórica, julgo oportuno lembrar que a escola primária do professor José Messias representa a primeira e única vez que o Estado fez primeiro que a comunidade de Corrente. De fato, cansada de esperar pela ação governamental que tardava, sempre coube a ela, arrostando dificuldades de toda ordem, a iniciativa de criar nestes confins, pioneiramente, todos os demais estabelecimentos e cursos de níveis subsequentes, o que concorreu para transformar nossa cidade em polo cultural nacionalmente conhecido. Assim ocorreu com a criação do Colégio da Imaculada Conceição pelo padre Eliseu César Cavalcante em 1887; do Colégio Correntino Piauiense pelo coronel Benjamin José Nogueira em 1903; do Instituto Batista Industrial em 1920; do Educandário Imaculada Conceição em 1950; do Colégio São José em 1953; e da Escola Técnica de Comércio “D. José Vázquez” em 1966, para falar nos mais antigos. Enquanto o IBI inaugurava o curso ginásial em 1947, somente em 1975 o Estado instalava o seu. Por sua vez, o pedagógico e o de técnicas agrícolas viriam pela ação do IBI em 1962 e em 1978, respectivamente, mas o Estado só chegaria em 1988 com o segundo grau. Significa dizer que o Estado demoraria nada menos de 121 anos para avançar do primário para o ginásio e, outros 13 anos, do ginásio para o segundo grau, chegando atrás da comunidade cerca de 26 anos.

O caso do ensino superior não foi diferente. Instituiu-se aqui, em 1988, a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí, num amplo movimento que tivemos a honra de liderar com o vigoroso apoio da comunidade. Graças aos recursos federais que conseguimos como de-

putado federal, construímos um prédio com mais de 3.000 m², para funcionamento de dez salas de aula, cinco laboratórios, auditório, biblioteca e demais dependências, equipando-o com tudo o que de melhor existia. Mesmo se tratando da única instituição universitária que, antes de funcionar, oferecera curso de pós-graduação a todos os seus futuros professores, a visão caolha das autoridades educacionais da época não permitiu que a Fespi promovesse seu vestibular. Mas nem por isso o sonho acabou, pois conseguimos que o primeiro vestibular para pedagogia e agronomia fosse realizado através da Uespi e da Universidade Federal, em 1992, embora coubesse à Fespi arcar com as despesas de manutenção desses cursos. No ano seguinte, e movidos apenas pelo interesse público, cedemos gratuitamente nossas instalações à Uespi, para instalação do Campus Jesualdo Cavalcanti, até que o Estado construísse o seu, o que não se verificou até o momento. O Estado, portanto, mais uma vez, chegou a reboque da comunidade e assim permanece.

Forçoso é afirmar que, infelizmente, essa é quase sempre a realidade existente em outros setores e atividades. E triste é constatar que as carências perduram não por má-vontade dos governantes piauienses, mas, sim, por absoluta falta de recursos para enfrentar os problemas com êxito, agravados pela distância da Capital, pela baixa densidade demográfica e pela extensão territorial. Ora, é sobejamente sabido que o Estado não tem condições de implantar as estradas, as barragens, as redes de distribuição de energia, as escolas e os laboratórios de que carecemos para transformar as imensas potencialidades desta região, especialmente os cerrados, em riqueza, bens e serviços para o bem-estar de nosso povo. Pois, tudo isso exige, além de boa vontade dos governantes, amplos recursos financeiros e tecnológicos.

Por essa e outras tantas razões é que venho tentando despertar a consciência cívica dos piauienses, como presidente do Centro de Estudos e Debates do Gurgueia, para a urgente necessidade de ser criado nosso Estado. Para isso, urge que afastemos eventuais preconceitos e ressentimentos, e nos unamos em torno dessa proposta redentora, piauienses de todos os quadrantes e rincões, pois não pretendemos criar o Estado do Gurgueia contra o Piauí e, sim, com o decidido e necessário apoio do Piauí. E o faremos, não para dividir a pobreza, mas para multiplicar a riqueza; não para diminuir as receitas, mas para repartir obrigações; não para isolar, mas para integrar; não para

acomodar interesses, mas para reforçar a cidadania e descentralizar o poder. Enfim, não para enfraquecer o Piauí, mas para fortalecê-lo cada vez mais, liberando-o do oneroso encargo de cuidar de uma região distante, extensa, pouco habitada e de baixa arrecadação tributária, dotada, é bem verdade, de grandes potencialidades, porém sobrecarregada, também é verdade, de problemas que remontam aos primórdios de nossa colonização.

Eis aí, meus caros pedagogos e pedagogas, a medida que nos aguarda, que nos desafia, que nos inquieta, que nos provoca, com a força abrasadora que só a transformação verdadeira, legítima, madura, pode conferir. Mas, para fazê-la, é preciso que nos conscientizemos de que ela não é tarefa reservada a uns poucos. Trata-se, isto sim, de tarefa de tal envergadura que, para ser vitoriosa, é indispensável o efetivo engajamento de todos - governos, políticos, sociedade, empresários, trabalhadores, igrejas, educadores, pais, estudantes. Enfim, de todos quantos estejam convencidos de que esta é a via segura para o Piauí superar a pobreza.

Muito obrigado.

A luta contra a pobreza

Deus me deu a suprema graça³⁹ de estar aqui e agora, para paraninfar esta celebração, acompanhado da Socorro, diante de nossa sociedade e de eminentes personalidades de toda a região. E, mais que isso, a singela humildade de reconhecer que, mais que a pobreza de meus méritos, há de ser proclamada a imensa generosidade dos que a promovem. Sou, portanto, inteiramente grato aos bacharelados da Turma Dr. Oton Mário Lustosa, que me honraram com sua escolha. Não menos grato sou também às palavras de seu orador – Marcos Aurélio Arraes Guida –, que soube, como ninguém, interpretar os sentimentos de seus companheiros. Rejubilo-me com a vitória que acabam de conquistar e faço votos para que a carreira profissional hoje iniciada seja coroada de continuados êxitos, na defesa do primado do Direito e da Justiça. Cumprimento calorosamente não só os bacharelados como também os seus familiares e amigos, os quais, com suas honrosas presenças, abrilhantam esta solenidade.

Deus me deu também a gratificante ventura de ver com meus próprios olhos e sentir com meus próprios sentidos, o quanto a Faculdade do Cerrado Piauiense engrandece as tradições culturais de nossa terra. E testemunhar gestos de verdadeiro ecumenismo, que se traduzem na busca incessante da convergência daquilo que nos une e no consequente repúdio a tudo que nos afasta, isola, divide e conflita. Daí render minhas homenagens ao deputado João Mádison, à doutora Maria de Lourdes Sobral Nogueira e ao professor Marcos Aurélio de Araújo Alves, dirigentes da Instituição, bem como ao seu corpo de professores e funcionários.

Num ponto creio que estamos de pleno acordo: vivemos uma quadra histórica, ainda marcada, infelizmente, por profundo descompasso entre o Direito e a Justiça. Ou melhor, entre o que aí está e aquilo que deve ser. Entre os estertores de um individualismo que teima em perpetuar-se e a alvorada de novos direitos.

39 Pronunciamento como paraninfo da colação de grau dos bacharéis em Direito, da Faculdade do Cerrado, em Corrente, em 20.01.2007.

Sim, vivemos não apenas a “era dos direitos”, tão bem posta nas ideias de Norberto Bobbio. Mas, precisamente, a era dos novos direitos construídos para o exercício da cidadania num estado democrático. Ela assinala a preocupação dos variados segmentos sociais em se organizarem, ao tempo em que, organizando-se, instrumentalizam politicamente a sociedade para a defesa e proteção de seus interesses.

Eis a nova face da luta contra a pobreza. Ao contrário da pobreza sócio-econômica, não se limita ela a suprir a falta de bens materiais. Vai além, pois combate outra forma abjeta de pobreza – a pobreza política – expressa na carência de cidadania.

Com efeito, o professor Pedro Demo, partindo da premissa de que “ser pobre não é apenas não ter, mas ser coibido de ter”, aponta o *não ter* e o *não ser* como as duas formas de pobreza de um povo. Uma é de ordem sócio-econômica, quantitativa, material; a outra é de ordem política, qualitativa, imaterial.

Transpostas tais reflexões para o campo das políticas públicas, completaria eu: uma cuida de distribuir o peixe; a outra cuida de ensinar a pescar. Uma é dádiva do poder; a outra é ato de conquista do cidadão.

Por assim entender, participar de um ato de formação de 22 novos operadores do Direito constitui motivo de indescritível alegria e redobrada esperança. Pois creio não haver no universo do ensino acadêmico, pela variedade e interatividade das disciplinas que o compõem, currículo que ofereça mais ampla visão do mundo que o bacharelado em Direito. Diria mais que, embora reconheça a importância da contribuição de todos os demais cursos para nosso desenvolvimento econômico e social, concorrendo cada um a seu modo e no seu campo específico de atuação, é o curso jurídico, contudo, que aparelha o cidadão para o conhecimento dos direitos e deveres da vida em sociedade.

Tenho para mim que, sem seus legítimos operadores, isto é, sem profissionais habilitados a navegar as procelas de nosso emaranhado de normas jurídicas, torna-se sobremaneira difícil praticar o Direito e, mais que isso, ancorar no porto seguro da Justiça. Ainda mais nestes longínquos sertões de nosso País, onde o poder ilegítimo não raro encontra espaço para aventuras, devaneios e desassossegos. Daí

o signo da esperança que sempre acompanha a formação e atuação desses profissionais.

Ouso até dizer que, embora esta bela solenidade cristalize um ato de vitória de cada um, vitória que se estende às suas famílias, não deixa de simbolizar também uma conquista regional. Pois ela culmina um demorado processo de capacitação de novos recursos humanos, que se vão juntar a outras categorias e valores, uns e outros aptos a nos ajudar a vencer os desafios que nos atormentam, em busca da realização de aspirações eminentemente coletivas.

Dentre tais aspirações, menciono a elevação do campus da Uespi em Corrente à categoria de instituição universitária autônoma, com o nome de Centro de Ensino Superior do Vale do Paraim, dotada de personalidade jurídica, administração e recursos próprios, e direcionada para as atividades de ensino, pesquisa e extensão em torno da problemática específica desta região. Com ela, estamos retomando uma luta iniciada em 1988, quando, num movimento cívico, suprapartidário, sem precedentes em nossa história, criamos a Fespi e construímos, logo ali, o belo campus universitário que leva meu modesto nome. Para facilitar a instalação dessa nova instituição de ensino superior e, ao mesmo tempo, economizar tempo e dinheiro, fizemos o que nos competia: entregamos ao governador Wellington Dias o respectivo projeto, e o que é mais importante, oferecemos a S. Exa. as próprias instalações físicas da FESPI, e tudo que ela possui, sem nenhum custo para o Estado. Por sinal, na segunda-feira passada, em companhia do prefeito João Barros, discutimos com o governador esse grande projeto. Com ele, queremos transformar esta região num centro de excelência universitária, envolvendo instituições públicas e privadas, a exemplo do Centro de Ensino Superior do Vale do Paraim, do campus da Universidade Federal em Bom Jesus, desta Faculdade do Cerrado e de outras que aqui por certo se instalarão.

Outra legítima aspiração que me cabe mencionar diz respeito à criação do Estado do Gurgueia. Para os que ainda não entenderam o alcance da proposta, ou mesmo se negam a aceitá-la, é bom esclarecer que o que buscamos, de forma amadurecida e responsável, é uma saída para todo o Piauí e todos os piauienses. Não se trata, pois, de uma utopia de visionários ou aloprados. Todos hão de convir que nosso Estado vem amargando, desde os seus primórdios e sem

perspectivas reais de melhoria, os mais humilhantes índices de crescimento econômico e desenvolvimento humano. Diante das amplas e reconhecidas potencialidades que detém, sobretudo suas riquezas de terra, sol e água, que fazem a fortuna de outros Estados, duas perguntas emergem naturalmente: 1. Qual a razão dessa pobreza? 2. Que fazer para revertê-la?

Logo chegaremos às seguintes conclusões: primeira, o Piauí é pobre porque não aproveita adequadamente as potencialidades que tem. Segunda, não aproveita porque não dispõe de recursos para investir, de modo a transformar essas potencialidades em benefícios reais para seu povo. Terceira, não tem recursos porque pouco arrecada, e o pouco que recebe do governo federal mal dá para os compromissos mais urgentes. Eis o círculo vicioso da pobreza: não investe porque não tem e não tem porque não investe. E assim a pobreza se perpetua, eterniza-se.

Que fazer para mudar tão triste situação, é a segunda pergunta que nos cabe responder.

As pessoas sensatas e de boa vontade, e entre elas peço vênica para me incluir, só veem uma saída: dividir as despesas e multiplicar as receitas. Mas isso só se tornaria possível dividindo-se o Estado em dois – Piauí e Gurgueia, como propus ainda em 1990 como deputado federal. Tal como se fez em 1979 com o Mato Grosso e, em 1989, com Goiás, quando foram desmembrados para a criação dos Estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins, medida que deslançou o progresso dos quatro. Assim ocorrendo, o Gurgueia passaria a receber e administrar os seus próprios recursos, definir suas prioridades e assumir as despesas que o Piauí aqui realiza.

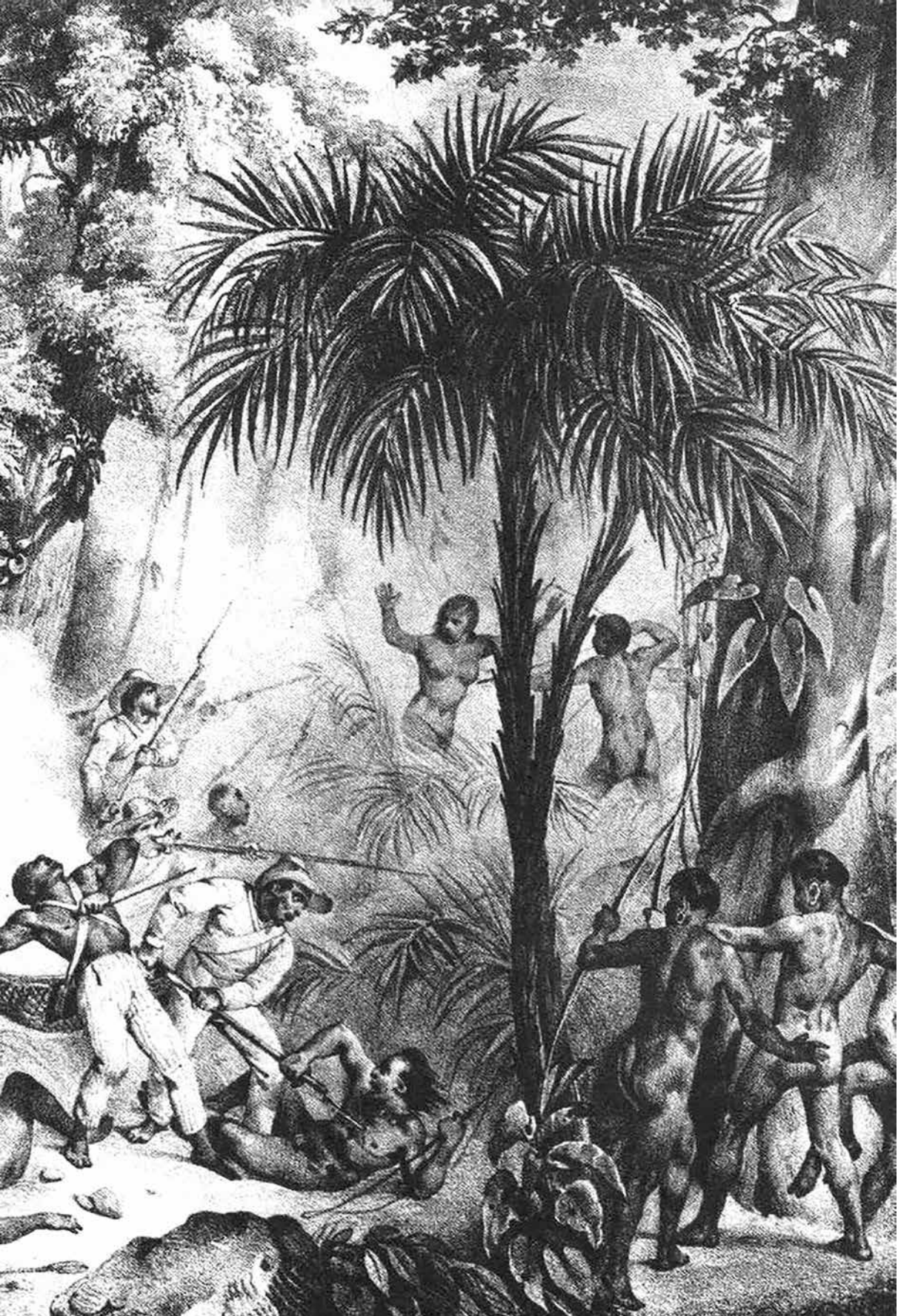
Por sua vez, o Piauí, menor e mais enxuto, liberado dos encargos com uma região tão distante, extensa e carente, manteria praticamente a mesma soma de recursos que hoje recebe. É que, dividido o Piauí, seus recursos não são simplesmente repartidos com o Gurgueia, como imaginam algumas pessoas de boa fé. Ao contrário, tanto o Piauí quanto o Gurgueia participariam de uma nova redistribuição dos recursos do tesouro nacional. Esses recursos, atualmente, são divididos em 27 partes (isto é, 26 Estados e o Distrito Federal). Passariam, então, a ser divididos em 28 partes, sendo inexpressiva, por conseguinte, a perda que cada um teria nessa nova redistribui-

ção. Mas para nós teria o efeito de uma verdadeira revolução: pois, hoje, que recebemos apenas uma fatia do bolo federal, passaríamos a receber duas. Daí falarmos em multiplicação das receitas.

Já se vê que essa estória de que dividir o Piauí é dividir a pobreza não encontra apoio nem na lei nem nas experiências que temos tido. Eis a verdade que precisa ser proclamada e assimilada em todos os quadrantes do Estado: se se criar o Gurgueia é bom para esta região, como sabemos, melhor será para todo o Piauí.

Com a firme convicção de que lá chegaremos, cedo ou tarde, unindo piauienses do Norte e do Sul, sem preconceitos, passionaismos ou ressentimentos, desejo encerrar as minhas palavras dizendo o seguinte: não se enganem, cada novo diploma que aqui se entrega significa um novo tijolo que se coloca no alicerce da construção do futuro Estado do Gurgueia. Eis um motivo a mais para a confraternização desta noite.

Muito obrigado.



Mandu Ladino

Justiça seja feita⁴⁰: de Piauí, a família Castelo Branco entende muito bem. Seja como ativa participante, seja como simples espectadora dos acontecimentos. Aliás, muito mais participante que propriamente espectadora. E, por isso mesmo, ninguém quanto ela, ao longo de mais de três séculos de nossa história, teve oportunidade de marcar tão nítida presença, exhibir tão privilegiada visão dos fatos e acumular tão rico acervo político e cultural. Tem muito que contar, portanto, sabido que essa simbiose remonta aos primeiros tempos de nossa colonização, como veremos.

E a história, sábia mestra da vida, registra fielmente a dureza daqueles lúgubres tempos. Como se recorda, na segunda metade do século XVII, fazendeiros do vale do São Francisco, em perseguição aos Gurgueias, iniciaram a conquista dos desconhecidos Sertões de Dentro do Piagohy. O móvel da conquista não era apenas dar combate àqueles índios bravios que fustigavam os seus vaqueiros, gados, fazendas e currais. Havia também ambiciosos objetivos econômicos, tais como preá-los para o trabalho escravo e povoar os vales úmidos das novas terras com mais gados e vaqueiros.

Mas essas terras tinham donos. E seus donos eram as várias nações nativas que as habitavam desde tempos imemoriais. O padre Miguel de Carvalho, na descrição que fez do sertão do Piauí, cuidou de listar, ainda em 1697, nada menos de 36 dessas nações, as quais, segundo afirma, “nos deram ou de presente dão guerra mais viva”. Acrescenta que outras havia “de que se não sabe o nome.”

Por não se resignarem a ceder suas terras aos curraleiros nem seus braços para o regime de trabalho escravo, no correr do tempo todas essas nações foram dizimadas, em processos que beiram a verdadeiro genocídio. O professor Manoel Paulo Nunes afirma que “não ficou sequer uma, pelo menos para efeito de curiosidade.” Não é sem

40 Apresentação do livro *Mandu Ladino*, de autoria do conselheiro Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco, no auditório do Tribunal de Contas do Piauí.

razão que a Funai, não encontrando índios no Piauí, os vem importando do Maranhão. Com efeito, tribos que não foram passadas pelas armas, sujeitaram-se aos grilhões da escravidão. Outras se misturaram com o branco e o negro, perdendo sua identidade no cipoal da miscigenação; outras foram devoradas pelas doenças dos brancos nos aldeamentos forçados ou desterradas para os confins do Maranhão, Goiás e Pará. Seus algozes, contudo, tiveram que enfrentar tenaz resistência.

É rica a literatura a respeito. Além dos escritos pioneiros de Alencastre, Pereira da Costa e Odilon Nunes, temos Monsenhor Chaves, com *O Índio no Solo Piauiense*, Renato Castelo Branco, com *A Conquista dos Sertões de Dentro*, Reginaldo Miranda, com o *Aldeamento dos Acoroás*, João Renôr de Carvalho, com *Resistência Indígena no Piauí Colonial*, e o modesto orador, com *Memória dos Confins*. Todos retratam em detalhes os diferentes e trágicos momentos dessa resistência.

Dizia, linhas atrás, que a simbiose dos Castelos Brancos com o Piauí vem dos primórdios da colonização. De fato, mal completara vinte anos da concessão pioneira de terras no vale do Gurgueia, em 1676, já aqui aportava o fidalgo português dom Francisco da Cunha Castelo Branco. A essa época, os homens da Casa da Torre já haviam deslocado o eixo da conquista para os vales do Piauí e do Canindé, povoando com os seus gados as terras que obtiveram a partir de 1684. Aí, graças a excepcionais qualidades das pastagens nativas, os criatórios se multiplicaram vertiginosamente. A expressão econômica, que o novo polo curraleiro adquiriu, geraria consequências político-administrativas consideráveis: daria ao brejo da Mocha, futura Oeiras, a primazia de sediar, em 1696, a nossa primeira paróquia – a de Nossa Senhora da Vitória – destinada a missionar as populações do Piauí, exceto aquelas espalhadas pelos distantes sertões de Parnaaguá. Estas, “daquela espécie de nação gurgueia” de que nos fala o professor Fonseca Neto, ficariam subordinadas à paróquia de São Francisco da Barra do Rio Grande, na Bahia. Como se sabe, ambas recém-desmembradas da antiga paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Cabrobó, em Pernambuco. Logo em 1712, Oeiras seria também sede da única comarca instalada no Piauí, e daí para frente, até 1852, quando cedeu o lugar a Teresina, abrigaria nosso centro governativo, na condição de vila pioneira e primeira capital.

Assim, na “pata do boi”, o Piauí começou pelo Gurgueia, tomou o rumo do Sudeste e depois do Centro-Norte e, contrariando José Amé-

rico de Almeida, para o qual ninguém se perde no caminho da volta, ainda não retomou o ponto inicial de sua longa caminhada. Acentua com propriedade o professor R. Monteiro de Santana que, “ocupados os vales dos rios sulinos, a onda povoadora espraiou-se até o Longá”.

Pois foi precisamente aí, nas campinas verdejantes do vale do rio Longá, que dom Francisco Castelo Branco fincou morada, em companhia das três filhas – Ana, Maria e Clara. Perdera a esposa, Maria Eugênia de Mesquita, em pavoroso naufrágio, quando as ondas revoltas do Atlântico, no litoral maranhense, tragaram o barco em que viajavam.

Tocado pela miragem do boi, a partir daquela base, semeou fazendas e frutificou gerações em todo o Centro-Norte do Piauí.

Está claro que, ao optar definitivamente pelos sertões do Piauí, dom Francisco não pertenceu à categoria dos que “se limitaram a ver”. Ao contrário, ombreou-se àqueles destemidos desbravadores “que vieram, viram e ficaram, povoaram a terra e estabeleceram culturas, tiveram o sentimento de a eleger para domicílio e trouxeram os seus rebanhos”, na visão pragmática de Abdias Neves.

E aqui ficou para sempre, marcando a família com traços característicos indelévels: o refinado gosto tanto pelas virtuosidades do espírito quanto pelas coisas das fazendas e currais. Assim, não é estranhável encontrar-se um Castelo Branco escrevendo um livro com um braço na tipoia, em razão de queda de cavalo, como ocorreu recentemente com o nosso Anfrísio.

Pois bem, esbanjando invejável talento e robusta cultura, o médico, professor e conselheiro Anfrísio Castelo Branco, décimo-primeiro neto do patriarca dom Francisco, reforça a veia literária da família, de que o Piauí tanto se orgulha, ao reconstituir aqueles primórdios. E cultivando a virtude de ser grande, competente, inteiro em tudo que faz, produziu uma obra histórico-literária verdadeiramente monumental. Com 488 páginas, talvez seja o maior romance já publicado no Piauí. Para sua tessitura, convergiram o rigor da pesquisa histórica, o conhecimento multifacetado da cultura indígena, a familiaridade telúrica com o cotidiano das fazendas, a sensibilidade poética na descrição de paisagens e sentimentos, a abstração de preferências pessoais, a clareza do texto e a riqueza da linguagem. Navegou, ao

mesmo tempo, não só pelos domínios da História, como também da Geografia, da Medicina, da Sociologia, da Linguística e da Arte Militar, daí resultando uma obra de leitura obrigatória de todos quantos desejem conhecer efetivamente nosso passado colonial.

Nela, o autor foge ao traço bem frequente na literatura indigenista, em geral tisnada de pura ficção, e se louva em fatos reais da história do Piauí. Com efeito, o pano de fundo é a guerra sem quartel nem fronteiras, travada pelas nações indígenas contra a usurpação de suas terras pelo conquistador branco. Dela sobressai a figura épica do mais importante e conhecido herói da resistência indígena – o líder Mandu Ladino – personagem-título da obra. Chamado respeitosamente de príncipe Mandu Ladino pelos netos de dom Francisco em processo de justificação que propuseram, em 1765, perante o juiz ordinário da vila de Santo Antônio de Campo Maior, o líder indígena conseguiu um feito extraordinário. Superando ora eventuais, ora tradicionais divergências entre tribos, reuniu, sob seu comando, milhares de nativos do Centro-Norte do Piauí, Ceará e Maranhão. Eram os Aranis, Potis, Crateús, Alongazes. E, num levante geral que durou de 1712 a 1716, infligiu, inicialmente aos fazendeiros e, depois, à própria Coroa portuguesa, que se armara para combatê-los, seguidas e fragorosas derrotas, vitimando, inclusive, o comandante Antônio da Cunha Souto Maior. Foi o mais amplo, duradouro e violento levante de nossos silvícolas. Marcado por sangrentos confrontos, nos quais a superioridade branca em armas viu-se, muitas vezes, anulada pela destreza indígena no manejo de rudes lanças, arcos e flechas, teve características de uma autêntica guerra de guerrilhas.

No entanto, o sonho de libertação viria a desmoronar-se lá nas águas barrentas do delta do Parnaíba. Com o perecimento de Mandu Ladino, seus companheiros restaram trucidados sob o fogo cerrado das armas do novo mestre de campo, Bernardo de Carvalho e Aguiar, senhor da fazenda Bitorocara, onde nasceu a heroica cidade de Campo Maior, segundo o padre Cláudio Melo.

Interessante é o registro que o autor faz do nascer de outras importantes cidades piauienses, tais como Barras, São Miguel do Tapuio, Batalha, Piracuruca, cujas fazendas serviram de palco de muitos desses combates. Destaca-se em todas elas a presença de uma igreja, fruto por certo de uma contrita promessa diante do espantinho

índigena. O autor confirma assim a assertiva de Dagoberto Carvalho Júnior, para quem “nenhuma cidade é portuguesamente brasileira se não nasceu em derredor de uma igreja.”

Outrossim, fiel à verdade histórica, não deixa o autor de ressaltar as profundas divergências que permeavam as missões dos colonizadores e dos missionários católicos. Renato Castelo Branco situa a questão no destino que cada qual julgava ser dado ao silvícola. Sustenta ele que, enquanto os colonizadores queriam “apoderar-se de seus corpos para o trabalho escravo”, os missionários queriam “apoderar-se de suas almas, para a glória de sua Fé.”

Por outro lado, aniquiladas as populações indígenas do Centro-Norte, a guerra de extermínio ganharia força no Sul do Piauí, prolongando-se até meados do século XIX. O governador João Pereira Caldas, ao nomear o capitão Manoel de Barros Rego para o comando das forças de Parnaguá, em 1763, expediu-lhe instruções taxativas: castigar as nações inimigas “a ferro e a fogo (...), atacando todas as povoações que encontrar (...) e reduzi-las a cinzas, depois de conquistadas.” Acoroás, Gurgueias, Gilbueses, Paracatis, Timbiras, Pimentei-ras, conseguiram sobreviver até ao balaio de maldades do tenente-coronel João do Rego Castelo Branco. E abandonando o aldeamento forçado da Missão de São Gonçalo do Amarante, berço da bela Regeneração do professor Manoel Paulo Nunes, homiziam-se nas matas de Gilbués, Uruçuí e cabeceiras do Parnaíba, transformando-as no último, heroico e desesperado reduto da resistência. Disso dá conta o presidente Saraiva, em sua fala à Assembleia em 1851, quando pede “providências eficazes” para desalojá-los. Certamente as conseguiu, tanto que o barão de Paraim, então diretor geral dos índios do Piauí, atesta, em relatório de 1873, que não mais havia índios na Província, já que os poucos sobreviventes haviam sido escoraçados para as bandas do Tocantins. Uma curiosidade típica do Brasil: inexistiam índios a combater, mas a sinecura de diretor geral dos índios permanecia.

Desta forma, o Piauí contraiu uma inestimável dívida com o índio. Pois foi à custa de seu aniquilamento que se construiu a grandeza deste Estado. O boi, que provocou a desgraça de nosso índio, fez a fortuna do conquistador branco. O feroz embate entre os dois deu início à construção da história do Piauí. Daí a lição de Odilon Nunes segundo a qual “a primeira página de nossa história é a primeira pá-

gina da história de nossa pecuária”, para concluir que “tudo emanava do curral”. A cultura do boi criou uma civilização – a civilização do couro – a que se reporta A. Tito Filho, quando diz que “o Piauí representa um museu de sociologia – o curraleiro e o gado – e da rês se aproveitava tudo, a carne, os ossos, o tutano, bofes, cascos, chifres.” E concluía: “Em tudo o bovino: na panela, no cornimboque, nas liteiras, no gibão, nos arreios, em vasilhames de viagem, nos calçados. Civilização do couro, assim que se dizia. A moeda nos velhos tempos era o boi vivo.”

O boi fez também a fortuna da Coroa portuguesa. Além das rendas proporcionadas pelas fazendas e rebanhos que Mafrense legara aos jesuítas e posteriormente incorporados ao patrimônio da Coroa, havia o dízimo de dez por cento sobre o gado. À época o Piauí apresentava superávit em suas contas. Por isso, o governador da Capitania, Elias José Guimarães de Carvalho, insistia, em 1821, para que a Coroa mandasse buscar cem contos de réis, “*para seguirem o destino que Sua Majestade for servido dar-lhes.*” Eram tempos de fartura nos campos de criar do Piauí, em cujas fazendas, na poesia telúrica de H. Dobal, *havia banhos de leite*. Eram os bons, remotos e memoráveis tempos das chamadas *vacas gordas*, quando não havia FMI, dívida pública e quejandos.

Finalizo, pedindo permissão para lembrar que Anfrísio está completando 36 anos de casado. E resolveu comemorar a felicidade de seu casamento, com a sua adorada Nísia, de forma tão elegante quanto generosa: reunindo, nesta noite memorável, os numerosos parentes e amigos, para entregar *Mandu Ladino* ao Piauí. Diria que, em verdade, o casal comemora a bonança de sua união, mas quem está recebendo o melhor presente somos nós. E que presente! Eis aí um gesto de grandeza espiritual que nos envolve, cativa e emociona. A eles, portanto, por todos os motivos, as nossas felicitações e aplausos mais calorosos.

Muito obrigado.

Mitos e legendas da política piauiense

Depois de nos deliciar durante o ano de 2005⁴¹, pelas páginas do jornal *Diário do Povo*, com a publicação de judiciosos artigos sobre a política do Piauí, eis que o deputado Wilson Nunes Brandão os burila no livro que ora oferece aos politicólogos e estudiosos de nossa história.

Nada mais apropriado e oportuno, à vista de ser objeto de suas pesquisas um tão rico quanto pouco estudado período da política piauiense, a *Era pós-1945*, que o autor procura resgatar através da reconstituição dos arranjos partidários e seus quadros dirigentes.

Também ninguém mais indicado para fazer tão meritório esforço de resgate histórico. E não só por variados traços de herança familiar como filho de um político e intelectual da projeção do professor Wilson de Andrade Brandão, diretor da tradicional Faculdade de Direito do Piauí ao tempo de minha formação acadêmica, deputado estadual por seis legislaturas, secretário de Estado duas vezes, membro e presidente da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e autor de importantes livros, dentre os quais *História da Independência do Piauí* e *História do Poder Legislativo do Piauí*, indispensáveis para o entendimento de nossa evolução política.

Méritos outros, e quiçá mais importantes, pois adquiridos por virtudes próprias, tais como o talento, o esforço e a dedicação, o autor os tem de sobra, apesar de ainda jovem. Triplicemente laureado (é formado em Engenharia Elétrica, Direito e História), exerce o quarto mandato de deputado estadual e lidera a bancada do PFL na Assembleia Legislativa. E mais: apesar de o exercício continuado de mandato eletivo conduzir o político quase sempre ao desgaste eleitoral, Wilson Nunes Brandão emerge, na última eleição, como o deputado estadual mais votado da história do Piauí. Eis aí mais um laurel a en-

41 Apresentação do livro **Mitos e Legendas da Política Piauiense**, de autoria do deputado Wilson Nunes Brandão.

riquecer a sua já portentosa biografia. Está claro que de tão múltipla bagagem só poderia resultar o bom livro que este é.

O campo de estudo, como disse, abrange a *Era pós-1945*, inaugurada com a derrocada da ditadura Vargas e a consequente tarefa de reconstitucionalização do País. E continuada com o suicídio do mesmo Vargas, a renúncia de Jânio, a derrubada de Goulart, a implantação do estado policial-militar de 1964 e a volta ao ponto de partida com nova reconstitucionalização.

Permeiam os dois tempos da mesma busca, tempos assinalados pelo alvorecer de novas Constituições (1946 e 1988), encerrando as longas noites de escuridão impostas por duas ditaduras, nada menos de 42 anos. Como se vê, período marcado por profundas mudanças e grandes incertezas.

Aliás, muito diferente da fase anterior, na qual, embora levemente arranhada a República de 1889 pelo tenentismo que desaguou na Revolução de 1930, durante quase igual período (41 anos) o País navegou nas águas plácidas das maiorias arquitetadas nas fraudes. Se, no plano nacional, afora o confronto fatal Vargas-Júlio Prestes, tal marasmo se viu incomodado apenas uma vez – a provocada pela campanha civilista de Rui Barbosa na disputa da Presidência da República, em 1910, contra o marechal Hermes da Fonseca, também, no Piauí, disputa verdadeira pelo governo do Estado só ocorreria uma vez: na eleição de Eurípides Clementino de Aguiar contra Antônio José da Costa, em 1916. O primeiro, apoiado pelas forças dominantes lideradas pelo marechal Firmino Pires Ferreira, Félix Pacheco e Antonino Freire da Silva e, o segundo, amparado na dissidência arregimentada pelo governador Miguel de Paiva Rosa. Concluída a apuração do pleito, formaram-se duas Assembleias Legislativas, cada qual querendo reconhecer e empossar seu candidato, pois ainda não fora criada a Justiça Eleitoral.

Mas, ao contrário de Rui, a posse de Eurípides resultou conquistada. E o foi por força de uma ordem de *habeas corpus* (o mandado de segurança viria com a Carta de 1946) concedida pelo Supremo Tribunal Federal à Assembleia oposicionista e pelo aquartelamento, em Teresina, de batalhões revolucionários vindos de Floriano, Jaicós e Parnaíba.

É que, à época, aqui e alhures, promanavam os acordos de cúpu-las, sustentados pelos votos de bico de pena dos coronéis do sertão. As chamadas eleições revestiam-se de caráter meramente homologa-tório. Assim se elegiam deputados, senadores e governadores. Como não houvera acordo, falou mais alto a voz da carabina.

A partir de 1945 o cenário mudou de feição. Os novos sopros libertários que sacudiam o mundo, com a emergência dos direitos sociais, puseram a pique as velhas e ultrapassadas oligarquias, suas estruturas e artimanhas políticas. Organizam-se partidos de caráter nacional. Dois, inicialmente, esquentaram o ambiente político: a União Democrática Nacional, frente de oposição à ditadura, e o Par-tido Social Democrático, integrado pelos decaídos do poder. E a mu-dança maior se inicia justamente pela substituição dos mecanismos ditatoriais do Estado Novo por uma Carta revestida de saudável con-teúdo democrático, pois seguramente definidora de limites, deveres, direitos e garantias, virtude maior da Constituição de 1946.

Não menos auspiciosa foi a Constituição erigida em 1988 sobre os escombros da ditadura de 1964, anunciadora de grandiosos princí-pios e objetivos, dentre estes o de *“construir uma sociedade livre, justa e solidária”*. Do demorado processo de elaboração eu tive a honra de participar como deputado-constituente, e o que me convence da viabi-lidade desse projeto de sociedade é a vigência, ao alcance de pobres e ricos, de mecanismos que nos estão conduzindo ao seio do único par-tido verdadeiramente democrático e legítimo – o Partido do Cidadão. Aquele que submete os interesses egoísticos de pessoas e grupos aos superiores direitos da sociedade.

Para viabilizar o Piauí

Todos proclamam⁴² as imensas potencialidades que o Gurgueia está a oferecer-nos, traduzidas, sobretudo, na abundância de água, na fertilidade do solo e na prodigalidade das belezas naturais.

Verdade seja dita, contudo: não dispondo o Piauí de recursos para implantar a infraestrutura necessária à exploração dessas potencialidades, de modo a convertê-las em riqueza e bem-estar social, o Gurgueia, ante tal carência, passou a representar, ao invés de uma radiante dádiva da natureza, um pesado fardo. Fardo que, ao longo dos séculos, nosso Estado tem-se mostrado incapaz de conduzir sozinho. Convém não esquecer um excelente exemplo ao nosso lado: fardo para Goiás era outrora o norte, o Gurgueia de lá, hoje o progressista Estado do Tocantins.

Dá a ideia de transformar o território piauiense em dois Estados, como ocorreu em Goiás, medida que provocaria um vigoroso e imediato efeito: viabilizar o Piauí, mediante a duplicação de suas receitas e a repartição de seus encargos. Propus, então, a criação do Estado do Gurgueia ao discursar na despedida da Câmara dos Deputados (1990).

Para formá-lo, prevê-se o desmembramento de 153.112 km² dos 251.529 km² do território piauiense, onde viviam, em 2007, segundo o IBGE, cerca de 663.378 habitantes, espalhados em 87 dos 223 municípios. Vê-se que, embora a área do Gurgueia represente 60,87%, sua população é bastante rarefeita: apenas 21,89% dos 3.029.916 habitantes do Piauí. O Piauí continuaria com área superior à de Pernambuco, enquanto que sua população superaria, individualmente, a de oito Estados.

De uma coisa não tenho a mínima dúvida: a emancipação do Gurgueia resultaria num Piauí plenamente viável, pois mais integrado, enxuto, autofinanciável. Sua mais longínqua cidade distaria me-

42 Artigo publicado no jornal **Diário do Povo**, edição de 10.01.2008

nos de 500 km de Teresina. Bastante diferente do Piauí de hoje, onde cidades se perdem na imensidão de seu território, como a de Sebastião Barros, que vaga a 940 km da capital. O novo Piauí contaria com a pujança de Teresina e o potencial turístico de 7 Cidades, do litoral e do delta do Parnaíba. Em suma, contaria com a melhor infraestrutura em rodovias, eletrificação, abastecimento d'água e outros serviços urbanos e rurais básicos, onde são arrecadados 96,70% do ICMS e o PIB alcança 84,40% dos bens e serviços produzidos no Estado.

Todos os estudos realizados pelas equipes técnicas do *Centro de Estudos e Debates do Gurgueia*, consolidados em publicações amplamente divulgadas, encaminham-nos à seguinte constatação: uma vez edificada essa obra de engenharia política, calcula-se que só o Gurgueia passaria a contar, durante dez anos, com uma injeção de recursos próprios em torno de 10 bilhões de reais para investir em infraestrutura, segundo as prioridades que seu povo escolher. Mas não é só, pois o novo Piauí, ao preservar quase a totalidade das receitas atuais e desonerar-se de encargos variados (estima-se que 20.000 servidores, por exemplo, seriam transferidos para o Gurgueia), economizaria valor bem próximo a esse. Some-se a isso a circunstância de que, dotada a população do Gurgueia de maior poder aquisitivo, o Piauí teria um ganho adicional retumbante: continuaria a ser, pelo menos inicialmente, o seu grande fornecedor de bens e serviços. É dinheiro que vai circular, multiplicar-se, gerar emprego e renda.

Daí a conclusão lógica: se é verdade que o Gurgueia ganharia com a emancipação, o Piauí, daria, em consequência, o mais seguro passo, provavelmente o último que lhe resta, para viabilizar-se como Estado, despedindo-se dos humilhantes indicadores sociais e econômicos que vem amargando ao longo dos séculos. Eis um exemplo esclarecedor: segundo o governo federal, em 1927, em contos de réis, o Piauí (Rs 4.672), Goiás (Rs 4.957) e Mato Grosso (Rs 7.987) detinham as três menores receitas dos 20 Estados brasileiros de então. Repita-se: ocupavam a 20^a, 19^a e 18^a posições. Pois bem, em 2006, em milhões de reais, o Piauí continuou a exibir a menor receita entre eles (R\$ 3.211). Enquanto isso, os Estados que se dividiram, isto é, Goiás/Tocantins (R\$ 11.238) e Mato Grosso/Mato Grosso do Sul (R\$ 10.281), pularam para a 7^a e 9^a posições no ranking nacional. Invertendo o círculo vicioso da pobreza, Goiás/Tocantins ficaram abaixo apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do

Sul, Bahia e Paraná. Pernambuco, na 8ª posição, por pouco superou Mato Grosso/Mato Grosso do Sul.

Querem outro exemplo? Pois vai lá o mais recente: em 1988, ano anterior à emancipação do Tocantins, Goiás (Cz\$ 13.617) recebia do Fundo de Participação dos Estados apenas 61,81% do que recebia o Piauí (R\$ 22.029). Em 2006, Goiás/Tocantins passaram a receber do FPE nada menos de 166,17% do que recebeu o Piauí (R\$ 2.024 x R\$ 1.218 milhões de reais).

Repito o que já afirmei alhures:

Sei que o assunto é explosivo, que causa toda sorte de reações, inclusive indignação. Isso é bom, pois só acredito que uma sociedade seja capaz de encontrar saída para os seus problemas quando ela ainda é capaz de indignar-se.

Sabemos que a criação do Gurgueia, à vista da Lei nº 9.709/1998, vai depender da manifestação democrática do eleitorado de todo o Piauí, a ser aferida em plebiscito. Nossa tarefa, portanto, tem sido estudar, pesquisar e suscitar o debate, para que a decisão popular seja fruto da vontade consciente, politicamente correta, e não de atavismos, preconceitos, ressentimentos ou passionaisismos.

Os estudiosos de nossos problemas sempre alertam para a inexistência de um grande projeto de desenvolvimento do Piauí. Daí as coisas serem feitas quase sempre improvisadamente, ao sabor de conveniências, oportunidades ou interesses momentâneos, sem definição de meios, metas e objetivos. Pois bem, emancipar o Gurgueia é um projeto de redenção do Piauí claramente definido: consistente nos meios, factível nas metas e grandioso nos objetivos. Urge apenas que os piauienses, indignados com a própria condição de pobreza, façam dele a sua bandeira de luta.



Dicionário Enciclopédico do Gurgueia

Começo por cumprir⁴³ uma obrigação indelegável: manifestar minha gratidão a todos os presentes. Certamente muitos deixaram de lado outros compromissos para prestigiar esta solenidade, deferência que me alegra, honra e desvanece.

Sou imensamente grato também ao conselheiro Anfrísio Castelo Branco, presidente desta Corte, e ao acadêmico Manfredi Mendes de Cerqueira, presidente da Academia Piauiense de Letras, pelo patrocínio desta solenidade, gratidão que estendo aos seus colaboradores, com o maior prazer.

Gratificado por tão honrosas presenças, espontaneamente assumo um compromisso: prometo poupá-los das costumeiras e por vezes tediosas divagações, quase sempre dispensáveis, em momentos como este. Sobretudo após a bela fala do acadêmico Herculano Moraes, que dissecou o conteúdo da obra melhor do que poderia fazer o autor. Por isso, e por tudo mais, sou-lhe, além de ardoroso admirador, também imensamente grato.

Ouso acreditar que num ponto todos estamos de acordo: se o Piauí, como registra frequentemente a imprensa, é um ilustre desconhecido da Nação (não faz muito uma editora do sul chegou ao absurdo de excluí-lo do mapa do País), pior é sê-lo dos próprios piauienses.

E que dizer de sua parte mais ao sul – os remotos sertões de Parnaguá, aquela “espécie de nação *gurgueia*” identificada pelo professor Fonseca Neto? Eles guardam, é bom esclarecer, a verdadeira certidão de nascimento do Piauí – expressa nas cartas de concessão das primeiras terras em nosso território, ainda em 1676. No entanto, sua população, apesar dessa primazia, pouco sabe sobre o Piauí, pois pouco lê, muito menos vê, ouve ou escreve a respeito.

43 Discurso de lançamento do **Dicionário Enciclopédico do Gurgueia**, no auditório do Tribunal de Contas do Estado, em 30.04.2008.

Mais grave é o fato também de o Piauí, por sua vez, pouco se inteirar das coisas de lá. É sintomático que 191 anos separem a primeira da segunda visita de um governante piauiense àquelas paragens. Com efeito, depois da viagem pioneira do governador João Pereira Caldas para instalar a vila de Parnaguá, em 1762, só em 1953 fomos brindados com a segunda. Fê-la o governador Pedro de Almendra Freitas, que eu, menino de calças curtas, entre curioso e assustado, vi passeando pelas ruas de minha Corrente.

Como justificar tão espessa cortina de isolamento, sabendo-se que, nos tempos em que pobre não se tornava barão, a opulência dos currais de gado lá produziu 40% da nobiliarquia nascida no Piauí, inclusive o Marquês de Paranaguá, tido e havido por muitos historiadores como o maior piauiense de todas as eras?

Ouso acreditar, ainda, que noutro ponto estamos também de acordo: o Piauí, ao longo dos anos e dos séculos, a despeito de todas as suas reconhecidas potencialidades e do empenho de suas lideranças, continua exibindo os piores indicadores sociais e econômicos entre todas as unidades federativas do País. Saímos da pecuária extensiva, ligamos Santa Filomena ao litoral através da navegação a vapor, enveredamos pelo extrativismo vegetal com a borracha de maniçoba, a cera de carnaúba e o babaçu, passamos pelos incentivos fiscais capitaneados pela Sudene e iniciamos a exploração agrícola dos cerrados. Contudo, a verdade, nua e crua, é que continuamos desafiando todas as políticas voltadas para a redução das desigualdades regionais e intrarregionais.

Que há com o Piauí? Ou melhor: Que fazer com o Piauí?

– Fechar os olhos e os ouvidos à dura realidade ou buscar uma saída ousada, definitiva, redentora?

Pois bem, alguns piauienses, entre os quais me incluo, inconformados mas não omissos ante tal estado de coisas, propõem uma saída: duplicar a receita e dividir a despesa mediante a transformação do território piauiense em dois Estados. Meta: gerar recursos para investir nos setores estratégicos, de modo a aproveitar racionalmente suas riquezas naturais. Espelham-se, com justa razão, nos bons resultados obtidos por Goiás e Mato Grosso com a criação dos Estados do Tocantins e Mato Grosso do Sul, respectivamente.

Como a história foi, é e sempre será a insubstituível mestra da vida, convém mirar os seus ensinamentos: dos vinte Estados existentes em 1927, Piauí, Goiás e Mato Grosso ocupavam rigorosamente a 20^a, 19^a e 18^a posições, no tocante a receitas. Passados 80 anos, o Piauí continua ocupando placidamente a última posição, entre eles. Enquanto isso, Goiás/Tocantins pularam para a 7^a posição e Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, para a 9^a. Se essa edificante obra de engenharia política deu certo lá, por que não haveria de dar certo aqui, eis a pergunta que não pode calar.

Verdade seja dita: queiramos ou não, a ideia de redivisão territorial do Brasil compõe a agenda política de nossos dias. Dispondo sobre a matéria, tramitam projetos no Congresso Nacional propondo a realização de plebiscitos para criação de duas dezenas de Estados. Dentre eles, o do Gurgueia, que é objeto de dois projetos – um do deputado Paes Landim, com substitutivo do deputado Júlio César, já aprovado por três comissões técnicas da Câmara dos Deputados, e o outro, do senador João Vicente Claudino, com parecer favorável do relator na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Sabemos que a decisão preliminar sobre esse magno assunto, tão importante para nosso destino quanto o foi a mudança da capital de Oeiras para Teresina, em 1852, é tarefa constitucionalmente afeta ao eleitorado do Piauí, a ser ouvido em plebiscito, num salutar exercício de democracia direta. O Gurgueia, como sabemos, abriga pouco mais de 20% desse eleitorado. Fica claro, portanto, que só haverá emancipação do Gurgueia se o Piauí quiser e, por certo, só haverá de querê-la, se se convencer de seus reais benefícios para todos.

No contexto atual, o pior que nos pode acontecer não é deixarmos de criar o Estado do Gurgueia, perdendo, mais uma vez, o bonde da história. Pior é serem criados outros Estados, que não o do Gurgueia, pois assim seríamos chamados a pagar a conta, sem qualquer compensação. Daí a necessidade de o tema ser pesquisado, estudado, analisado e discutido pela sociedade piauiense, nos mínimos detalhes.

O Dicionário Enciclopédico do Gurgueia, ao resgatar a memória histórica daqueles sertões e retratar os vários aspectos de sua realidade, fornece elementos, dados estatísticos e informações, tão verazes quanto isentos, que podem subsidiar e qualificar o debate.

Assim contribuindo, só me resta esperar que a decisão popular que vier a ser tomada, qualquer que ela seja, a favor ou contra o projeto, expresse um ato de cidadania socialmente amadurecido, democraticamente adotado, politicamente correto e economicamente redentor, banido qualquer passionalismo, preconceito ou ressentimento.

Afinal, com a seriedade que o assunto exige, estamos tratando é do futuro do Piauí e das novas gerações.

Muito obrigado.

Abelheiras

Matei a vontade de conhecer Abelheiras⁴⁴ há uns cinco anos, levado pelas mãos amigas de Anfrísio Lobão Castelo Branco, mais que seu proprietário, o atual, incansável e entusiasta guardião de sua rica memória. Infelizmente, por me encontrar em Corrente cumprindo compromisso no mesmíssimo dia (o encerramento da 33ª exposição agropecuária), não me foi possível comparecer à celebração de seus trezentos anos de história, em julho último, que Anfrísio, com o maior desvelo, houve por bem comemorar.

No entanto, embora separados por quase mil quilômetros, os dois eventos, como se vê, guardam entre si um forte liame: o boi. Boi que, na pecuária extensiva de outrora, fez de Campo Maior o maior criador do Estado, razão da luta do general Gayoso, do dr. Mariano Castelo Branco e de outros abnegados fazendeiros pela instalação, na terra dos carnaubais, do Frigorífico Industrial do Piauí, o famoso Fripisa, nas décadas de 1950/1960. Boi, por outro lado, que nesta fase de transferência de embriões e de outras tecnologias de ponta no engenho e arte do criatório, faz de Corrente não só o maior criador, como o produtor por excelência do Nelore.

Nada demais nessa simbiose. Pois foi na trilha do boi que se iniciou a colonização dos “Sertões de Dentro do Piagohy”. À época, por volta do terceiro quartel do século XVII, e a pretexto de combater os índios Gurgueias, que devastavam os currais lá das bandas da Bahia, os homens da Casa da Torre, à frente Francisco Dias de Ávila e Domingos Afonso Mafrense, subiram os rios São Francisco, Grande e Preto, embrenhando-se nos sertões de Parnaaguá. Dizimando as populações indígenas, mas sempre em busca dos vales úmidos, obtiveram, nas margens dos rios Gurgueia, Paraim e Parnaíba, a partir de 1676, as primeiras sesmarias em solo piauiense. Aí iniciaram a instalação de currais de criação de gado. Depois, em movimentos concêntricos que não paravam de crescer e multiplicar-se, rumaram para os vales

44 Artigo publicado no jornal **Diário do Povo**, edição de 15.09.2008.

do Piauí/Canindé e, finalmente, vinte e cinco anos após, bateram às terras do Longá.

Nestas, em campinas verdejantes a perder de vista, a gadaria produziu tamanha fartura a ponto de o telúrico Dobal, anos mais tarde, mirar cintilantes *banhos de leite*.

Dessa saga tricentenária é feita Abelheiras. Misto de derrotas e vitórias, tristezas e alegrias, sacrifícios e regalos, como sói exibir toda obra perene da bravura do homem contra a natureza hostil. Em sua trajetória, por certo muito passado a descobrir, muito exemplo a ensinar, muita saudade a matar, muita história a contar, muita recordação a viver, muita tradição a manter. Adquirida dos herdeiros dos Ávilas no distante ano de 1839 pelo luso-piauiense Jacob Manuel de Almendra, seus sucessores se comprazem, como Anfrísio, em manter viva a *recordação pessoal* da matriarca Lina Leonor de Almendra Freitas, recomendada em seu testamento. Por fazer tão bem ao espírito rememorar o nascimento do Piauí, que seja para sempre

Pobreza tem remédio

Estudos recentemente⁴⁵ divulgados pela Fundação Cepro, escorados em dados do Ministério do Desenvolvimento Social, devem merecer nossa mais profunda reflexão. Eles dão conta de que, atualmente, nada menos de 60,47% da população piauiense (ou seja 1.833.725 dos 3.032.421 habitantes do Estado) são atendidas pelo Programa Bolsa Família. Em 2003 eram 53,31%, número já considerado elevado à época. E, segundo fonte oficial, alguns milhares estão na fila de espera.

Como fazem jus a essa modalidade de amparo oficial as famílias com renda per capita não superior a R\$ 137 mensais, conclui-se que, apesar do oba-oba oficial, crescem assustadoramente as condições de pobreza do piauiense, confirmando, infelizmente, os humilhantes indicadores sociais e econômicos exibidos pelo Estado. E ainda há quem comemore tão pífios resultados...

Um rápido passeio pela história econômica do Piauí vai revelar que saímos da pecuária pioneira, que foi o sustentáculo de nossa economia por cerca de 200 anos, para o extrativismo vegetal com a exploração da borracha de maniçoba, da cera de carnaúba, do coco de babaçu etc. Passamos pela fartura dos incentivos fiscais administrados pela Sudene, e o que se vê é desolador: dos 13 projetos agropecuários, por exemplo, iniciados em Canto do Buriti e Uruçuí e visitados por comissão técnica ao tempo em que eu chefiava o gabinete do competente Bernardino Viana na Secretaria de Indústria e Comércio (1975/1978), não se identifica um só empreendimento que tenha vingado. Em 1859 inauguramos a navegação a vapor pelo rio Parnaíba e, vencendo todos os obstáculos, singramos comercialmente, por mais de 50 anos, os 1.215 km que separam as cidades de Parnaíba e Santa Filomena. E o que resta hoje? Nada, pois construímos a barragem de Boa Esperança mas permanecem inacabadas as eclusas iniciadas há mais de 30 anos, indispensáveis para transposição daquela barreira de concreto. Pior é que o segundo maior rio do Nordeste vem se desmilinguindo a cada dia, sem qualquer medida

45 Artigo publicado no jornal **Diário do Povo**, edição de 17.03.2009.

de proteção, atolado no mesmo “estado lastimoso” que assustou o engenheiro Gustavo Dodt, em 1870.

Em busca de paliativos emergenciais, nossos governantes, historicamente, têm recorrido ao expediente comum aos quebrados em geral: torrar o patrimônio. Assim, deram fim às seculares fazendas, constituídas de milhares de léguas de terras e cabeças de gado que o sertanista Domingos Afonso Mafrense implantou nos sertões do Piauí, a partir de sua entrada pelo vale do Gurgueia (1676). Venderam o Hotel Piauí, o Banco do Estado, a Cepisa, o Fripisa, a companhia de mármore de Pio IX e milhões de hectares de terras nos cerrados. Saliente-se que a venda do Hotel Piauí e do Fripisa levou de cambulhada os prédios da Câmara Municipal e do mercado da praça Demóstenes Avelino, este sede atual da Federação da Agricultura. Se não bastasse, até os prédios das secretarias da Fazenda e da Saúde já foram passados nos cobres. O primeiro deu lugar ao Jet Mercado; o segundo, ao Banespa/Santander. Felizmente, o quartel da Polícia Militar, entregue para pagar dívidas à Previdência, voltou intacto ao patrimônio estadual e hoje abriga o belo Centro Artesanal da praça Pedro II. Bem, resta a Agespisa. Mas esta, atolada em dívidas estratosféricas, ninguém quer nem de graça. Ela continua naufragando sob o comando de sete diretores, como se vivêssemos num cálido mar de rosas!

Não há mais patrimônio a torrar. Diante dessa realidade, e sabido quanto abunda o potencial de terra, sol e água no Piauí, saltam pelo menos três perguntas que não podem calar: **1.** Condiz com a dignidade do piauiense ostentar o baldão de ser o mais pobre do Brasil? **2.** Que há com o Piauí? **3.** Como viabilizar o Piauí?

O mínimo de autoestima nos instiga a abandonar o conformismo e buscar uma saída. Saída que deve ser calcada num diagnóstico profundo das causas da pobreza e na execução de um projeto de desenvolvimento sustentável, consistente e duradouro que as remova.

Ora, quando não se tem um projeto, seja na atividade privada ou nos negócios públicos, tende-se a fazer as coisas de forma atabalhada, aleatória, improvisada, zanzando segundo as oportunidades ou as conveniências eventualmente aparecidas. Por vezes, até esquecendo comecinhos princípios de economia e razoabilidade. Por exemplo, briga-se secularmente pelo porto de Luís Correia, para cuja constru-

ção o Piauí teve que permutar com o Ceará, em 1881, um naco importante de seu território – a região de Crateús. Esse porto tem sido tratado como cão sem dono. Iniciado pela União em 1922, concedido ao Estado em 1929, retornou para a União em seguida e novamente concedido ao Estado em 1988, que o entregou a uma empresa cearense, em 1991. Embora difícil saber a quem pertence, fala-se na sua conclusão. Mas com os míseros recursos anunciados para a obra (R\$ 12 milhões), que tipo de porto teríamos no Piauí? Um simples embarcadouro, ancoradouro, marina ou terminal? Afinal, quem está enganando quem?

A história humana nos ensina que pobreza não é maldição. É estágio de vida, passível de avanços, estagnações ou recuos, dependendo das atitudes e medidas que cada sociedade é capaz de adotar.

Durante mais de um século, Goiás deteve, dentre os vinte Estados brasileiros de então, o 19º lugar em arrecadação de receitas. O Piauí reinava absoluto em 20º lugar. Pois bem, de Goiás foi desmembrado o Estado do Tocantins, em 1988. Resultado: hoje, as receitas de Goiás/Tocantins, somadas, pularam para a 7ª posição, abaixo apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Paraná. E o Piauí continua portando melancolicamente a mesma lanterna. Outro dado não pode ser descartado: antes da criação do Tocantins, Goiás recebia do Fundo de Participação dos Estados apenas 61,81% do que recebia o Piauí. Hoje, Goiás e Tocantins, somados, recebem nada menos de 166,17% do que recebe o Piauí! Conclusão: a divisão não diminuiu o volume de recursos; ao contrário, promoveu sua duplicação.

Há, pois, remédio para pobreza. E Goiás o encontrou, repetindo a receita já experimentada por Mato Grosso, ao também transformar seu território em dois Estados e passar a receber duas fatias do bolo tributário nacional. Livrou-se, corajosa e inteligentemente, dos pesados encargos de manter uma região distante, pouco povoada e de baixa arrecadação tributária, tornando-se verdadeiramente uma unidade: mais leve, enxuta, integrada e autofinanciável.

É confortador e estimulante ver tanto Goiás quanto Tocantins colherem os frutos desse gesto de grandeza. Goiás experimentando gigantesco crescimento (já conta com duas montadoras de automóveis), enquanto que o Tocantins cuidando de implantar a infraestrut-

tura necessária ao aproveitamento de suas potencialidades: asfaltou mais de 5.000 km de rodovias e acaba de inaugurar a terceira hidrelétrica construída após sua emancipação. Se o remédio deu certo lá, por que não haveria de dar certo também aqui? Será que não temos o mesmo arrojo e competência dos goianos?

Pois bem, seguindo a pedagogia dos bons exemplos, emancipar o Gurgueia é o projeto de desenvolvimento sustentável, consistente e duradouro que oferecemos à discussão dos piauienses. E o fazemos de forma honesta, franca, transparente, democrática, sem passionatismos, preconceitos ou ressentimentos. Temos o Centro de Estudos e Debates do Gurgueia, fundado e mantido por pessoas interessadas nessa discussão, em cujo site (www.gurgueia.org.br) poderão ser encontrados os fundamentos justificativos da proposta e amplas informações sobre o assunto.

Gurgueia: espaço, tempo e sociedade

Eis o título do novo livro que pretendo lançar ao público nos próximos dias. Escrito na nova ortografia, trata-se de um colorido mosaico de informações sobre as realidades presentes e passadas de uma região tão rica quanto desconhecida do Piauí: o Gurgueia. Nele, com base nos dados exibidos pelos 87 municípios integrantes do projeto de emancipação que tramita no Congresso Nacional, são expostos, o mais amplamente possível, os aspectos geográficos, históricos, econômicos, sociais, político-administrativos e culturais que o caracterizam, incluídos os pensares, falares, fazeres e a bibliografia produzida por seus escritores e poetas, ou relacionada com a região, ao longo dos tempos. E mais: as atas de instalação de seus primeiros municípios – Parnaguá e Jerumenha (1762) – agora descobertas e publicadas.

O que importa mereceu registro. A começar da presença humana centenária nos grotões das serras da Capivara e das Confusões, que a determinação da guerreira Niède Guidon tornou parques nacionais e patrimônio cultural da humanidade, mas que, nem por isso, ou talvez por isso mesmo, deixou de ser alvo de agressões por parte de raivosos senhores das trevas.

Prossegue com a reconstituição da saga de sua colonização, que se confunde com o processo levado a efeito no próprio Piauí, pois que se localizaram justamente nas margens do Gurgueia as primeiras terras concedidas aos desbravadores dos então chamados Sertões de Dentro (1676), à frente Domingos Afonso Mafrense. Este, ao falecer em 1711, legaria ao Colégio dos Jesuítas, na Bahia, a administração de fazendas e sítios que totalizavam nada menos de 145 léguas de extensão por 75 de largura. Vale salientar que o sistema baseado na concessão de léguas de sesmarias (uma légua de sesmaria correspondia a 6.600 metros, resultando em 4.346 hectares uma légua quadrada) redundaria na brutal concentração das terras em mãos de uns poucos, cujos efeitos deletérios se fazem sentir nos latifúndios que até hoje emperram o desenvolvimento de justas relações no campo.

Mas para promover tamanha concentração de terras, e povoá-las com currais de criação de gado que se multiplicavam a mancheias, foi travada uma feroz e nada justa guerra de dizimação das populações nativas, sobretudo os Acaroás, Gurgueias e Pimenteiras. A pecuária extensiva, assim gerada, depois de duzentos anos de fartura, entraria em declínio e só conheceria melhores resultados com a substituição do gado pé-duro por raças zebuínas e a introdução de tecnologias de ponta no seu manejo, medida que se mostrou capaz de manter o criatório em posição de destaque na economia regional.

Não foram esquecidas, por outro lado, as novas vítimas desse contínuo processo de conquista, representadas pelas moitas retorcidas dos cerrados, paulatinamente derrubadas para abrigar campos de grãos que se perdem na imensidão do horizonte, fazendo do gurgueiano, antes de conhecer o arado, familiar de possantes colheitadeiras.

Não é demais reconhecer a presença marcante de sua gente nos momentos mais decisivos do Piauí, a exemplo da Guerra da Independência, quando o capitão Tibúrcio José de Borges, a suas expensas, comandou a marcha de 148 cavalaria de Parnaguá para, deixando um rastro de muitos combates, ajudar a dobrar o cangote do major Fidié, na vila maranhense de Caxias (1823). Não menos bravura demonstraria o tenente-coronel José Lustosa da Cunha, futuro Barão de Santa Filomena, ao descer o caudaloso Parnaíba em balsas de talos de buriti, à frente do 2º Corpo de Voluntários da Pátria, organizado naqueles sertões, para combater as tropas do ditador Solano López na Guerra do Paraguai (1865/1870). Nessa epopeia sem igual nos anais de nossa história, resta homenagear, sem delongas, o sacrifício de mais de uma centena desses bravos que se imolaram nas carnificinas dos campos paraguaios, em honra da pátria ultrajada.

Alimenta a nossa autoestima saber que um filho daqueles sertões, o Marquês de Paranaguá, se tornou o mais importante piauiense de todas as eras, ao ocupar no reinado de dom Pedro II, além dos governos do Maranhão, de Pernambuco e da Bahia, os ministérios da Justiça (duas vezes), da Guerra (duas vezes), dos Estrangeiros (duas vezes) e da Fazenda, este acumulando com a presidência do Conselho de Ministros (1882).

Embora insuficientemente estudado este impacto, são palpáveis as transformações por que passamos a partir da mudança da capital

para a margem do Parnaíba, sobretudo por ter propiciado, através da navegação a vapor até Santa Filomena, a incorporação do sudoeste no processo de desenvolvimento do Piauí. É sintomático que o surgimento de todas as cidades ribeirinhas do grande rio, ao sul de Teresina, sem exceção, tenha ocorrido justamente depois de 1852.

É preciso saber que a isolada Corrente se tornou berço da diversidade religiosa no Piauí ao inaugurar, em 1904, o primeiro templo não-católico – a igreja batista – convertendo-se, a partir daí, em centro de irradiação desse culto para todo o Estado. E que, em contraposição, a Prelazia de Bom Jesus do Gurgueia, criada para combater o protestantismo, não se instalou na cidade que lhe dá o nome e, sim, em São Raimundo Nonato (1922), a cerca de 350 km de distância.

Nesse nostálgico passeio de resgate histórico, convém lembrar que, no decurso de 191 anos, apenas dois governantes piauienses pisaram os pés naqueles sertões: o primeiro, João Pereira Caldas, para instalar as vilas de Parnaguá e Jerumenha (1762) e, o segundo, Pedro de Almendra Freitas, ao visitar Corrente (1953). No entanto, nenhum deles esqueceu de mandar o coletor para sugar o fruto do trabalho de seu povo e a polícia para proteger os coronéis do sertão, donos dos votos que *legitimavam* o poder das oligarquias. Mas nem assim conseguiram manter nos estreitos limites dos currais as forças sociais em ebulição. Daí a Balaiada (1838/1841), o conflito armado Nogueira/Granja (1922/1926) e a guerra dos caceteiros (1937), sem falar na organização de batalhões revolucionários para garantir a eleição de Miguel Rosa ao governo do Estado (1912) e a posse do opositor Eurípides de Aguiar quatro anos depois (1916).

Exposta está também a sua geografia: rios, riachos, lagoas, bacias hidrográficas, serras, chapadas, boqueirões, biomas. Bem como os recursos do subsolo, tais como o níquel da região de São João do Piauí e o ferro da de Paulistana.

A obra deixaria a desejar se não retratasse as famílias tradicionais, muitas delas com raízes fincadas nos primórdios da colonização e ainda hoje aparelhadas de efetivo poder de mando político, não raro espalhado por municípios vários.

E, como não poderia deixar de ocorrer, foi possível captar um rico vocabulário popular, em que é fácil perceber que lá viceja um

linguajar único e inconfundível, evidenciando traços culturais bem distintos, não imunes, no entanto, a influências de vizinhos baianos e pernambucanos.

De fato, qual o significado de palavras como, por exemplo, *canguinho*, *estruir*, *godes*, *lorde*, *nascida*, *ponga*, *quicau*, *roncha*, *simonte*, *tixim*?

Bem, para quem não sabe, por que não recorrer ao livro?

Carta aberta aos acomodados

O escritor e acadêmico Ronaldo Mousinho⁴⁶ é um guadalupense com destacada atuação em Brasília, onde preside a Academia de Letras de Taguatinga. Por mérito, figura em nosso livro *Gurgueia: Espaço, Tempo e Sociedade*, lançado no ano passado. Valendo-se da liberdade de opinião, ocupou as páginas desse vibrante *Tribuna do Piauí*, edições de 02/08 e de 09/15 de fevereiro último, em matéria sob o título *Divisão do Estado do Piauí – Necessidade ou conveniência?*, para criticar a proposta de criação do Estado do Gurgueia. Até aí, nada a opor, pois é inquestionável seu direito de fazê-lo.

Não sou nenhum herói. Também nunca fui nem sou um acomodado, mesmo que, aos 70 anos de vida e muita luta, passando até por prisão, processo penal e cassação de mandato por motivo ideológico, esteja a gozar as delícias de uma merecida aposentadoria. Aposentado, sim, mas não incapacitado para continuar lutando em busca de melhores dias para o Piauí. É minha consciência de cidadão, irrequieta, que não permite ver alguém morrer de fome na terra de Canaã. Por isso venho insistindo, através do *Centro de Estudos e Debates do Gurgueia*, que presido, na discussão em torno da emancipação do Gurgueia como forma de viabilizar o Piauí.

Aliás, despertar nossos conterrâneos para o conhecimento da realidade do Piauí, a crueza de seus indicadores sociais e econômicos, suas perspectivas de desenvolvimento e discutir alternativas de enfrentamento da pobreza, têm marcado a minha atuação desde os tempos de estudante, quando, ao lado de vários companheiros de geração, fundei e presidi o *Centro de Estudos da Mocidade Idealista do Piauí* (1960).

O dever democrático de respeitar a opinião alheia não me impede, porém, de observar que assunto de tamanha envergadura, que busca identificar e combater as causas reais da pobreza trisseccular do Piauí, tenha sido tratado sob a ótica da má fama dos políticos e das querelas pa-

⁴⁶ Publicada no jornal *Tribuna do Piauí*, edição de 09 a 15.03.2010.

roquiais de Guadalupe. Com todo respeito ao dr. Ronaldo, convenhamos que esse debate merece e deveria ser travado noutro nível.

Imaginem se o inolvidável JK tivesse deixado de construir Brasília por temer que, tempos depois, uma quadrilha de sanguessugas do Erário viesse a tentar macular a grandiosidade de sua obra. Imaginem, também, se o grande Saraiva tivesse sucumbido às lamúrias e protestos de Oeiras e deixado de fundar Teresina, que possibilitou a navegação do rio Parnaíba, a criação das cidades ribeirinhas e a consequente introdução do “progresso e as ideias do tempo”, no dizer do futuro Marquês de Paranaguá. Sempre foi assim: toda tentativa de progresso social tende a enfrentar barreiras e riscos. No entanto, é preciso ousar, desprezar conveniências, sacudir comodismos e buscar saídas, embora às vezes traumáticas. E é o que estamos fazendo, democraticamente, a despeito dos arreganhos de alguns.

Pois bem. Quando clamo pela elevação do debate é porque estão em jogo, não o meu futuro nem minha situação pessoal, mas o futuro do Piauí e as gerações vindouras. Como o pior cego é aquele que não quer ver, muitos se deixam levar pelo oba-oba oficial e fecham os olhos ao quadro de miséria reinante no Piauí. O que vemos aqui é o predomínio, ao longo dos séculos, dos piores indicadores sociais e econômicos do País, a começar da exibição da menor renda per capita (R\$ 4,662 mil, enquanto Brasília detém a maior – R\$ 40,696 mil).

Passamos por todos os ciclos econômicos e por todas as políticas de desenvolvimento regional, e a situação pouco mudou. É o insuspeito IBGE que revela: em 2008, nada menos de um milhão das 3,9 milhões pessoas nascidas no Piauí, isto é, mais de um quarto da população nativa, residiam fora do Estado. Passeios turísticos? Não, necessidade pura!

Forçados pela falta de condições locais de sobrevivência, esses irmãos, gurgueianos em grande número, deixaram a sua terra e foram viver noutras paragens, à procura de oportunidades. Em São Paulo, 272 mil. No Maranhão, 194 mil. Em Brasília, 128 mil. Em Goiás, 82 mil. No Pará, 70 mil. No Ceará, 61 mil. No novato Tocantins, 41 mil. E por aí vai. E olhem que nesse contingente não pontificam apenas boias-frias tocados pelas secas a se entregarem ao trabalho escravo nas fazendas ou aos biscates marginais nas favelas das grandes cidades. Para lá acorreram, garimpando oportunidades, também

professores, escritores, jornalistas, médicos, dentistas, enfermeiros, engenheiros, agrônomos, advogados, veterinários etc., quase sempre formados às custas do Piauí e, tanto quanto nossos sertanejos, necessários ao seu desenvolvimento. Mas não conseguiram emprestar seu talento e suas habilidades ao Piauí. Talvez seja pouco, mas estamos formando, anualmente, mais de 10 mil desses profissionais de nível superior. E como vamos arranjar trabalho para toda essa gente? E quantos se preparam para sair, engrossando ainda mais as estatísticas desse singular “produto de exportação”? Eis aí um cruel paradoxo: o Estado mais pobre suprindo de mão de obra qualificada as regiões mais ricas.

Que fazer? Acomodar-se ou promover mudanças profundas, consistentes, estruturais, definitivas?

Todos reconhecem e proclamam as imensas potencialidades do Piauí, estribadas em recursos naturais que lhe garantiriam, se explorados adequadamente, destacada posição entre as demais unidades da Federação. Tal não ocorre, contudo. Pois, para transformá-las em bens e serviços, aumentar a arrecadação e melhorar a qualidade de vida da população, há necessidade de amplos investimentos em infraestrutura, sobretudo rodovias e distribuição de energia. Não é demais reconhecer que aqui impera um trágico círculo vicioso da pobreza: não investe porque não tem; não tem porque não arrecada; não arrecada porque não investe.

Por falta desses investimentos, o Gurgueia, embora detendo 60,87% do território do Piauí e 21,89% de sua população, arrecada menos de 5% de ICMS e gera pouco mais de 15% do PIB piauiense. E isto ocorre, apesar de toda essa onda salvacionista em torno da exploração dos cerrados.

Pois bem. Cansados de medidas meramente paliativas e cosméticas que nos querem impingir, que podem até aparentar mas não mexem na estrutura econômica nem nas causas da pobreza, estamos propondo uma medida mais profunda, consistente, estrutural, definitiva.

A exemplo de Goiás e Mato Grosso, que adotaram a estratégia de emancipar suas regiões mais atrasadas e distantes de seus centros governativos, constituindo-as em novos Estados (Tocantins e Mato

Grosso do Sul), e assim duplicaram seus recursos, a medida proposta é a criação do Estado do Gurgueia. Os êxitos alcançados pelas quatro unidades federadas é que nos apontam essa solução. De fato, segundo dados publicados pelo governo federal, o Piauí, Goiás e Mato Grosso detinham, em 1927, as três menores receitas entre os 20 Estados brasileiros de então, ocupando a 20^a, a 19^a e a 18^a posições, respectivamente. Pois bem, passados 83 anos, o Piauí continuou na lanterninha entre eles, enquanto que os Estados que se dividiram, isto é, Goiás/Tocantins, somados, pularam para a 7^a posição, e Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, para a 8^a.

Tal mudança se deve, em parte, à redistribuição dos recursos oriundos do governo federal. No tocante ao Fundo de Participação dos Estados, por exemplo, o antigo Goiás, antes da criação do Tocantins, recebia desses recursos apenas 61,81% do que cabia ao Piauí. Em 2006, a participação conjunta de Goiás/Tocantins no FPE se elevou a nada menos de 166,17% da cota piauiense.

Emancipado o Gurgueia, e isso só ocorrerá se o povo piauiense aprovar em plebiscito, o Piauí se tornará viável, enxuto, autofinanciável e integrado. Sua cidade mais longínqua distará menos de 500 km de Teresina. Calcula-se que perderá menos de 10% dos recursos que atualmente recebe, mas, em compensação, deixará de arcar com os pesados encargos de administrar uma região problemática, pois extensa, distante, acidentada, de população rarefeita e baixa arrecadação tributária. O Piauí reduzirá consideravelmente seus gastos. Para começar, cerca de 20 mil servidores públicos do Piauí serão transferidos para a folha de pagamento do Gurgueia, gerando o dobro da economia obtida com o último programa de desligamento voluntário do governo estadual. Por sua vez, o Gurgueia, passando a participar da redistribuição dos recursos federais, contará com meios próprios para implantar sua infraestrutura e promover seu desenvolvimento, segundo as prioridades que definir. Por disposição constitucional (art. 235), durante 10 anos terá economia de guerra, não podendo gastar com pessoal mais de 50% de suas receitas nem manter mais de dez secretarias. A Assembleia Legislativa terá, no máximo, 24 deputados, o Tribunal de Justiça – sete desembargadores e o Tribunal de Contas – três conselheiros. Estima-se que, com esse rígido controle, disporá, no período, de cerca de 10 bilhões de reais para investir.

Fora dessa solução, é difícil prever um futuro radioso para o Piauí e as novas gerações.

Eis a pergunta que não pode calar: Se a emancipação de partes de seus territórios deu certo em Goiás e Mato Grosso, por que não daria certo aqui?

Por último, uma advertência: *“Dado o elevado número de propostas de criação de outros Estados, algumas escoradas em apoios respeitáveis, o pior que nos poderia acontecer não seria deixarmos de criar o Estado do Gurgueia, embora perdendo, mais uma vez, o bonde da História. O pior mesmo seria a criação de outros, que não o do Gurgueia, pois assim seríamos chamados a pagar a conta, sem qualquer compensação.”*

Como não é improvável, pensem nisso!

FOTO APL

Quando a Academia Piauiense de Letras ganhou seu teto

Em março de 1983, quando assumi o cargo de Secretário de Cultura, Desportos e Turismo do Estado e, em consequência, o de presidente de seu braço executivo, que era a Fundação Cultural do Piauí, esses órgãos funcionavam em prédio alugado situado na avenida Miguel Rosa nº 3.300-Sul.

Naquele tempo achava-se paralisada há anos, em virtude do esgotamento de recursos federais que lhe eram transferidos, a construção do novo prédio da Biblioteca Estadual “Cromwell de Carvalho”, localizado na Avenida Marechal Castelo Branco. O deputado Waldeimar Macedo, então presidente da Assembleia Legislativa, com o apoio dos demais deputados, conseguira do governo do Estado a cessão do prédio em construção e a reformulação e adaptação do projeto para funcionamento do Poder Legislativo, que depois tomaria o nome de Palácio Petrônio Portella (1985).

Em contrapartida, consegui que a antiga sede do Poder Legislativo, situada na Praça Marechal Deodoro, fosse cedida à Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, onde, após ampla reforma, foi instalado o Palácio da Cultura, passando a abrigar a Secretaria, a Fundação Cultural e a Rede de Hotéis e Pousadas do Piauí (RIMO), além de entidades culturais como a Fetapi, Instituto Ecológico, SCAT e outras (1985).

Acomodados esses órgãos, restava solucionar uma antiga reivindicação da Academia Piauiense de Letras, com a qual estávamos seriamente comprometidos, inclusive por termos sempre contado com a participação entusiástica da instituição em várias iniciativas de vulto, como o Projeto Petrônio Portella, a publicação contínua da revista Presença e vários concursos literários. Tratava-se da aquisição de sede própria para a APL condizente com a sua importância no contexto cultural do Estado, insistentemente reivindicada pelo incansável acadêmico A. Tito Filho, seu presidente. A APL, como se sabe, desde

sua fundação em 1917 passara por incontáveis endereços, todos alugados, alguns nem sempre à altura de sua tradição e prestígio.

Com plena aquiescência do governador Hugo Napoleão, propus então a desapropriação do prédio da avenida Miguel Rosa nº 3.300-Sul e sua consequente doação à Academia. E assim, em 29 de abril de 1986, com grande júbilo para o mundo acadêmico, a APL ganhava teto próprio com a inauguração de sua sede, poucos dias antes da minha desincompatibilização para me candidatar a deputado federal.

O risco que nos ameaça

Por razões várias⁴⁷, amplia-se a todo instante a discussão em torno da redivisão territorial do País. Seja para corrigir gigantismos ou deformidades territoriais; seja para combater desigualdades sociais e econômicas entre pessoas ou regiões; seja para melhorar a partilha de recursos federais; seja para desconcentrar políticas de desenvolvimento; seja para dinamizar a economia de áreas potencialmente promissoras; seja para facilitar e racionalizar a administração pública, o certo é que há fortes pressões pela criação de quase duas dezenas de novos Estados.

Curioso é que nenhuma região, mesmo as mais ricas, mantém-se alheia ao assunto. Daí as propostas de desmembramento tanto de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná quanto de Goiás, Bahia, Mato Grosso, Maranhão, Amazonas, Pará e Piauí.

O Piauí marca presença no debate desde 1990, quando este modesto orador, então deputado federal, propôs a emancipação do Gurgueia. Atualmente, dois projetos, de idêntico teor, tramitam no Congresso Nacional dispondo sobre a realização do competente plebiscito: um na Câmara, datado de 1994, de autoria do deputado Paes Landim, com substitutivo do deputado Júlio César, já contando com pareceres favoráveis de três comissões técnicas; e o outro, apresentado no Senado, em 2007, pelo senador João Vicente Claudino, que acaba de receber parecer favorável do relator na Comissão de Constituição e Justiça.

Trata-se da mais ousada tentativa de resgatar o Piauí do círculo vicioso da pobreza, no qual historicamente se enredou. Eis o paradoxo desse círculo vicioso: o Piauí, mesmo reconhecidamente rico em recursos naturais, continua pobre, social e economicamente. É pobre porque não tem para investir e não tem porque não investe. E olha que temos tentado toda sorte de engenharias para reverter essa hu-

47 Lançamento do livro **Gurgueia: espaço, tempo e sociedade** em 02.09.2009, no Cine-Teatro da Assembleia Legislativa, apresentado pelo acadêmico Zózimo Tavares

milhante posição. Num rasgo de audácia e pioneirismo, até já mudamos a capital para a margem do Parnaíba, abrindo caminho, por via da navegação, para inaugurar uma nova onda de desenvolvimento do Piauí. Contudo, a verdade, nua e crua, é que o insuspeito IBGE, na frieza tumular de seus números e diagnósticos, continua frustrando o otimismo exagerado de alguns com a repetitiva exibição de degradantes indicadores de nossa pobreza, em geral os piores. .

Diante do que está posto, nada mais justo, necessário, oportuno e estratégico que busquemos uma saída redentora, definitiva, para o Piauí. Mas é preciso que as forças vivas do Estado participem dessa empreitada. Pois “o pior que nos poderia acontecer não é deixarmos de criar o Estado do Gurgueia, embora perdendo, mais uma vez, o bonde da história. O pior mesmo seria a criação de outros Estados que não o do Gurgueia, pois assim seríamos chamados a pagar a conta, sem qualquer compensação.”

Gurgueia: espaço, tempo e sociedade, cujo lançamento nesta noite recebe o patrocínio da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado e da Academia Piauiense de Letras, é uma honesta contribuição aos estudos, pesquisas e debates em torno do assunto. Principalmente por descortinar aquele universo místico e desconhecido aonde começou o Piauí, realçando a saga e a têmpera de sua gente; a conquista dos sertões e a dizimação dos nativos; Mafrense e seus latifúndios sesmeiros; os municípios, seus líderes e história; os coronéis do sertão, oligarquias e jagunços; as jornadas guerreiras pela Independência e contra a agressão paraguaia; a Balaiada e outros levantes da cidadania; as matas, chapadas, caatingas e serras; os rios, lagoas, vales e bacias hidrográficas; a revolução verde nos cerrados; os parques nacionais, sítios arqueológicos e suas pinturas milenares; as velhas cidades dos tempos da conquista; a navegação do Parnaíba e o nascer das cidades ribeirinhas; os artistas, atletas, poetas e escritores; a bibliografia regional; as lendas e outras manifestações da cultura popular; o jeito peculiar de dizer e fazer as coisas. E muito mais. Com tão variado repertório, outra pretensão não teve o autor senão subsidiar e qualificar o debate, elevando-o ao nível da seriedade que o tema está a merecer.

Gurgueia, apenas um sonho? Pode ser, mas não será certamente um sonho de poucos. E quando muitos sonham, é o começo da realidade, já atestava o imortal Goethe.

Finalizando, quero agradecer o apoio recebido das autoridades já nominadas, de seus colaboradores e da imprensa. Agradecimentos especiais vão também para o estimado amigo, acatado jornalista e talentoso acadêmico Zózimo Tavares, *baita* representante do que de melhor existe em nosso meio intelectual. Ele *deu um baile* de apresentação, pois, não sendo *canguinho*, esbanjou talento. Também pude-ra: ao ser convidado, não *meteu crisipa*. *Sameado* por novidades, não *estruuiu* o seu tempo nem a nossa *lida*, e, *lorde* como sempre, pegou uma *ponga* na obra, logo cuidando de *enzuquir* a plateia de linguajar *emprial* ao gurgueiano. Chegou até a *enticar* com este orador, *dando corda* sobre coisas de 1964. Não importa, pois nosso *licute* é grande. E sempre *dou valor* à competência. Daí poder dizer alto e bom som: suas palavras, mestre Zózimo, enriqueceram grandemente esta noite, valorizaram o livro e desvaneceram este autor. E quem *bamburrou* fomos todos nós, pois tudo veio *de godes*.

A todos, meu muito obrigado pela honrosa presença.



ACADEMIA

DE LE

O filho do Gurgueia que aqui aporta

Honestamente⁴⁸, o Gurgueia não deve nutrir queixas desta Academia. Pois sou honrosamente recebido nesta sessão solene presidida por um gurgueiano – o acadêmico Reginaldo Miranda da Silva – e em que vai falar por todos outro gurgueiano – o acadêmico Oton Mário José Lustosa Torres. Se não bastasse, trata-se, embora ainda jovens, de dois expoentes da nova geração de intelectuais do Piauí e, por títulos vários, justos credores da minha e da admiração de todos. Como se fora um resgate histórico, é bom lembrar que Oton, que hoje aniversaria e deixou as comemorações familiares para nos prestigiar, o que muito agradeço, é filho da matriz dos sertões de Parnaguá, enquanto que Reginaldo tem o umbigo enterrado lá no antigo Lugar da Senhora, que os admiradores do coronel Bertolino Alves e Rocha desmembraram da velha Jerumenha para formar o atual município de Bertolândia.

Parnaguá e Jerumenha, como sabemos, foram os dois primeiros municípios que nosso primeiro governador, João Pereira Caldas, instalou, pessoalmente, nos idos de 1762, naqueles confins onde começou o Piauí. Primeiro, inaugurou a vila mais distante, a de Parnaguá, dia 3 de junho; e depois, já na volta, a de Jerumenha, a 22. Oeiras, a capital, era então o único município e sediava a única comarca existente na recém-instalada Capitania de São José do Piauí. Caldas, viajando a cavalo, deixara a capital a 8 de maio daquele remoto ano e só a ela retornaria cerca de dois meses depois, após abrir toscos caminhos por caatingas e chapadões desconhecidos, vencendo dificuldades de toda ordem.

Romper aqueles confins não era tarefa fácil. Exigia sacrifícios e determinação. Tanto que os governantes piauienses, como que, contrariando José Américo de Almeida, tivessem esquecido o caminho de volta, demoraram nada menos de 191 anos para revisitá-los. Pas-

48 Discurso de posse na Academia Piauiense de Letras em 06.08.2010, no Rio Poty Hotel, sendo saudado pelo acadêmico Oton Mário José Lustosa Torres.

mem, pois a segunda visita só se daria em 1953! Fê-la o então governador Pedro Freitas (por sinal, tio-avô de nosso colega acadêmico Hugo Napoleão), quando esteve em Corrente, viajando pelo moderno meio de transporte da época – o jipe. Eu, menino de calças curtas, o vi caminhando pelas ruas esburacadas de minha cidade, cigarro de palha ao bico, na maior informalidade, homem simples e bom que era. Antes, invertendo o trajeto palmilhado por Caldas, passara por Jerumenha para participar da comemoração do aniversário de fundação do município e prestigiar a conferência, alusiva à data, do acadêmico Artur de Araújo Passos, vereador de Teresina e ilustre filho da terra. A essas festividades comparecera luzida comitiva do Centro de Estudos Piauienses, tendo à frente seu presidente – o jovem intelectual e prefeito de Campo Maior, o hoje acadêmico Raimundo Nonato Monteiro de Santana – já àquela época mestre dedicado à missão de pensar o Piauí e fazer o Piauí pensar-se também.

Pois bem. Apesar do isolamento a que foram submetidos por quase dois séculos, os gurgueianos jamais deixaram de acorrer ao chamamento do Piauí e da Pátria, nos seus momentos mais graves. Assim é que, “nos tempos críticos de 1823”, marchou de Parnaguá, para lutar pela Independência, meu tetravô, o juiz ordinário da vila e capitão do regimento de cavalaria de milícias Tibúrcio José de Borges. Comandava 148 cavalarianos, “com cavalgaduras, matalotagens e dinheiros” por ele custeados e não reembolsados pelo governo (aliás, como sempre ocorre!), conforme requerimento que dirigiu ao presidente da Província, João José Guimarães e Silva, em 1830. Só ensarilhou as armas quando assinou a ata de capitulação do major Fidié na vila maranhense de Caxias. Rico fazendeiro que era, perdeu a fortuna, é verdade, mas ganhou o galardão: foi promovido a major (sargento-mor, à época), sob o fundamento de que fora “o único oficial desse regimento que marchou voluntariamente para a guerra”, conforme anota Abdias Neves.

Não menos heroica foi a empreitada do tenente-coronel José Lustosa da Cunha, futuro barão de Santa Filomena, que desceu o Parnaíba em balsas de talos de buriti, em 1865, comandando o 2º corpo de voluntários da Pátria, composto de mais de 200 combatentes, depois ampliado com outros tantos. Fora organizado nas vilas de Parnaguá, Bom Jesus e Jerumenha e nos então arraiais do Corrente e Santa Filomena. Só retornariam com a completa vitória brasileira nos campos

do Paraguai, após combaterem em todas as frentes, durante cinco anos de carnificina. Terminada a guerra, seriam recebidos pessoalmente pelo imperador dom Pedro II, no Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro, apinhado de piauienses orgulhosos de seus feitos, com esta saudação calorosa e consagradora: *“Senhor comandante de voluntários da Pátria! Aceitai este abraço para vós e vossos camaradas! A glória coroou vosso heroísmo! Vinde receber as aclamações de vossos compatriotas!”* Desembarcariam em Teresina, a bordo do vapor *Piauí*, em 1870, menos de 150 daqueles bravos – os salvados das “charqueadas de López” – como insinuava David Caldas no seu jornal *O Amigo do Povo*.

Se me permitem continuar a navegar por esses mares, diria mais que foi dos sertões de Parnaguá que saiu João Lustosa da Cunha Paranaguá, depois Visconde e Marquês de Paranaguá, para brilhar na corte do Segundo Império ao ocupar praticamente todos os ministérios e a presidência do Conselho de Ministros, tornando-se, com toda justiça, o mais preeminente piauiense de todas as eras.

No tocante a esta Academia, inúmeros foram os gurgueianos que por aqui passaram, deixando-nos, em marcas indeléveis, o brilho de sua cultura, inteligência e talento, a exemplo de Ademar Soares da Rocha, Amélia de Freitas Beviláqua (a esposa do jurista Clóvis Beviláqua), Artur de Araújo Passos, Esmaragdo de Freitas e Sousa, João Crisóstomo da Rocha Cabral, José Miguel de Matos, José Patrício Franco e Pedro Borges da Silva.

Com incontido orgulho, ocorre-me citar outros gurgueianos, que, portando idêntica bagagem, presentemente ilustram a Casa de Lucídio Freitas, como Fides Angélica de Castro Veloso Mendes Omatti, Herculano Moraes da Silva Filho, Humberto Soares Guimarães, Jônathas de Barros Nunes, Pedro da Silva Ribeiro e William Palha Dias.

Um parêntese para uma pergunta que não pode calar: então, por que duvidar de nossa capacidade de construir o Estado do Gurgueia?

Ante a presença aqui de tantos filhos daquelas bandas, julgo da maior justiça reconhecer que nossa Academia não apenas cumpre a relevante missão de proteger e difundir as boas letras, unindo a tradição e a invenção na cultura piauiense, como acentua o mestre Manoel Paulo Nunes. Vai além ao praticar a boa cultura, que é a cultura democrática, justo aquela que, abominando preconceitos para

valorizar o mérito, faz o politicamente correto, isto é, faz a inclusão de pessoas com profundo respeito a suas diversidades.

Sou, portanto, outro filho do Gurgueia que aqui aporta, embora sem o brilho dos que me antecederam na chegada. No fundo, “um garoto vindo dos confins do Piauí fazer história na capital”, no dizer do instigante Zózimo Tavares. Por sinal, o primeiro membro desta Academia nascido no Corrente, a pérola daqueles antigos sertões de Parnaguá, cantada pelo telurismo singelo do poeta correntino Eudalton Teles:

*Num recanto abandonado
Lá do sul do meu Estado
Existe um lugar feliz:
Meu querido Corrente,
Que embora modestamente,
É o mais belo do País.*

E aqui chego nem cedo nem tarde. Como na imagem bíblica, se há um tempo para tudo sob o sol, diria que chego no momento próprio, na ocasião oportuna. Porque, ao contrário do filho pródigo, não dissipei o patrimônio que meus pais – Sebastião Barros e Iracema Cavalcanti – me legaram, voltado, basicamente, para os valores do espírito. Por certo, não bafejado pela precocidade de nossa decana Nerina Castelo Branco, aqui chegada na flor de seus 32 anos, precocidade, aliás, só superada por Lucídio Freitas, nosso patrono. Nem pelas vitórias do sempre jovem Júlio Romão da Silva, empossado acadêmico aos 73 anos. Mas, filosofando com Chopra e Manfredi Cerqueira, que as pessoas só ficam velhas quando param de crescer, é que bato às portas da Academia ainda a tempo e com tempo de alimentar sonhos e cometer ousadias, missão historicamente reservada aos que teimam em resistir à mesmice dos tempos. Diria mais que a tempo e com tempo de poder prestar meus modestos serviços à Academia, ao lado da Socorro, a fiel companheira de todos os momentos e, assim, parceira tanto de desilusões quanto de conquistas, esperanças e utopias, com o despojamento, a coragem para lutar e a disposição de trabalho que Deus nos deu e mantém com muita proficiência. Ao lado também de nossos filhos Jesualdo, Juliana e Marina, da nora Flávia, dos genros Renato Guimarães e Valério Mendes e das netinhas Alice Maria, Mariana, Luíza e Laura, esta que acaba de nascer.

E, mais do que tudo, a tempo e com tempo de conviver mais de perto com 39 figuras exponenciais da cultura piauiense, em suas andanças pelos múltiplos caminhos das letras, da pesquisa e do saber.

Pois bem. Quem se achega a tantos valores e, o que é mais importante, por via de uma eleição marcada pela unanimidade de votos livremente concedidos, não pode exhibir outra pretensão que não a de agradecer, servindo. Sou, portanto, profundamente grato a todas as acadêmicas e a todos os acadêmicos que materializaram o ingresso que ora faço na Academia. E só um compromisso me anima: o de procurar dignificar, em todos os momentos, por pensamentos, palavras e ações, tão calorosa manifestação de confiança e generosidade. Sou também profundamente grato a todos os que nos honram com suas presenças, muitos dos quais provindos de longe.

Nascido em Teresina a 4 de agosto de 1920, João Gabriel Baptista, a quem tenho a honra de suceder nesta Academia, era casado com Maria Jesus de Carvalho Baptista, que lhe sobrevive. Ao falecer a 20 de março último, deixou sete filhos: cinco seguiram as pegadas profissionais do pai, sendo três engenheiros civis (Ernesto José, Fernando Luiz e Orlando Geraldo) e duas professoras (Maria do Socorro e Elisabeth), além da contabilista Aracy e do médico Mário Benjamin.

Passara a integrar os quadros desta Academia desde 9 de janeiro de 1978, ocupando a cadeira 3, que tem o padre Joaquim Sampaio Castelo Branco por patrono e os acadêmicos Fenelon Ferreira Castelo Branco e Cromwell Barbosa de Carvalho como ocupantes. Aqui exerceria variados cargos de sua direção, os quais desempenhou com entusiasmo e competência.

Formado engenheiro civil pela Escola Politécnica da Bahia, em 1946, logo assumiria, no Estado-berço, os postos de comando mais importantes em sua época e área de atuação, inclusive a direção geral do Departamento de Estradas de Rodagem e a então Secretaria de Estado de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio. Para se aquilatar a amplitude do campo funcional dessa secretaria de nome quilométrico, basta salientar que, no organograma atual da administração pública do Estado, suas antigas funções acham-se distribuídas por nada menos de sete secretarias, afora órgãos menores.

Professor ele foi a vida inteira. Professor do ensino secundário em colégios públicos e privados de Teresina, lecionando Geografia,

Física, Química e Matemática. Professor de Geografia, Cartografia e Etnografia da antiga Faculdade Católica de Filosofia e da Universidade Federal do Piauí.

Aluno do velho Liceu Piauiense, conheci-o nos idos de 1958. Ensinava Geografia, após concurso público em que defendera tese, em 1951, sob o título *Vulcões no Brasil*. Tempos gloriosos aqueles. Professor do Liceu ou da Escola Normal Antonino Freire era catedrático, isto é, falava de cátedra, eis que portador de amplo conhecimento da disciplina que lecionava. Se homem, quase sempre usava paletó e gravata em sala de aula. Mas não era respeitado apenas pela aparência indumentária. Tinha postura de formador de homens e condutor de ideias. Irradiava uma certa aura de ciência, técnica, conhecimento, sabedoria. E sabem por que portava toda essa autoridade moral? Pelo salário, está claro que não: o professor nesta terra nunca foi remunerado com justiça, nem agora nem outrora! Revela, por exemplo, padre Domingos da Conceição, nosso representante nas cortes constituintes de Portugal, em 1822, que já àquela época ao professor do Piauí era atribuído um salário de 60 mil réis anuais, enquanto um feitor de escravos percebia 200 mil réis, contando ainda com casa e mesa.

Mas, a despeito do baixo salário e de outras condições negativas, toda essa autoridade moral, minhas senhoras e meus senhores, emanava de uma razão cristalina: o mérito. O professor conquistava a cadeira mediante concurso público, prestado perante banca examinadora competente, tendo como ponto alto a defesa da tese que escrevera, como o fez João Gabriel Baptista. A sociedade teresinenense acompanhava atentamente todos os lances do concurso. Fazia-se presente. Palpitava, opinava, torcia. Já se vê: não eram momentos apenas de exteriorização da ciência e da cultura. Eram também momentos de manifestação e, mais que isso, de valorização da cidadania. Por isso deixaram marcas profundas, nítidas, inesquecíveis na memória popular.

Desse modo, não é estranhável que o governo estadual oferecesse ensino de qualidade. Sobretudo, sabendo-se que em sua tessitura pontificaram, em diferentes épocas, muitos dos príncipes desta Academia, tais como Abdias Neves, Arimatéia Tito Filho, Camillo Filho, Celso Barros Coelho, Cristino Castelo Branco, David Caldas, Higino Cunha, Lucídio Freitas, Manoel Paulo Nunes, Martins Napoleão, Odi-

lon Nunes, padre Joaquim Chaves, Wilson Brandão. Que diferença, meu Deus! Pena que “tirantias do tempo” não houvessem permitido a Clodoaldo Freitas, príncipe-fundador desta Academia, que lá ensinasse um pouco mais do muito que sabia. Não é verdade, Teresinha Queiroz?

Fonseca Neto certifica que a obra especializada de João Gabriel Baptista foi feita ao vivo, na emoção do mestre em cena, suando a camisa, em interações plenas com seu discipulado. E sentencia: “Obra, até aqui, única.” Em arrimo dessa sentença lapidar, vai buscar o testemunho de Cineas Santos, para quem “se não fosse João Gabriel, o Piauí não teria Geografia.” O homem das confusões polêmicas (quem diria!), desta vez logrou a unanimidade. Com efeito, temos nessa síntese a maior homenagem que se poderia tributar ao engenheiro, professor e acadêmico João Gabriel Baptista, que foi, ademais, um pesquisador, um geógrafo, um cientista verdadeiro. Que jamais se limitou a burilar achados já conhecidos e repisados. Daí a observação de Camillo Filho, em prefácio da *Geografia Física do Piauí*, que lançou em 1975, posteriormente ampliada e reeditada em dois volumes: “não se trata de mero trabalho de coleta de dados e informações: há pesquisas e trabalho de campo, indispensáveis a uma obra deste vulto.”

Chama atenção o empenho de João Gabriel Baptista em revelar a geografia piauiense, tanto física quanto humana. Visando a sistematizar os estudos que pacientemente realizara durante décadas, publicou outras obras sobre o assunto: *Resumo Corográfico do Estado do Piauí* (1971), *A Origem do Rio Parnaíba* (1987) e *Mapas Geohistóricos do Piauí* (1987). Antes publicara *Nascentes de um rio* (1971). Contagiava a todos seu entusiasmo em aprofundar pesquisas sobre o tema, a ponto de embrenhar-se, ao lado de Noé Mendes de Oliveira e professores outros da Universidade Federal do Piauí, em 1977, pelas caatingas e chapadões do extremo sul em busca das nascentes do Parnaíba. Só parou quando, topando nas fraldas da Chapada das Mangabeiras, onde, segundo Oton Lustosa, “o vento faz a curva”, conseguiu assentar, de uma vez por todas, que o caudal parnaibano tem origem realmente no riacho Água Quente e não no Corriola, como queria o alemão Gustavo Dodt. Não menos contagiante foi sua militância a favor da preservação do Velho Monge, ao participar de todos os movimentos tendentes a denunciar sua degradação e a fomentar ações capazes de devolver-lhe a pujança de outrora. Não

sem razão, clamaria em relatório denunciador: se medidas práticas, urgentes, não fossem tomadas, o Parnaíba se tornaria “um rio periódico” e aquela imensa área do sul do Piauí, “um grande deserto em futuro próximo.”

Menção especial merece sua última obra – *Etno-história Indígena Piauiense* (1994) – que reconstitui o brutal processo de aniquilamento das populações nativas, na chamada “guerra aos bárbaros”, que o historiador Reginaldo Miranda nominou genericamente de “indiocídio”. Por exemplo, instruções especiais do governador João Pereira Caldas, de 1763, ao comandante da vila de Parnaguá, não deixavam dúvidas quanto ao destino reservado aos índios Gurgueias, Acaroás e Timbiras: recomendavam “castigar a ferro e a fogo (...) atacando todas as povoações que encontrar das ditas nações, e reduzindo-as a cinzas, depois de conquistadas.” O mestre Manoel Paulo Nunes, em prefácio da reedição de 2009, chega a afirmar que “nem Pizarro, talvez, no México, tenha empreendido tamanha guerra de extermínio contra um povo indefeso...” É triste saber que, nesse holocausto, o Piauí tenha conquistado uma primazia nada dignificadora de sua bela história: nas palavras da historiadora Claudete Miranda Dias, “foi o último Estado a ser colonizado no Brasil, e foi o primeiro a acabar com os índios”. Que lástima, bradaria Deoclécio Dantas!

Doutrina o mestre Celso Barros Coelho que “o escritor vive na sua obra”. Esta fala por ele, ele ensina através dela. Eis aí o real sentido da imortalidade: mesmo fisicamente morto, continuar ensinando aos vivos. Esse o legado de João Gabriel Baptista que nos incumbe preservar. Palmas para ele!

Muito obrigado!

Fundação da Vila de São João da Parnaíba

Se é verdade⁴⁹ que em todo o Nordeste a colonização se processou do litoral para o sertão, o Piauí haveria de marcar a diferença, pois, invertendo esse itinerário tradicional, ela teve curso do interior para o litoral. É natural que assim ocorresse, posto que, apesar das investidas pioneiras do navegador Nicolau de Resende no delta do Parnaíba por volta de 1571, nosso grande rio, ao contrário do São Francisco, não serviu de via condutora dos desbravadores em demanda dos sertões. Em outras palavras, embora ostentando a privilegiada posição de segundo maior do Nordeste, tanto em extensão como em volume de água ou mesmo em dimensão da bacia hidrográfica, não facilitou a colonização nem a integração do Piauí. Isto é, nessa fase não exerceu papel civilizatório significativo. Tanto que, ao longo de seus quase 1.500 km de curso, não havia na margem piauiense, até 1762, uma só cidade, vila ou mesmo freguesia.

COLONIZAÇÃO DO PIAUÍ

Somente 174 anos depois do descobrimento do Brasil teria início, efetivamente, o processo de colonização do Piauí. E tal ocorreu com a entrada de fazendeiros luso-baianos nos então chamados Sertões de Dentro do Piagohy, de que resultaram a dizimação das populações nativas, a concessão das primeiras sesmarias e a fundação dos primeiros currais de criação de gado. Beneficiaram-se dessas doações duas duplas de irmãos – Francisco Dias de Ávila/Bernardo Pereira Gago e Domingos Afonso Mafrense ou Sertão/Julião Afonso Serra – os quais receberam do governador de Pernambuco, dom Pedro de Almeida, em 1676, nada menos de quarenta léguas quadradas de terras nas margens do rio Gurgueia (uma só légua correspondia a 4.356 hectares).

49 Artigo publicado na revista **Presença**, edição nº 43 – 2º quadrimestre de 2009.

Principiava-se, dessa forma, uma brutal política de dominação do Piauí pela Casa da Torre e seus sócios. A elas se somariam, antes de findar-se o século XVII, outras centenas de léguas. Assim, nosso território logo seria transformado num imenso latifúndio improdutivo, salpicado de currais que se distribuíram por alguns vales úmidos, sobretudo os do Gurgueia, Canindé, Piauí e Longá.

BAIXA URBANIZAÇÃO

Tinha que redundar nisto: escorada a economia numa pecuária extensiva que se movia por força do trabalho escravo, inexpressivos eram os contingentes humanos. E as poucas manchas de gente que se notavam, não raro viviam segregadas em fazendas a léguas de distância umas das outras. População rarefeita, já o padre Miguel de Carvalho, na *Descrição do Sertão do Piauí*, de 1697, contava apenas 605 pessoas residentes nas 129 fazendas que visitara, das quais identificou apenas uma branca casada. Vê-se que a imigração era basicamente masculina. E assim os homens recorriam ao aconchego das escravas índias ou negras. Por outro lado, nenhuma prática comunitária. Daí a lenta formação de núcleos urbanos, base do convívio humano vinculado a anseios ou interesses comuns. Se as pessoas não viviam próximas das outras, não nutriam as mesmas aspirações, não buscavam objetivos que as unissem socialmente, como poderiam se agregar e formar aglomerados urbanos? Para exemplificar tamanho isolamento, basta dizer que a primeira vila – a da Mocha, também depois nossa primeira capital e sede de comarca única – só foi instalada em 1717, mais de quarenta anos após a fundação dos primeiros currais.

DESCENTRALIZAÇÃO

Pois bem, inaugurada a Capitania do Piauí com a posse do governador João Pereira Caldas (1759), urgia descentralizar a administração do vasto território. Para isso, carta régia do mesmo ano, reiterada por outra de 1761, ordenava que fossem criadas vilas nas oito freguesias (paróquias) existentes, entregando-se sua administração a autoridades locais. Ficaria a cargo das “*pessoas mais consideráveis*” de cada freguesia, mediante votação, escolher a sede da vila. Em 8 de maio de 1762, nosso primeiro governador deixou a novel cidade de Oeiras, erigida à condição de capital, para a aventura de percorrer o Piauí de um extremo a outro.

Acompanhavam-no o conselheiro Francisco Marcelino de Gouvea, membro do Conselho Ultramarino de Portugal, o desembargador ouvidor-geral Luiz José Duarte Freire, o padre capelão José Antonio de Freitas e vários militares.

NOMES NOBRES

Por ordem taxativa do rei, todas as vilas teriam que desprezar os “*nomes bárbaros*” que ostentavam para receberem “*nomes das vilas mais notáveis deste reino*”. A mudança já começara no ano anterior pela própria denominação da capital: era Mocha e passara a ser Oeiras. Dela não escapara nem o nome da capitania, trocado por São José do Piauí, em homenagem ao rei dom José I.

AS SEIS NOVAS VILAS

Enfrentando as primeiras 120 léguas da jornada, Caldas marchou para o extremo sul. Aí instalou as vilas de Nossa Senhora do Livramento do Parnaguá na Freguesia do mesmo nome (3 de junho) e de Jerumenha do Piauí, na Freguesia de Santo Antonio do Gurgueia (22 de junho). Retornando a Oeiras, e após merecido descanso, rumou para o norte, aí instalando as vilas de Campo Maior na Freguesia de Santo Antonio do Surubim (8 de agosto), São João da Parnaíba, na Freguesia de Nossa Senhora do Carmo da Piracuruca (26 de agosto) e Marvão do Piauí, na Freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Rancho dos Patos (12 de setembro). Valença do Piauí, instalada na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes (18 de setembro), seria a última. Jerumenha, Campo Maior, Marvão e Valença eram vilas de Portugal.

Como se vê, instalou apenas seis. E em duas deixou de ser cumprida a ordem real no tocante à substituição de “*nomes bárbaros*”: Nossa Senhora do Livramento do Parnaguá (sul) manteve a mesma denominação e São João da Parnaíba (norte) ganhou nome de componente bárbaro ou autóctone – Parnaíba. Outra singularidade: por votação prévia das “*pessoas mais consideráveis*”, em duas freguesias não seria estabelecida a vila na igreja matriz (sede): a de Nossa Senhora do Carmo da Piracuruca e a de Nossa Senhora da Conceição dos Aroazes, instaladas nos lugares então chamados de Porto dos Barcos (o mesmo Porto das Barcas) e Catinguinha, com os nomes de São João da Parnaíba e Valença do Piauí, respectivamente.

A VEZ DE PARNAÍBA

Antes de instalar a Vila de São João da Parnaíba, Caldas presidiu reunião na igreja matriz de Nossa Senhora do Carmo da Piracuruca, em 18 de agosto de 1762, com a presença de numerosos moradores da freguesia, na qual seriam tomadas duas importantes decisões: 1. por maioria de votos, a vila não seria instalada no arraial de Piracuruca, sede da freguesia, e sim no litoral, precisamente *“no lugar a que chamam dos Barcos, junto ao Igaraçu, que é braço do rio Parnaíba”*; 2. Para isso, vários moradores assinaram documento pelo qual se obrigaram a construir 59 casas no local, dentro de um ano. Contudo, ao chegar a comitiva oficial ao litoral, nova e incompreensível decisão: embora instalada a vila no atual Porto das Barcas, em 26 de agosto, *“se assentou, outrossim, que em todo ele, o lugar a que chamam de A Testa Branca era mais própria situação para o estabelecimento da vila”*. Porém, como nele *“se não acha casa alguma”*, levantou-se o pelourinho no Porto das Barcas mesmo, junto à Capela de Nossa Senhora de Nazareth, em solenidade marcada por vibrantes vivas ao Rei, por três vezes bradados a plenos pulmões.

Habilidoso político, Caldas deixou a projetada mudança para o sítio da Testa Branca *“para depois que se tiverem feito alguma parte das casas”* prometidas pelos moradores. Uma vez cumprida essa condição, aí, sim, desde logo determinou que a Câmara fizesse a mudança, *“independente de requerimento algum”*, o que jamais ocorreu. Já se vê que a história não está sendo corretamente contada.

PRIMEIRAS AUTORIDADES

Para terem exercício até o final de 1762, na ocasião foram empossados o juiz ordinário e de órfãos Diogo Alves Ferreira, os vereadores Domingos Barroso e José da Costa de Oliveira e o procurador-tesoureiro Manoel de Sousa Guimarães. E para 1763 e 1764, dois seriam os juízes ordinários e de órfãos (João da Costa de Oliveira e Francisco Freire dos Reis), quatro os vereadores (João Lopes Castelo Branco, Manoel Ferreira da Costa, João de Barros de Oliveira e João Fernandes Rodrigues de Queirós) e dois os procuradores-tesoueiros (José Alves Viana e Antonio Gomes da Costa), também desde logo escolhidos.

O PORTO DAS BARCAS

Se à época não havia “*casa alguma*” na Testa Branca, o mesmo não se pode dizer do Porto das Barcas. De fato, segundo certidão expedida pelo escrivão Manoel Francisco Ribeiro, havia nele “*três casas, duas em que moram José Pinheiro e Apolinário Godinho, e outra em que se acham alguns escravos de Luiz Carlos Pereira de Abreu Bacelar, o qual habita nela quando vem ao dito sítio, onde também há uma Capela de Nossa Senhora de Nazareth pertencente à testamentaria do defunto José de Abreu Bacelar*”. Além disso, havia “*cinco oficinas cobertas de telha, em que se fabricam as carnes e couraria que recebem naquele porto os ditos barcos, dos quais pertence uma a Diogo Alves Ferreira, da mesma freguesia, e as quatro são de pessoas moradoras em Pernambuco*.”

Passados 247 anos da fundação da Vila de São da Parnaíba, naquele glorioso 26 de agosto de 1762 (esdrúxula e incompreensivelmente, não se comemora a data), lá está, impávido, o Porto das Barcas. Gigantescos prédios que emolduram a paisagem do Igaraçu abrigaram, outrora, efervescentes indústrias, depósitos, oficinas. E ousadias empresariais sem conta. Construídos em épocas que desconheciam o concreto armado, valendo-se apenas de pedra, cal e óleo de baleia, permanecem firmes, no entanto, à ação deletéria dos tempos. E como monumentos vivos e testemunhas oculares da história, estão a preservar a memória e a grandeza da heroica Parnaíba e o engenho, arte e suor de sua gente.

Mensagem às pedagogas e pedagogos

Há dez anos⁵⁰, quando paraninfava uma turma de formandos em magistério do município de Sebastião Barros, chamei atenção para a prioridade que deve ser dada à educação no conjunto das políticas públicas de qualquer governo digno desse nome. E citava o genial historiador francês Jules Michelet, para quem a educação deve ser a prioridade das prioridades. Assim, ele perguntava e ao mesmo tempo respondia:

“Qual é a primeira parte da política?

– A educação!

A segunda?

– A educação!

E a terceira?

– A educação!”

Embora todos reconheçamos a importância fundamental da educação para o desenvolvimento sustentável dos povos, é certo que nesse aspecto pouco mudamos nossa triste realidade no decênio. Não que não tenhamos feito nada, eis que a própria existência da Uespi nestes abandonados sertões atesta claramente que fizemos alguma coisa, dentro de nossas condições e possibilidades. Mas porque não fizemos o suficiente. Pois outros povos fizeram muito mais. Tanto que, no contexto do Mundo, o Brasil continua a exhibir os piores índices de analfabetismo, de escolaridade e de qualidade de ensino. E o Piauí nem se fala.

Dáí voltar ao tema justamente quando, entre abraços e comemorações, saudamos a chegada ao mercado de trabalho de novas pedagogas e novos pedagogos, peças fundamentais no processo de busca da melhoria do aproveitamento escolar.

50 Mensagem dirigida em 02.04.2011 como paraninfo da turma de Pedagogia da UESPI de Corrente.

Bom que esses novos operadores da educação têm consciência crítica de seu papel em nossa sociedade. O lema sob o qual hoje recebem seus diplomas – “além da utopia” – bem reflete o forte compromisso de cada um com a educação e o inarredável propósito de lutar contra o atraso e o subdesenvolvimento.

Impossibilitado, por motivo de forte doença, de comparecer a esta solenidade, nem por isso deixo de vibrar com a vitória que acabam de conquistar pelo seu talento, esforço e competência, prenúncio de que serão bons profissionais. Quero agradecer a todos pela escolha de meu nome para paraninfo da turma e, ao mesmo tempo, juntar meu abraço aos de seus inúmeros familiares e amigos.

Para não perder o bonde da história

O Pará, se tiver juízo, certamente está em festa⁵¹. Pois a Câmara dos Deputados aprovou, quinta-feira última, os projetos de decretos legislativos autorizando a realização de plebiscitos com vistas ao desmembramento do território paraense em três unidades federativas. Continuará o Pará, porém bem menor, e seriam criados os Estados de Carajás e de Tapajós.

Já aprovados pelo Senado numa articulação competente da bancada paraense, a ele retornará o projeto de Tapajós para apreciação das modificações que a Câmara fez no texto. O de Carajás, por sua vez, será promulgado pelo Congresso nos próximos dias. Na consulta popular a ter lugar dentro de seis meses, serão ouvidas as populações diretamente interessadas, isto é, tanto a residente na área remanescente do Pará que continuará Estado, quanto as residentes nos territórios a serem desmembrados, nos termos da Lei nº 9.709, de 1998.

Redividir territórios muito grandes ou mal configurados, tais como os do Pará e do Piauí, significa racionalizar a administração e democratizar o poder. Isto é, buscar a eficácia ao colocar as ações do governo o mais próximo possível das populações. No Piauí temos um precedente bastante elucidativo. Com efeito, foi a emancipação de 106 comunidades municipais na década de 1990, processo que teve a honra de deslancar quando exercia a presidência da Assembleia Legislativa, que praticamente acabou com o coronelismo no Piauí. Se essas comunidades tivessem continuado isoladas em seus povoados, recebendo migalhas dos prefeitos e sob o domínio de cabos eleitorais a serviço de velhos coronéis, jamais se teriam transformado nas florescentes cidades que hoje conhecemos. Não há negar: apesar dos desperdícios e da corrupção, infelizmente alimentados pelo cancro da reeleição, ganharam melhor qualidade de vida, exibindo saudável aspecto urbano e razoável atendimento em saúde, educação, estra-

51 Artigo publicado no jornal **Diário do Povo**, edição de 10.05.2011.

das, eletrificação etc. O que resulta em incorporar áreas e populações marginalizadas em nosso processo de desenvolvimento.

O Piauí, que vem empalmando a luta pela redivisão territorial do Brasil desde 1990, quando lancei, na qualidade de seu representante na Câmara dos Deputados, a ideia de criação do Estado do Gurgueia, corre o risco de ficar para trás. De perder mais uma vez o bonde da história. De fato, se as suas lideranças não se derem conta, poderá ocorrer aquilo que eu sempre temi: a criação de outros Estados que não o do Gurgueia, e assim passaríamos a pagar a conta sem compensação alguma. Daí a pergunta que não pode calar: o que estão fazendo os dez deputados federais e os três senadores do Piauí para apressar a aprovação de nosso plebiscito? Sobretudo os deputados Paes Landim e Júlio César, autores, respectivamente, do projeto e do substitutivo em tramitação na Câmara, já aprovados por três comissões técnicas? E o senador João Vicente Claudino, que em boa hora apresentou idêntico projeto no Senado, já analisado e aprovado por dois relatores, mas cujos pareceres sequer foram submetidos ao plenário da Comissão de Constituição e Justiça? E o irrequieto governador Wilson Martins, que por várias vezes se manifestou favorável ao projeto, pelo menos durante a última campanha eleitoral?

Que se movimentem, então! Afinal, o problema nº 1 do Piauí, historicamente, continua sendo essa irritante falta de recursos, que paralisa, imobiliza, retarda ou destrói qualquer iniciativa transformadora. Eis a verdade por todos reconhecida: o Piauí carece de recursos para investir, de modo a aproveitar adequadamente as suas imensas potencialidades em termos de solo, sol e água. Dessa penúria humilhante decorrem os demais problemas. Envolto no círculo vicioso da pobreza, o Estado não investe porque não tem e não tem porque não investe. Quando arranja o dinheiro para executar a obra, de outro não dispõe para fazê-la funcionar, mantê-la ou conservá-la. Daí o monturo de obras inacabadas e, se concluídas, quase sempre impraticáveis. É o eterno rem-rem, a cantilena de sempre.

A emancipação do Gurgueia, envolvendo 87 municípios e pouco mais de 20% da população, livraria o Piauí desse pesado fardo. Resultaria, de um lado, na duplicação dos recursos e, de outro, na divisão das despesas, tornando-o um Estado economicamente viável e geograficamente integrado. Os exemplos de Goiás e Mato Grosso

são emblemáticos. Em 1927, segundo dados estatísticos publicados pelo governo federal, Piauí, Goiás e Mato Grosso arrecadavam as menores receitas entre os 20 Estados brasileiros existentes. Ocupavam, pois, a 20^a, 19^a e 18^a posições. Passados cerca de oitenta anos, o Piauí continuou a exibir a menor arrecadação entre eles, enquanto que os Estados que se dividiram, ou seja, Goiás/Tocantins e Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, somados, saltaram para a 7^a e 9^a posições. Isto é, invertendo aquele diabólico círculo, colocaram-se entre os mais ricos, na boa companhia de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Paraná e Pernambuco.

Há quem pense que, uma vez emancipado o Gurgueia, os recursos atualmente atribuídos ao Piauí seriam repartidos entre os dois. Se assim fosse, eu seria o primeiro a combater a ideia, embora gurgueiano, pois dividir a pobreza não nos levaria a lugar nenhum. Tal não ocorre, contudo. Neste caso, dividir é somar, eis que os Estados participam das receitas arrecadadas pela União segundo determinados critérios, dentre os quais o de receber mais quem apresentar os piores indicadores sociais e econômicos de pobreza. O total arrecadado é dividido pelo número de unidades existentes, ou seja, pelas atuais 27 (26 Estados e o Distrito Federal). Criado mais um, a divisão será feita entre 28 e assim por diante. Fica claro, portanto, que a cada criação de novo Estado corresponderá nova repartição. Dessa forma, o quinhão que caberá ao novo Estado resultará de uma pequena redução dos recursos de todos os demais.

Se criado o Gurgueia, como esperamos ardentemente, o quinhão que vier a receber passará a responder pelos encargos hoje suportados exclusivamente pelo Piauí quanto àquela distante e difícil região. Para começo de conversa, cerca de 20 mil servidores públicos deixariam a folha de pagamento do Piauí e ingressariam na do Gurgueia. Por outro lado, o novo Estado, durante os primeiros dez anos, a despesa com pessoal não poderá ultrapassar 50% de suas receitas. Para tanto, a própria Constituição federal (art. 235) impôs rígidos limites: máximo de dez secretarias, sete desembargadores do Tribunal de Justiça, três conselheiros do Tribunal de Contas e 17 ou 24 deputados estaduais, conforme a população. Com isso desviará das garras da burocracia para investimentos produtivos mais de 10 bilhões de reais. Dinheiro suficiente para recuperar e ampliar a sua infraestrutura e realizar sua política de desenvolvimento, ditada pelas prioridades

que escolher. Como ocorreu no Tocantins, hoje um Estado salpicado de obras estruturantes e tocado por um dinamismo econômico sem igual. Um exemplo: enquanto o Piauí discute a construção de hidrelétricas no rio Parnaíba, lá já foram inauguradas três. E outras estão em construção.

Para quem ache que o Piauí perderá considerável receita com o desmembramento dos cerrados, diria que o governo gasta no Gurgueia muito mais do que arrecada. O ICMS lá gerado representa menos de 5% do total arrecadado no Estado, para uma despesa em torno de 20% do orçamento estadual. E, a despeito de esforços consideráveis de governos e de particulares, muita coisa está por fazer, à espera de recursos que não existem nem chegam. Daí a conclusão inescapável: só a emancipação do Gurgueia salvará o Piauí.

O professor Pádua Ramos, homem de muita sabedoria, embora sua reconhecida timidez não lhe permita enxergar saídas mais audaciosas para o Piauí, queixava-se há pouco de que o Estado sofre os efeitos do fenômeno da *satelitização*. Não dispondo de projeto próprio de desenvolvimento, concebido a partir de suas necessidades e interesses, os investimentos federais aqui são feitos para atender conveniências de outros, regionais ou nacionais. Pois bem, depois de tantas utopias e frustrações, a emancipação do Gurgueia emerge como o mais consistente projeto de desenvolvimento sustentável do Piauí para o Piauí, pois concebido em consonância com os reais interesses do Estado e por piauienses que, indignados, não se conformam com o império da pobreza na terra de Canaã.

Repito aqui o que tenho dito nos últimos 21 anos de luta pela criação do Estado do Gurgueia: *“Sei que o assunto é explosivo, que causa toda sorte de reações, inclusive indignação. Isso é bom, pois só acredito que uma sociedade seja capaz de encontrar saída para os seus problemas quando ela ainda é capaz de indignar-se.”*

O futuro que queremos: juntos ou separados?⁵²

RCV – PROJETOS DE CRIAÇÃO DE NOVOS ESTADOS NÃO FALTAM NO CONGRESSO NACIONAL. QUAL A EXPECTATIVA PARA A APROVAÇÃO DOS DOIS QUE ESTÃO NA CÂMARA E NO SENADO E QUE TRATAM DA QUESTÃO DA DIVISÃO DO PIAUÍ?

JC - Antes de tudo, proponho uma retificação: como o Norte concentra 78% do eleitorado que deverá votar no plebiscito, só haverá Estado do Gurgueia se ele quiser. E certamente só vai querê-lo, se constatar que a emancipação será boa também para ele. Assim, criado o Gurgueia pelo Piauí, como aconteceu com Tocantins em relação a Goiás, não há lugar para a dicotomia “juntos ou separados”. Não seria então mais adequado dizer “juntos e autônomos”? Quanto aos projetos em tramitação no Congresso Nacional, devo dizer que o da Câmara foi aprovado por três comissões técnicas da Casa, restando o plenário. Para isso, o deputado Júlio César, contando com o apoio de líderes das maiores bancadas, à frente o PMDB e o PT, já requereu regime de urgência. Por sua vez, o projeto do Senado, embora tenha recebido sucessivos pareceres favoráveis, ainda não foi apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça. Como as comissões espelham, na sua proporcionalidade, a composição dos respectivos plenários, esperamos que estes também aprovem os projetos. A existência de vários projetos sobre a criação de Estados sugere que a redivisão territorial do País passou a compor, definitivamente, a agenda política nacional. E, felizmente, estamos inseridos nessa discussão, com muito orgulho, com a proposta do Gurgueia. Aliás, pela primeira vez na história, um tema nitidamente piauiense e concebido por piauienses integra essa agenda.

RCV – QUAIS AS PRINCIPAIS VANTAGENS E DESVANTAGENS DE UM NOVO ESTADO?

⁵² Entrevista concedida aos jornalistas Dina Magalhães e Sérgio Fontenele e publicada na **Revista Cidadeverde**, edição 017, de 23.10.2011. As mesmas perguntas foram respondidas pelo ex-deputado federal Felipe Mendes, na mesma matéria.

JC – A criação de um novo Estado provoca efeitos bastante positivos, sobretudo num país mal dividido como o Brasil, onde se criaram verdadeiros monstros geo-administrativos. Assim, aponto como vantagens: corrigir distorções geográficas, adequando o território estadual a um tamanho que propicie a governabilidade; democratizar o poder, ampliando o universo de seus participantes, tanto governantes quanto governados; desintegrar as oligarquias, golpeando suas raízes; descentralizar a administração, aproximando suas ações dos cidadãos e comunidades; interiorizar o desenvolvimento, favorecendo o surgimento de novos polos; viabilizar a participação de grupos de pressão e movimentos sociais na tomada de decisões; aumentar a receita tributária, colocando a máquina arrecadadora mais perto do fato gerador; promover mais justa repartição das receitas da União; incorporar áreas marginalizadas ao processo produtivo e combater a criminalidade, eliminando os bolsões aonde nem a Polícia nem a Justiça chegam.

RCV – QUAIS OS PRINCIPAIS ARGUMENTOS QUE OS LEVAM A ACREDITAR QUE A TESE DA DIVISÃO OU NÃO DIVISÃO É O MELHOR PARA O PIAUÍ?

JC – O Piauí, ao longo dos séculos, vem exibindo os piores indicadores econômicos e sociais do Brasil. E olhe que vivenciamos intensamente os mais variados ciclos econômicos – da pecuária extensiva à riqueza gerada pela exploração da maniçoba e da carnaúba; realizamos a revolução da mudança da capital da isolada Oeiras para a cosmopolita Teresina e, com isso, por quase cem anos, desenvolvemos febril navegação comercial pelo Parnaíba até Santa Filomena, na extensão de 1.215 km; construímos Boa Esperança; fundamos universidades; provamos do manjar dos incentivos fiscais administrados pela Sudene. E, no entanto, a situação permaneceu praticamente a mesma, pois continuamos na lanterninha. Se o Piauí fosse pobre de recursos naturais, até nos conformaríamos. O Piauí pode fazer muito mais, pois é rico em água, solo e sol, recursos que, em qualquer parte do mundo, fazem a base de sustentação de políticas de desenvolvimento. Como lhe faltam meios para construir a infraestrutura de que carece para transformar essas potencialidades em riqueza e bem-estar social, estamos propondo viabilizar o Piauí através da emancipação de parte de seu território. Nessa reengenharia política, só consigo vislumbrar vantagens, tanto para o norte como para o

sul. Começa pela duplicação das receitas atualmente auferidas pelo Piauí e, concomitantemente, pela divisão entre dois dos encargos atualmente suportados por um. E isso sem reduzir significativamente as receitas do Piauí. Daí resultaria um Piauí enxuto, mais integrado, autossustentável, onde se concentra mais de 80% do PIB estadual, mais de 95% do ICMS arrecadado e a melhor rede de obras e serviços públicos urbanos e rurais. Se não bastasse, para o Gurgueia seriam transferidos cerca de 20.000 funcionários, com uma economia anual em torno de R\$ 400 milhões.

RCV – A DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA É UM DOS ARGUMENTOS PARA O DESMEMBRAMENTO DO PIAUÍ COM O ESTADO MAIS PRÓXIMO DO CIDADÃO E SEM O ABANDONO HISTÓRICO, QUEIXA RECORRENTE DOS MORADORES DA REGIÃO SUL. QUAL A POSIÇÃO DOS SENHORES SOBRE ESTE TEMA?

JC – Por força da configuração longitudinal do Piauí, onde a capital – centro das decisões político-administrativas – está perto de mil quilômetros de certas cidades, a necessidade da descentralização administrativa não deixa de ser um poderoso reclame. Mas as distâncias não seriam, a rigor, causa primordial do chamado “abandono histórico”. Este decorre, a meu ver, muito mais da carência de meios para atendimento das demandas do sul, que são muitas e onerosas. A Transerrados, por exemplo, rodovia fundamental para escoar os grãos produzidos nos cerrados, vai custar em torno de R\$ 500 milhões. Como o dinheiro é curto, insuficiente para executar obras de tal vulto, que faz o governo? Mesmo contraindo vultosos empréstimos, manda a obra estruturante para as calendas gregas, por via de uma quimérica “Parceria Público-Privada”, e passa a tocar obrinhas, de modo a aumentar o volume de inaugurações e disseminá-las por vários lugares. Nesse jogo, levam vantagem as regiões mais próximas e mais representativas, aquelas dotadas de maior poder de pressão e barganha. Além do mais, ao longo dos séculos, o Gurgueia esteve sempre distante do poder. É fácil contar nos dedos os gurgueianos que governaram o Piauí. Como sabemos, quem governa ou mesmo planeja ações de governo, sempre tende a privilegiar sua região, a puxar a brasa para sua sardinha.

RVC – NO QUE DIZ RESPEITO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, QUAIS AS PERSPECTIVAS DE CRESCIMENTO COM O ESTADO DESMEMBRADO OU UNIDO?

JC – Volto a insistir: se criado o Gurgueia, será obra do Piauí. Criador e criatura devem caminhar juntos, unidos, mas autônomos. Assim, duplicaremos não só nossas finanças como também nossa representatividade política e poder de pressão. Outrossim, liberado o Piauí dos pesados encargos de administrar 60% de seu atual território, marcado pelas longas distâncias, baixa arrecadação tributária e população rarefeita, onde predominam as rodovias problemáticas e sistemas de segurança, saúde e educação deficientes, sobrarão dinheiro bastante para melhorar a qualidade de vida de seu povo. Por disposição constitucional, o Gurgueia só poderá gastar com pessoal, durante dez anos, até 50% de suas receitas. Criar apenas dez secretarias, manter um Tribunal de Justiça de sete desembargadores, um Tribunal de Contas de três conselheiros e uma Assembleia Legislativa de 24 deputados. Com tão rígido controle, economizará o dinheiro necessário para implantar a infraestrutura de que carece para se desenvolver. E, por razões óbvias, gastará boa parte desse dinheiro na aquisição de bens e serviços que o Piauí produz.

RVC – SE FALARMOS EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL, LEVANDO-SE EM CONTA OS ÍNDICES DE IDH, RENDA PER CAPITA E QUALIDADE DE VIDA, COMO FICARÁ O ESTADO NAS DUAS SITUAÇÕES?

JC – Bem, também nesse quesito o Piauí será grandemente beneficiado. Basta dizer que a renda per capita do Piauí saltará dos atuais R\$ 5.373, a menor do Brasil, para R\$ 6.108, superando a do Maranhão. O mesmo aumento ocorrerá com o IDH.

RCV – E QUANTO AS RAZÕES FINANCEIRAS/TRIBUTÁVEIS (RECEITAS, TRIBUTOS, FUNDO DE PARTICIPAÇÃO), COMO FICARÁ O PIAUÍ NAS DUAS SITUAÇÕES?

JC – O impacto é inexpressivo. A criação do Gurgueia implicará em nova repartição do Fundo de Participação, na qual a cota gurgueiana não será retirada do Piauí nem da União, mas dos demais Estados. E mais: toda a produção de grãos nos cerrados, tão decantada, gera pouquíssimo ICMS. Para quem não sabe, o Piauí sai é perdendo, pois gasta no Gurgueia muito mais do que arrecada.

RVC – NAS COSTAS DA UNIÃO DEVE CAIR BOA PARTE DAS DESPESAS. QUANTO AS RECEITAS ARRECADADAS, DIVIDIR É SOMAR?

JC – Quem assim pensa não estudou seriamente o assunto. Está apenas palpitando. E se a União tivesse que pagar essa conta, que mal haveria? Afinal, o Piauí não recebeu da União, até hoje, o rico dinheirinho que gastou na Guerra da Independência.

RVC – NA REGIÃO DO ALTO MÉDIO GURGUEIA, 92% DA POPULAÇÃO É A FAVOR DA DIVISÃO. O MESMO NÃO OCORRE NA REGIÃO DA GRANDE TERESINA, ONDE SOMENTE 16% DA POPULAÇÃO É FAVORÁVEL. COMO ANALISAM ESTES DADOS DO CAPTAVOX?

JC – Estão dentro de nossas previsões. Sobretudo os concernentes a Teresina, pois poucos se deriveram em analisar nossas razões e os saudáveis efeitos da verdadeira revolução que a emancipação do Gurgueia vai provocar. Ora, quando esses milhares de estudantes se conscientizarem de que o diploma que conquistaram com grande sacrifício, finalmente vai ter alguma serventia, assegurando-lhes, por mérito próprio, reconhecido em concursos públicos, os empregos que o Piauí lhes nega pela politicagem desenfreada; quando os empresários, profissionais liberais, intelectuais, trabalhadores, homens e mulheres, perceberam que um futuro radioso lhes espera num novo polo de desenvolvimento que o Piauí vai criar, sem caciquismos nem oligarquias, praza aos céus que eu esteja vivo para presenciar esse momento de grandeza na vida de nosso povo. Duvido que alguém consiga deter essa avalanche cívica. Quem viver, verá.

RVC – CASO SEJA APROVADO COMO, NA OPINIÃO DOS SENHORES, DEVE SER O PLEBISCITO?

JC – A Justiça eleitoral tem seis meses para organizá-lo. Cada grupo terá espaço no rádio e na televisão para expor suas ideias, como ocorre em qualquer campanha eleitoral. Se, por maioria, o eleitorado de todo o Piauí aprovar a proposta, será apresentado no Congresso Nacional o projeto de criação do novo Estado, ouvindo-se, antes de sua apreciação, a Assembleia Legislativa do Piauí.



É crime querer o justo?

A barragem de Boa Esperança⁵³ não seria construída, se dependesse exclusivamente da opinião dos tecnocratas, que juravam de pés juntos que o Piauí e o Maranhão jamais absorveriam a energia por ela produzida. E, no entanto, hoje penamos pela falta de energia, tanto que, por esse motivo, não são poucos os empreendedores que desdenham do Piauí para seus investimentos. Pior é que esse mesmo tipo de gente vem emperrando a construção de novas barragens no rio Parnaíba, enquanto no Estado do Tocantins já foram construídas três, nos últimos vinte anos. E outras estão a caminho.

É fácil tecer loas à explosiva produção agrícola dos cerrados piauienses, motivo de orgulho de todos nós, mas omitem que ela é obra exclusiva de anônimos e heroicos produtores. Estes produzem, e engordam nossa pauta de exportações, apesar da falta de apoio dos governos. E poderiam produzir muito mais, se houvesse a infraestrutura necessária, como energia e estradas. É revoltante constatar como esses produtores se sacrificam para manter sofisticadas instalações à base do oneroso diesel. E mais: para não perderem a produção, como se veem forçados a construir e conservar as estradas que o governo não fez nem conserva. Pois certos governantes (nisto é justo excluir o governador Wilson Martins, que jurou pôr fim às estradas-sonrisal) preferem realizar a política da empulhação: besuntar de asfalto pequenos trechos, embalar a autoestima dos incautos e ganhar o voto dos grotões. Para os truques da propaganda enganosa, quase tudo! Para as obras estruturantes, voltadas para a produção, quase nada! E assim marcha o Piauí, ao longo dos séculos, exibindo os piores índices de pobreza.

Em tal ritmo, muitos não estão nem aí, por exemplo, para a sorte de milhares de estudantes, os quais, depois de alisarem bancos escolares por anos a fio, não sabem o que fazer com os diplomas que conquistaram com tanto sacrifício para si e suas famílias. E por uma razão tão humilhante quanto constrangedora: as vagas que poderiam ocupar, pelo mérito do concurso público, são entupidas por apaniguados, via pistolão. Muitos também não se abalam ante a necessidade

53 Artigo publicado no jornal **Diário do Povo**, edição de 17.11.2011.

de uma política verdadeira de redução da pobreza e das desigualdades regionais, que deve estribar-se na justa aplicação e distribuição dos recursos públicos. Isto é, em aplicar mais nas regiões mais pobres, de modo a reduzir o abismo entre pobres e ricos. Ao contrário, preferem manter o círculo vicioso da pobreza, dando mais a quem já tem, e enganando os outros com meras esmolas. Por isso, acham natural que o País gaste R\$ 50 bilhões na construção da linha de trem-bala entre Rio e São Paulo, ao mesmo tempo em que nega meio por cento desse valor ao metrô de Teresina. Igualmente, preferem distribuir o Bolsa Família (entre R\$ 32 e R\$ 242 mensais) a milhões de carentes, a promover uma equitativa distribuição dos recursos arrecadados pela União, de modo a abrir oportunidades de trabalho e renda que dignifiquem a cidadania. E não são poucos os travestidos de progressistas que ainda têm a desfaçatez de afirmar que esse é o caminho seguro para o desenvolvimento do Piauí. Por isso, renegando o mandato popular, nada reivindicam ao governo federal, nada trazem de Brasília para o Piauí, esmerando-se em praticar o puxa-saquismo improdutivo.

Pois bem. Tais considerações vêm a propósito da postura de algumas figuras do Piauí face ao movimento pela criação do Estado do Gurgueia. Para combaterem, por sinal com uma odiosidade extremada e injustificável (ameaçam até pegar em armas!), esse projeto redentor concebido por piauienses e voltado para a busca cidadã de uma saída definitiva para a pobreza do Piauí, eles não procuraram aprofundar o estudo do assunto, pois não se esforçaram por pesquisar as causas de nosso processo de empobrecimento; não analisaram nossos humilhantes indicadores econômicos e sociais; as implicações decorrentes da possível criação de outros Estados; os exemplos bem-sucedidos de redivisão territorial nem os ganhos que a redistribuição do bolo tributário nacional traria para as finanças da área territorial que compreende o Piauí, como seria de esperar-se de tantas cabeças doutorais, vaidosas, pedantes, emplumadas. Não! Festivos e preguiçosos como sempre, e preocupados apenas em conservar o poder no qual se refestelam à tripa forra com suas ONGs milionárias (hoje, alvos preferenciais da Polícia por desvios de recursos públicos), recorrem, em busca de opiniões contra o Gurgueia, a determinados tipos de tecnocratas e empresários, sobretudo gente que nada entende do Piauí, não gosta dos piauienses, não conhece nossos problemas nem compreende nossos anseios. Gente que, se tivesse de emitir parecer sobre a viabilidade do Piauí como Estado, por certo o julgaria inteiramente inviável, e até recomendaria sua extinção.

Já não tiraram o Piauí do mapa do Brasil? Já não afirmaram que, se o Piauí fosse extinto, o Brasil nem notaria? Com todo respeito: que esperar, portanto, de gente que, sem ideias próprias, apenas se limita a repetir o que os outros pensam e dizem? Estes, pelo menos, estão a defender seus interesses: não querem que o Nordeste tenha peso econômico e político, permanecendo apenas como fornecedor de mão de obra escrava para suas cozinhas, lavouras e indústrias. E eles? Apenas o tacanho hábito de se conservarem acomodados e pobres, inclusive de espírito.

Um dos argumentos que eles teimam em apresentar diz respeito ao suposto custeio de um novo Estado com novos tribunais, assembleias etc., que estimam em R\$ 832 milhões anuais. Ora, bolas, o governo federal, através do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, adquiriu recentemente, por quase R\$ 10 bilhões, dois bancos em dificuldades, sediados em São Paulo. Um deles – o Votorantim – pertencia ao grupo de Antônio Ermírio de Moraes, um dos líderes da campanha contra o Gurgueia e porta-voz dos conservadores piauienses. Se aquele for o custo (R\$ 832 milhões), que se crie logo o Gurgueia! Não é nada, não é nada, mas o dinheiro jogado no saco sem fundos daqueles bancos daria para mantê-lo por mais de dez anos, com a vantagem de incorporar ao processo de desenvolvimento nacional uma região de grandes potencialidades, infelizmente esquecida dos poderes públicos. E mais: se a conta que fizeram estiver correta, o Gurgueia seria o Estado mais viável do Brasil, pois seu funcionamento custaria menos de um terço do orçamento que teria logo no primeiro ano, estimado em R\$ 3 bilhões. Assim, com tamanho superávit financeiro, terá amplas condições de implantar a infraestrutura de que carece para aproveitar adequadamente as riquezas naturais que ostenta, inaugurando nova era de prosperidade para todos – piauienses e gurgueianos.

Convém não esquecer, também, que mais Estados no Norte, Nordeste e Centro-Oeste significa mais dinheiro circulando fora do Sul Maravilha, provocando a desconcentração da riqueza e do poder, interiorizando o desenvolvimento, gerando produção, emprego e renda, abrindo oportunidades para populações marginalizadas, estancando os humilhantes comboios de boias-frias em busca da miragem sulina e fortalecendo a cidadania. É crime querer o justo?

Cognom.

Ilustíssimo, e Excellentíssimo Senhor = Quando a pretenta Junta do Governo Provisório desta Província, por teigosa em vinte e cinco de Junho deste anno a' sua Magestade, pela Secretaria de Estado das Negocias da Marinha, e do Ultramar approvimento da Cadeira de Grammatica Latina desta Cidade, pedindo a confirmação do acrescentamento de seu Ordenado, e augmentos de ordenados para a Cadeira de Grammatica Latina da Villa da Parnahiba, e para as deprimeiras Letras desta Cidade, daquelle Villa, e de de Campomaior, mostrou assax qual era o debitoravel estado da instrucção Publica nesta Província, e que nella apenas havia (posto que vagas pela tenuidade de Ordenados) as duas Cadeiras de Grammatica Latina e tres deprimeiras Letras apontadas. E tendo a actual Junta Provisoria de Governo já remettido a Vossa Excellencia por essa Secretaria de Estado das Negocias do Reino segunda via da dita participação acompanhando seu officio de oito de corrente, agora cumpre-lhe mais representar a Vossa Excellencia para conhecimento de sua Magestade que nao havendo h'no estabelecimento de instrucção publica nas Villas de Parnago a' Jurumenna, Valencia, e Barvaõ desta Província, julga a mesma Junta de Governo deprimeira necessidade a' bem do Serviço Publico, que secrete quanto antes



Sertões de bacharéis

Eis o título do livro⁵⁴ que devo lançar por todo o mês de outubro próximo. É inescapável a pergunta: por que *Sertões de bacharéis*? Para quem não sabe, “patrimônio de bacharéis” foi a expressão cunhada por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador e capitão-general do Grão-Pará e Maranhão, em carta ao marquês de Pombal, seu irmão, para caracterizar os sertões do Piauí diante das costumeiras e intermináveis escaramuças judiciais geradas pela concessão indiscriminada de terras, sob a forma de sesmarias. Envolviam disputas entre sesmeiros, posseiros e jesuítas, sob a batuta de advogados e ouvidores. Para Xavier, como os bacharéis se julgavam donos do Piauí, haveria “de custar a Sua Majestade muito a desapossá-los.” Aliás, a miragem do bacharelismo sempre embalou os sonhos dos piauienses. Em 1822, enquanto o governo não se mostrava capaz de manter sequer uma sala de aula de primeiras letras, cuidava de criar aulas de gramática latina, conforme carta estampada na capa da obra.

Nessa obra, fruto de cuidadosas e variadas pesquisas, tento resgatar a memória de 130 anos do exercício do poder no Piauí, período que compreende desde a instalação da capitania (1759) até a Proclamação da República (1889). Na garimpagem empreendida, foi possível saber, contrariando nossos principais historiadores, que João Pereira Caldas, nosso primeiro governador, instalara a capitania e assumira o poder aos 23 anos de idade, e não aos 35 ou 39 anos. O bacharel João José de Oliveira Junqueira Júnior, por sua vez, responsável maior pela implantação da navegação a vapor no rio Parnaíba, o faria aos 25 anos. Ambos mais novos que o conselheiro Saraiva, o fundador de Teresina, antes apontado, com seus 27 anos, como o mais jovem de nossos governantes ao tomar posse.

Há verdades tão surpreendentes quanto incômodas. Cessado o longo período governamental do visconde da Parnaíba, que duraria quase vinte anos, apenas dois piauienses seriam nomeados para pre-

54 Artigo publicado no jornal **Diário do Povo**, edição de 28.11.2011.

sidir a província natal, no decurso de 46 anos. Por certo, era o antidoto aplicado por dom Pedro II para evitar o fortalecimento da oligarquia capitaneada por Manuel de Sousa Martins ou o surgimento de novas. Piauienses no Piauí, só vices. E para rápidas interinidades. Os presidentes, quase sempre, vinham de fora. Foram oito maranhenses, sete baianos, cinco pernambucanos, quatro mineiros, três cariocas, três cearenses e outros menos votados. Exceto dois – um militar e um engenheiro – esses executivos do imperador eram jovens, brilhantes e ousados bacharéis egressos das Academias de Direito de Olinda/Recife e São Paulo, muitos dos quais logo brilhariam no cenário nacional, a exemplo de Zacarias, Saraiva, Junqueira, Franklin Dória. Daí ter sido possível, arrostando dificuldades de toda ordem, inclusive ameaça de atentados, realizar nossa primeira grande revolução: retirar o Piauí do isolamento, via mudança da capital de Oeiras para a margem do Parnaíba, dando início à navegação a vapor e à interiorização do desenvolvimento. Resta fazer a segunda revolução, que será retirá-lo da pobreza, e para isto estamos propondo a emancipação do Gurgueia.

Ao tempo em que aqui aportavam aqueles forâneos, muitos bacharéis piauienses eram mandados a emprestar o brilho de seu talento e competência noutras províncias. Citam-se, dentre eles: Francisco de Sousa Martins, que presidiu as da Bahia e Ceará; Francisco José Furtado, a do Amazonas; Polidoro César Burlamaqui, a do Paraná; João Lustosa da Cunha Paranaguá, o famoso marquês de Paranaguá, as do Maranhão, Pernambuco e Bahia; Eliseu de Sousa Martins, as do Rio Grande do Norte e Espírito Santo; José Basson de Miranda Osório, a da Paraíba; José Manuel de Freitas, as do Maranhão e Pernambuco. Furtado e Paranaguá foram além: ocuparam vários ministérios e presidiram o Conselho de Ministros.

A obra relaciona os piauienses formados, à época, em academias europeias e brasileiras, bem como aqueles que, exibindo esse galarão, exerceram cargos executivos, legislativos e judiciários. No fim, uma conclusão paradoxal: pena que a tentativa de barramento das oligarquias que o Império tentou fazer com a caneta, a República não tenha sido capaz de prosseguir com o voto popular, pois surtos oligárquicos logo começariam a vicejar no novo regime.

Na trilha do gado

Foi o grande Odilon Nunes⁵⁵ a afirmar, com sua reconhecida autoridade intelectual, que “a primeira página de nossa história é [...] a primeira página da pecuária do Piauí.” De fato, ambas as histórias aqui se confundem e se completam, pois, irmãs siamesas, nasceram ao mesmo instante, marcadas pela mesma saga de lutas, desafios e

⁵⁵ Artigo publicado na revista *Encontro de Vaqueiros*, editada em 2011 pelo Instituto Vale do Sambito.

dificuldades. Em tudo, a presença marcante do vaqueiro, envolto em sua indumentária característica, toda feita de couro (gibão, perneira, chapéu, peitoral e luvas), para enfrentar, destemido, os galhos e espinhos da caatinga traiçoeira.

No livro *Sertões de bcharéis: o poder no Piauí entre 1759 e 1889*, que lançarei nos próximos dias, procuro traçar essa trajetória da construção do Piauí. Aliás, naquelas remotas eras da conquista – meados do século XVII – nem o nome Piauí existia. Surgiria depois que fazendeiros luso-baianos, à frente as duplas de irmãos Domingos Afonso Mafrense/Julião Afonso Serra e Francisco Dias de Ávila/Bernardo Pereira Gago, transpuseram uma extensa serra e penetraram os então chamados Sertões de Dentro, em perseguição aos índios Gurgueias, que devastavam suas fazendas ao longo do vale do São Francisco. A serra tomaria a denominação de Dois Irmãos, enquanto que o território descoberto seria batizado de Piauí.

A partir dessa entrada, numa luta desigual e sem quartel, dar-se-ia a conquista paulatina do território, ora com a expulsão, ora com a submissão, ora com o trucidamento do elemento indígena. E, já em 12 de outubro de 1676, cuidava o governo de Pernambuco, a cuja jurisdição pertencia o novo território, de conceder, em sesmarias, as primeiras quarenta léguas quadradas de terras aos conquistadores, para fundação de fazendas de criação de gado (a légua de sesmaria correspondia a 6.600 metros e a légua quadrada, a 4.356 hectares).

Registra a crônica histórica que essas primeiras terras concedidas se localizavam justamente nas margens do rio Gurgueia, donde ressalta a conclusão inescapável de que o Piauí realmente começou pelo Gurgueia. Seguindo a trilha do gado e a marcha da conquista, eram ocupados os vales úmidos e se multiplicavam os currais, em impressionante rapidez. Centenas de léguas quadradas foram doadas. Graças à pujança de suas pastagens naturais, o eixo da conquista deslocar-se-ia para os vales do Piauí/Canindé, onde seria fundada a povoação da Mocha, mais tarde freguesia (paróquia), vila e sede da única comarca existente em terras piauienses. Transformada em primeira capital em 1759, com a denominação de Oeiras ostentaria tal posição até 1852, quando o conselheiro Saraiva, vislumbrando na na-

vegação do rio Parnaíba a via natural de desenvolvimento do Piauí, fundou Teresina e para ela mudou o centro governativo da província.

Com a morte de Mafrense em 1711, cerca de trinta de suas fazendas, ocupando uma área calculada de 175 léguas de extensão por 71 de largura, nas quais chegaram a ser criadas mais de 70.000 cabeças de gado de toda sorte, foram legadas por testamento à administração do Colégio dos Jesuítas, da Bahia. Confiscadas pelo governador João Pereira Caldas, em 1760, seriam incorporadas ao patrimônio da Coroa portuguesa. Eram as famosas Fazendas Nacionais. Posteriormente transferidas ao Estado do Piauí pela Constituição federal de 1946, por emenda do deputado Ademar Soares da Rocha, passaram a denominar-se de Fazendas Estaduais. Em relatório de 1931, com visível indignação, seu administrador, Isaías Pereira da Silva, avô dos(as) promotores(as) do tradicional Encontro de Vaqueiros de Aroazes, dava conta da dilapidação desse rico patrimônio ao longo dos anos, pois restavam apenas 3.665 cabeças de gado.

Por quase duzentos anos, e até o surgimento da maniçoba, da carnaúba e de outros produtos extrativistas nos albores do século XX, a pecuária foi o sustentáculo da economia do Piauí. Contudo, com a mudança da capital e o desenvolvimento da navegação no rio Parnaíba, a pecuária perderia espaço para o comércio. Pelo caudal parnaibano era intenso o vai-e-vem de pessoas, barcos e mercadorias entre Santa Filomena e o litoral, num frenesi que a todos encantava, renunciando o raiar de um novo Piauí. Daí surgiriam muitas das cidades ribeirinhas. Infelizmente, a implantação da hidrelétrica de Boa Esperança, sem a consequente construção de suas eclusas, viria sepultar mais esse sonho.

Gado era poder. Reviver aquela época heroica, na figura do vaqueiro indômito, é preservar a memória historiográfica de um Piauí em cujas fazendas de criar, na poética de H. Dobal, “outrora havia banhos de leite.”



Gurgueia: 1 a zero

Consumou-se o que já era sobejamente esperado⁵⁶. A população do Pará, que se concentra maciçamente em Belém e seu entorno, rejeitou a proposta de criação dos Estados de Tapajós e de Carajás, no plebiscito realizado no domingo. Também pudera: a pretensão de desmembrar o território paraense, de uma só vez, em três unidades federadas, deve ter embaralhado a cabeça do eleitorado e pesado fundo na decisão. Salvo melhor juízo, tudo leva a crer que ocorreu, no mínimo, grave erro estratégico, agravado certamente pelo pouco tempo destinado ao esclarecimento da população.

De qualquer maneira, é lamentável a perda de uma excelente oportunidade para corrigir o gigantismo territorial daquele Estado, o segundo maior em área (1.247.690 km²), só superado pelo Amazonas (1.570.746 km²). Imagino quão difícil é o ato de viver, ou melhor, de sobreviver, naquela imensidão de terras, águas, florestas, bichos, hidrelétricas e reservas indígenas, onde as distâncias são medidas por hora de voo e não por quilômetros rodados. Paradoxalmente, contudo, não podemos deixar de considerar que a decisão favorece significativamente as perspectivas do Gurgueia, tanto do ponto de vista político como financeiro.

Vejamos. Ninguém pode desconhecer que o surgimento de três Estados nas regiões mais pobres – Norte e Nordeste – possibilitando alojar, no Congresso Nacional, nove novos senadores e duas dezenas de deputados federais, por si só, tira o sono de muita gente ao sul do Equador, politicamente acostumada a ditar as regras para o País inteiro. Não que se trate de “quebra do pacto federativo”, só passível de acontecer, no particular, se a Constituição houvesse fixado o número ou nomes de unidades federadas. Ao contrário, até franqueou o surgimento de novas ou alteração das existentes ao dispor no § 3º do art. 18: *“Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se, ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Esta-*

56 Artigo publicado no jornal **Diário do Povo**.

dos ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.” Também jamais pactuou o estabelecimento desse verdadeiro colonialismo interno, em que uns poucos mandam e abocanham quase tudo, e o resto, por sinal a maioria, apenas obedece ao receber migalhas.

Outrossim, é inquestionável que, no tocante ao aspecto financeiro, o ingresso de mais três no consórcio do Fundo de Participação dos Estados implicaria em reduzir, significativamente, os valores individuais das cotas hoje distribuídas com 26 Estados e um Distrito Federal. Principalmente se integrarem as regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste, detentores de 85% daqueles recursos, segundo critérios e coeficientes fixados na Lei Complementar nº 62/89, recentemente julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, porém ainda em vigor até a promulgação de outra. Como se sabe, o FPE constitui a principal fonte de receita de alguns deles, incluindo o Piauí, que dele recebe 4,32%. Criado apenas o Gurgueia, o FPE será dividido em 28 cotas e não em 30. Significa dizer que a área territorial que compreende o Piauí receberá duas cotas, praticamente duplicando os recursos que vem recebendo.

Vamos aos números para facilitar a explicação. O Tribunal de Contas da União estima em R\$ 55 bilhões os recursos do FPE a serem repassados aos Estados, em 2012, dos quais caberá ao Piauí a cota de R\$ 2 bilhões e 378 milhões (4,32%). Se criado o Estado do Gurgueia, e considerando que esses recursos devem ser distribuídos levando-se em conta os fatores população e o inverso da renda per capita, esta baixíssima aqui, a participação conjunta do Piauí e do Gurgueia no FPE subiria para 7,99%, que corresponde a R\$ 4 bilhões e 394 milhões. Sim, quase 4 bilhões e 500 milhões de reais! Ou seja, o atual Piauí, representado por dois, aumentaria em 85% seus recursos só nessa fonte. Seria a segunda maior participação no FPE de todo o Brasil, sendo inferior apenas à do Estado da Bahia com seus 9,39%. Uma verdadeira revolução. Somem-se a isso outras transferências e arrecadações, e teremos efeitos multiplicadores nas receitas do sempre quebrado Piauí.

Bem, criar três Estados não foi possível, eis que dois caíram. Por que não acreditar na viabilidade do terceiro? Por que, então, não investir firmemente na emancipação do Gurgueia? Ora, direis que o

Gurgueia não teria “sustentabilidade econômica, tributária e financeira”, como apregoam alguns tecnocratas, arautos do imobilismo. E o Piauí, contumaz pedinte de socorro ao governo federal, bancos e quejandos, porventura a tem? E a terá, se continuar a administrar o Gurgueia, onde gasta mais do que arrecada? Ora, propomos a criação do Estado do Gurgueia justamente para poderem ambos andar com suas próprias pernas, já que têm potencialidades para tal, faltando-lhes apenas os recursos necessários para nelas investir e transformá-las em fator de desenvolvimento. O fato de serem pobres, ao invés de macular, apenas reforça, justifica e legitima nossa luta. Política de desenvolvimento regional se faz é assim mesmo em qualquer parte do mundo, isto é, investindo mais nas regiões mais pobres, única forma de reduzir as desigualdades, os desequilíbrios. Senão os pobres continuariam eternamente pobres.

Urge que nossas lideranças políticas, intelectuais, econômicas e sociais se convençam, de uma vez por todas, que a salvação do Piauí passa pela emancipação do Gurgueia e, abandonando seu comodismo reconhecidamente atávico, abracem esse grandioso projeto. É agora ou nunca. Pois Gurgueia não cria Gurgueia. Quem pode criar o Gurgueia é o Piauí. Naturalmente se for competente tanto quanto Goiás, quando patrocinou a criação do Estado do Tocantins. Sem traumas nem radicalismos. Apenas executando um ato deliberado e adulto de reengenharia geopolítica.



Interventor Federal no Piauí, Landri Sales

O luxo oneroso e a lição de Landri Sales

Na mesma data em que assumiu⁵⁷ o governo do Piauí (21.05.1931), na qualidade de Interventor Federal, o tenente cearense Landri Sales Gonçalves tomou uma medida verdadeiramente revolucionária: baixou decreto suprimindo as Secretarias de Estado. Ao mesmo tempo, criou a Secretaria Geral, para superintender “todos os ramos da administração”, a ela diretamente subordinando Diretorias encarregadas das atividades-fim (Fazenda, Interior e Justiça, Agricultura, Viação e Obras Públicas, Instrução Pública, Saúde Pública e Chefatura de Polícia).

Para usar uma expressão tão em voga nos dias atuais, Landri enxugou a máquina administrativa, tornando-a leve, ágil e funcional. Por quê? Ele mesmo justificou a drástica medida perante o chefe Getúlio Vargas, em relatório de 1932, entregue por intermédio de Juarez Távora: “as condições financeiras do Piauí não comportavam o luxo de Secretarias de Estado.”

Bons tempos aqueles em que, em nome da racionalidade e do combate ao desperdício, se considerava um “luxo” o uso da estrutura de secretaria, sempre pesada e onerosa, sobretudo para setores ou atividades que mal cabem nos estreitos limites de um simples projeto ou programa. Ou mesmo de uma seção. Pois secretaria significa, a grosso modo, toda uma parafernália de departamentos, divisões, assessorias, gerências, coordenadorias e quejandos, com seus chefões e chefetes não raro arrotando pose e mordomias (gabinetes, secretárias, carros e telefones), tudo por conta do contribuinte. E assim o dinheiro some. Em suma: a pretexto de organizar a atividade-meio, gasta-se o dinheiro que deveria ser investido na atividade-fim.

O Piauí de hoje, seguindo o mau exemplo do Planalto, abusa desse “luxo”. Daí o gigantismo do aparelho estatal, com suas consequências desastrosas: o paralelismo de ações, a superposição de órgãos, o

57 Artigo publicado em 24.05.2012.

inchaço da folha, a evaporação das receitas. Some-se a adulteração da vontade popular mediante a convocação desmedida de suplentes: elegemos 30 e bancamos 40 deputados. Todo esse desperdício de tempo e de dinheiro é feito em nome da governabilidade. Face à ineficiência administrativa resultante desse verdadeiro “samba do crioulo doido”, pipocam as brigas por espaço, os confrontos de vaidades, as ciúmeiras, as rivalidades. E os efeitos todos sofremos.

Economizando para poder investir, Landri foi um dos melhores administradores que o Piauí teve até os dias de hoje, inclusive pelo combate sistemático a mordomias. Sem comentários, reproduzo nota contida na resenha dos ofícios expedidos pelo Secretário Geral, publicada no Diário Oficial de 2 de setembro de 1931, sobre uso de carros oficiais pelos altos dignitários do Estado:

“Ao Sr. Diretor da Fazenda, mandando providenciar para que sejam devidamente descontados em folha, pela Tesouraria daquela repartição, as importâncias abaixo discriminadas, provenientes de corridas feitas em carro do Estado pelas autoridades que se seguem:

-	Ten. Landri Sales Gonçalves	19\$600
-	Ten. Antonio Martins de Almeida	12\$600
-	Sr. Heráclito Souza	3\$500
-	Prof. Felismino Freitas Weser	2\$800
-	Cap. Torquato Pereira de Araújo	2\$100
-	Ten. Bruno Jansen Meireles	4\$900
-	Prof. Martins Napoleão	4\$200
-	Cel. João Bastos	7\$700
-	Dr. Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves	49\$700
	Total	107\$100.”

E assim ocorria todo mês, com esses e outros nomes. Na publicação do mês seguinte (4 de outubro), por exemplo, o valor descontado subiu para 153\$600.

Assim, a contar do chefe, o todo poderoso Landri, pagavam do próprio bolso pelo uso de carros oficiais as mais altas autoridades do Estado, como as citadas acima: Antonio Martins de Almeida, Secretário Geral; Martins Napoleão, Diretor Geral da Instrução Pública; João Bastos, Diretor da Fazenda; e Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves, Diretor da Agricultura, Viação e Obras Públicas. Sem nenhum desdouro.

Por isso é que o dinheiro dava.

Ano Marquês de Paranaguá

Com a bela palestra⁵⁸ do jovem diplomata correntino Marcus Henrique Paranaguá, até há pouco servindo no consulado brasileiro de Nova Iorque (EUA), a Academia Piauiense de Letras deu início ao *Ano Marquês de Paranaguá* em concorrida solenidade no Auditório Wilson Brandão, na manhã do dia 11 de fevereiro de 2012. O evento visa a celebrar o centenário de falecimento de João Lustosa da Cunha Paranaguá, segundo visconde e marquês de Paranaguá, ocorrido no Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1912. Paranaguá é patrono da cadeira nº 18 da APL, atualmente ocupada pelo acadêmico Herculano Moraes.

Pretende o sodalício, durante 2012, por meio de palestras, encontros, debates e publicações, sensibilizar a sociedade piauiense e suas instituições culturais e educacionais, para um amplo estudo da vida e da obra do preeminente coestaduano, por certo o maior de todos, embora pouquíssimo conhecido nestas plagas de tanto desleixo com sua cultura, valores e memória histórica.

Paranaguá nasceu na fazenda Brejo do Mocambo, nos remotos sertões de Parnaguá, “aquela espécie de nação gurgueia” de que fala Fonseca Neto, em 21 de agosto de 1821. Sobre esse sítio diria o ouvidor Antônio José de Moraes Durão, em sua *Descrição da Capitania de São José Piauí*, de 1772: “com 42 moradores, que fazem um povo mais numeroso que a própria vila, da qual dista 12 léguas ao mesmo rumo, mas nem nome tem de aldeia, nem juiz ou justiça, ao passo que se aumenta em cultura e negócio.” Na inspeção que realizou na vila de Parnaguá, instalada pessoalmente pelo governador João Pereira Caldas havia dez anos, despertou a atenção do ouvidor a saúde de seus moradores, graças aos bons ares, tanto que encontrara, nos 29 fogos em que se distribuía sua diminuta população, nada menos de três homens em avançada idade: um com 110 anos, outro com 112 e o terceiro com 120.

58 Artigo publicado na revista **Presença**, edição de agosto/2012.

Com a opulência gerada pela criação de gado, de que resultaria a chamada *civilização do couro*, não admira que da velha fazenda tenha surgido nada menos de 40% da nobiliarquia piauienses (o marquês com dois títulos e mais os irmãos – barões de Paraim e de Santa Filomena), no total de dez títulos para oito agraciados.

Paranaguá bacharelou-se na antiga Faculdade de Direito de Olinda, em Pernambuco (1846). Formar-se em Direito era o sonho dourado de jovens futurosos, justamente aqueles predestinados ao exercício de um “verdadeiro mandarinato” na sociedade brasileira dos séculos XIX e XX. Conforme exaustivas pesquisas que publiquei em *Sertões de Bacharéis*, livro lançado no ano passado, muitos conseguiram realizá-lo.

Destarte, oriundos da mesma academia, brilharam dentro e fora da província, dentre outros, os piauienses Francisco de Sousa Martins (iniciara o curso em Coimbra), Casimiro José de Moraes Sarmiento, Marcos Antônio de Macedo, Antônio Borges Leal Castelo Branco, José Manuel de Freitas, Antônio de Sousa Mendes Júnior, Eliseu de Sousa Martins, Polidoro César Burlamaqui, Antônio de Sousa Martins e Antônio Coelho Rodrigues. Igualmente, à mesma época, buscariam a Faculdade de Direito de São Paulo: Francisco José Furtado (que iniciara o curso em Olinda, mas, perseguido por suas posições políticas, migrara para lá), José Basson de Miranda Osório, Lourenço Valente de Figueiredo e outros.

Como se sabe, fundadas em 1828 com vistas a formar novos quadros dirigentes do País que emergia da Independência, em substituição aos velhos bacharéis coimbrãos, as duas academias atraíam os filhos da aristocracia rural enriquecida pelo trabalho escravo. Paranaguá não poderia fugir à regra.

Por outro lado, naturais de outras províncias mas egressos das mesmas academias, aqui aportariam, para emprestar o concurso de seu talento à administração do Piauí, antes de alçarem altos voos no cenário nacional, outros brilhantes bacharéis. Citam-se, por exemplo, José Antônio Saraiva, João José de Oliveira Junqueira, Zacarias de Góis e Vasconcelos e Franklin Américo de Meneses Dória.

Deputado geral em cinco legislaturas (1850/1864) e depois senador vitalício por cerca de 24 anos (1865/1889), sempre pelo Piauí, Paranaguá ocupou quase todos os ministérios no Segundo Reinado (da Justiça – duas vezes, da Guerra, dos Estrangeiros – duas vezes, da Marinha e da Fazenda). Não se sabe por quê, só não ocuparia dois: o do Império e o da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Além do mais, foi conselheiro do Império e desembargador da Relação do Rio de Janeiro. Presidiu as províncias do Maranhão, de Pernambuco e da Bahia. Presidente do Conselho de Ministros (1882/1883), tornou-se o segundo piauiense a governar o Brasil. O primeiro fora o oeirense Francisco José Furtado (1864/1865), embora militante da política do Maranhão.

Devotado ao estudo da realidade do País, presidiu a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro de 1883 a 1912. No biênio 1906/1907, também o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo passado a presidência ao barão do Rio Branco, no ano seguinte.

Convém destacar, por um dever de estrita justiça, que na carreira fulgurante que o levou dos confins gurgueianos ao brilho dos salões mais sofisticados da Corte, inclusive por privar, como poucos, da intimidade de dom Pedro II, Paranaguá não se descurou da problemática piauiense. Ao contrário. Desde o primeiro momento de sua atuação parlamentar até o último suspiro, sustentou bandeiras ainda hoje recorrentes em nossa agenda de desenvolvimento, tais como a navegação do rio Parnaíba, a interligação das bacias do Parnaíba, São Francisco e Tocantins, a construção de um porto marítimo e a ligação deste com os demais portos do litoral brasileiro. Para ele, promovida a navegação, “o progresso e as ideias do tempo se introduziriam na província [...]”. Assim, no firme propósito de dotar o Piauí do tão sonhado porto, não hesitou em patrocinar a permuta, pelo decreto imperial nº 3.012, de 1880, dos áridos sertões piauienses de Crateús pelas areias brancas da antiga freguesia cearense de Amarração, hoje Luís Correia, onde há mais de cem anos a lerda burocracia estatal teima em construí-lo. Paranaguá, arrostando descrenças e incompreensões, fez a parte que lhe competia, à época. E, se algum dia o Piauí concluí-lo, como se espera, que se louve a ação destemida desse gurgueiano de escol.

Por todos os títulos, Paranaguá deve ser motivo de orgulho dos piauienses. Sobretudo, na atual quadra de baixa representatividade política, marcada por frequentes frustrações e desenganos. Com efeito, é fácil perceber que, depois dele e de Félix Pacheco, Petrônio Portella, Reis Velos, Hugo Napoleão, Valdir Arcoverde, Freitas Neto e João Henrique, praticamente fomos escoraçados do centro das decisões nacionais.

Pois bem, se não surgem novos valores, que ao menos se recorra aos velhos! Daí o acerto de nossa Academia em resgatar a memória do velho marquês. No mínimo, concorre para alimentar nossa autoestima, tão carente de estímulos na atualidade.

Firme como uma rocha

Homem que acredita no poder das ideias⁵⁹, para mim é uma suprema honra inaugurar este espaço reservado pela Justiça Eleitoral aos candidatos a prefeito de Corrente.

Como sabem os distintos ouvintes, o programa gratuito de rádio e televisão em campanhas eleitorais foi instituído para estimular o debate sobre os problemas que afetam cada comunidade deste imenso Brasil e preparar o eleitor para enfrentá-los com a arma que a democracia lhe assegura: o voto livre e secreto.

Deste modo, a partir de hoje e até o dia 3 de outubro, em 19 programas levados ao ar às segundas, quartas e sextas-feiras, neste horário e ao meio dia, pedimos permissão, respeitosamente – nós da Coligação Todos Por Corrente – para penetrar em sua casa e expor a você e à sua família o que pretendemos fazer, nos próximos quatro anos, à frente da Prefeitura Municipal de Corrente.

Para alguém, como eu, que sempre trago Corrente na minha cabeça e no meu coração, onde quer que eu esteja, seja nos movimentos sociais, seja nas assembleias políticas ou no exercício de funções administrativas, viver Corrente, pensar Corrente, discutir Corrente, desenvolver Corrente e buscar melhorar a qualidade de vida de nosso sofrido povo, são tarefas que me envolvem com toda a força e o calor do bem-querer sem limites, do amor sem fronteiras.

Não sou ingrato com a minha terra e os meus conterrâneos. Por isso desejo, quero, luto e trago para aqui o que de melhor existe, para alegria, progresso e felicidade de nosso povo. Assim ocorreu com a universidade pública e gratuita – a UESPI – trazida por mim, para garantir, aos pobres, o acesso ao diploma de doutor. Outros, que felizmente não estão do nosso lado, optaram pelos ricos e exploram a educação superior como rendoso negócio. Esta visão que cada lado tem da sociedade que quer construir é que marca, indelevelmente, nossas

⁵⁹ Lançando sua candidatura a Prefeito de Corrente em 22.08.2012.

diferenças e o abismo que nos separa. Nossa preocupação é com o social, com o coletivo, com a comunidade e com os mais carentes. Estes com quase nada contam para se defender. Os ricos têm, e como têm!

Nascido numa casa de palha e chão batido na fazenda Malhada, perto do Caxingó, conheço a dificuldade dos pobres da minha terra por vivência própria. Na pequena propriedade pertencente à família desde o século XIX, aprendi a trabalhar, como os meninos de minha condição social, a partir dos sete anos de idade, seja lavrando a terra, seja tangendo boi em volta do engenho nas frias madrugadas de julho – o mês das férias escolares. E como me sentia feliz em dormir sobre o bagaço da cana, aspirar o cheiro doce da garapa e o ar quente dos tachos de mel...

Tenho imenso orgulho de meus antepassados negros do Caxingó. Esse sangue negro, que corre em minhas veias, é que me fez forte e capaz de enfrentar e superar tantos desafios. Sim, conheço muito bem o caminho da superação, eis que o trilhei junto com os meus pais e quinze irmãos. E o fiz através da educação, único meio que julgo capaz de transformar realidades econômicas e sociais, vencer a pobreza e criar um futuro radioso para as pessoas e suas famílias. Daí a razão da minha preocupação diuturna com a educação, durante toda a minha vida, fazendo dela uma autêntica bandeira de luta.

Daqui fui obrigado a sair muito cedo, como ainda hoje fazem muitos correntinos, em busca de algo que a terra então não oferecia. No meu caso, como em milhares de outros, a saúde, o estudo e o emprego, numa luta tenaz pela sobrevivência e pelas oportunidades de vida. Desta forma, há correntinos espalhados por todo o mundo. É a roda da vida, com seus altos e baixos, dos quais poucos escapam. Contudo, presos aos encantos da terra natal, ninguém se perde na vereda de seu destino e para aqui retornam frequentemente, pois, como é sabido, ninguém se perde no caminho de volta.

Por ter aprendido a trabalhar desde cedo e passado a vida trabalhando, não tenho medo do trabalho. Não chego de avião dourado nem tenho fortunas para oferecer a ninguém. E, mesmo que as tivesse, não o faria, pois respeito, e muito, a consciência e a dignidade de cada um. Trago apenas a certeza de uma ficha limpa, a experiência forjada no exercício de funções públicas relevantes, um entusiasmo contagiante pelas coisas bem-feitas e uma vontade indomável de fazer o bem.

Eis-me aqui, portanto, mais disposto do que nunca, firme como uma rocha, sem ódio nem rancor, para enfrentar os poderosos do momento e cumprir uma missão urgente e enobrecedora: a missão de resgatar Corrente do descabro administrativo em que se acha.

Cidadão do mundo, conheço boa parte dele, em vários continentes. Nessas andanças, concluí uma coisa importante: todas as religiões são importantes e merecem respeito, pois a fé pertence ao sentimento de cada um, ao patrimônio moral e espiritual de cada pessoa. Negá-la, deixar de respeitá-la, é negar o direito à liberdade de culto, consagrado na Constituição. Além do mais, as religiões cristãs, dentre elas a que professo, que é a católica, têm uma base comum: a doutrina de Cristo, que manda amar o próximo. E amar o próximo é ser, antes de tudo, honesto. Não desviar o dinheiro público da saúde, condenando os pobres à morte sem assistência; não desviar o dinheiro público da educação, roubando o futuro de tantas crianças e jovens. Quem assim age não pode se considerar nem ser considerado cristão.

Numa coisa os adversários podem até ter razão: aos 72 anos de idade, embora forte como um touro, eu não sou tão jovem. Mas, em compensação, tenho uma experiência de vida da qual muito me orgulho, construída sobretudo no trabalho honesto.

Ocupei vários cargos públicos como parlamentar e como administrador. Fui eleito vereador de Teresina aos 22 anos de idade e deputado estadual por três mandatos, quando exerci a presidência da Assembleia Legislativa e, nessa qualidade, assumi interinamente o Governo do Estado. Também fui secretário substituto de Indústria e Comércio, secretário de Cultura, Desportos e Turismo, presidente da Fundação Cultural do Piauí, conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado. Para minha satisfação pessoal e para honra do povo correntino, a Constituição Federal de 1988 leva a minha assinatura como deputado federal constituinte. Sou o primeiro e único correntino a pertencer à Academia Piauiense de Letras, a mais antiga e prestigiosa instituição cultural do Piauí. Fundei e, até bem pouco, presidi o Centro de Estudos e Debates do Gurgueia, com vistas a viabilizar a criação do novo Estado, pela qual venho lutando desde 1990.

No exercício de tão elevados cargos e atividades, nunca fui acusado de desonesto. Não desviei dinheiro público nem deixei que o desviassem. E sempre procurei economizá-lo de forma a render mais

e melhor. Por essa postura de seriedade com a coisa pública, sempre fui festejado pelo sucesso e bons resultados que obtive no desempenho deles. Pelas homenagens que me têm sido conferidas ao longo da vida, recebendo as mais elevadas condecorações do Estado, tenho todos os motivos para comemorar. Por tudo isso, diz-me a consciência que elevei bem alto o nome da minha terra, honrei a confiança do povo correntino, mantive a fé e dignifiquei a função pública. Os homens e as mulheres de bem reconhecem isso.

É essa experiência de vida, é esse modo diferente de pensar e de fazer, meus conterrâneos, que hoje, humildemente, coloco à disposição do povo de minha terra, no propósito de eleger-me prefeito de Corrente e inaugurar uma nova era de paz e prosperidade para todos. Fui, como viram, muita coisa. Mas ainda não fui prefeito de minha terra, sonho que acalentou desde menino, e isso, para mim, é o que vale, é o que conta, acima de todas as honrarias que recebi. Tenho pressa, portanto! Agora, convocado para tão honrosa missão por nove partidos políticos e cinco ex-prefeitos, ao lado da vice-prefeita Diana Paranaguá e de dezenove candidatos a vereador, todos em sintonia com as mais legítimas aspirações de nossa gente, posso responder, alto e bom som: PRESENTE, CORRENTE!

Muito obrigado.

Prefiro fazer a política de ideias

Excelentíssimas⁶⁰ Senhoras Vereadoras Juliana Rocha e Valéria Lemos,

Excelentíssimos Senhores Vereadores Dionízio Nogueira Júnior, Edilson Nogueira, Flávio Rivelino, Gilmário Lustosa, Joabe Santana, João Antônio Júnior, Luiz Augusto Louzeiro, Ricardo Souza e Salmeron Filho,

Inicialmente, meus calorosos cumprimentos às Vereadoras e Vereadores que acabaram de assumir seus mandatos, bem assim aos novos membros da Mesa Diretora que, sob a presidência do Vereador Flávio Rivelino Cavalcante Barros, dirigirão o Poder Legislativo durante os próximos dois anos. Que Deus, na sua infinita bondade, lhes cubram de sabedoria para encontrarem, juntos, os melhores caminhos na defesa dos legítimos interesses de nossa gente, tão sofrida quanto esperançosa de melhores dias.

Excelentíssima Senhora Vice-Prefeita Diana Paranaguá,

Minhas Senhoras, meus Senhores,

Na forma das leis de meu País, e exibindo o diploma que me foi conferido pela Justiça Eleitoral, democraticamente autorizada pela livre manifestação do povo correntino, em acirrada disputa, aqui compareço para este ato solene de posse. E o faço com a plena consciência de que, outrora apenas um candidato em peregrinação por ruas e veredas de nosso município, lançando em solo fértil a semente de suas ideias, hoje assumo as responsabilidades de Prefeito Municipal de Corrente.

Sou, portanto, e jamais pretendo esquecê-lo, prefeito de todos os correntinos, embora apoiado, com muita honra, alegria e gratidão, por nove partidos. Significa dizer que, para mim, a campanha eleitoral se encerrou a 7 de outubro. Agora, resta substituir o palanque

60 Discurso de posse no cargo de Prefeito Municipal de Corrente, em 01.01.2013.

pela ação, isto é, dar à pregação o rumo certo do trabalho honesto e produtivo, na busca incessante das melhores soluções para os graves problemas que assaltam nosso município e seu povo. Para o completo êxito dessa empolgante empreitada, buscarei a união de todos, independentemente de cor partidária, credo religioso, condição econômica ou interesse familiar. Prefiro fazer a política de ideias porque estas, sim, têm o poder de transformar realidades e inaugurar algo de novo no universo de nossas esperanças, aspirações e utopias. Além do mais, este foi o sentido de nossa pregação.

Corrente é maior que todos nós. Assim, os interesses de nosso povo devem pairar acima de nossos interesses, eventuais querelas, divergências e disputas. Pois há uma imensa dívida social a ser resgatada, em todos os sentidos, a exigir o esforço e o devotamento de todos. O resgate dessa dívida, expressa no estado deplorável tanto de nossa cidade quanto do interior, não será obra de uns poucos, isto é, do Prefeito, da Vice-Prefeita, das Vereadoras e Vereadores, mas, ao lado deles, de forma civilizada e amadurecida, de toda a gente correntina, unida numa só direção e tocada, corajosamente, pelo poder da ideia de construir a cidade de seus sonhos, dos sonhos de nossos antepassados e das futuras gerações.

Para mim, o juramento que aqui fiz não se perderá no vazio da labuta burocrática nem no esquecimento da memória. Não! Pois, para mim, juramento é palavra empenhada, é compromisso assumido, é dívida a ser paga. E aqui me acho, como um humilde servidor municipal, para dar início, com as graças de Deus e o apoio de todos, a esta bela e abrasadora missão.

Disse em todos os quadrantes e faço questão de repetir perante todos: com a experiência de meus 72 anos de idade, Deus me concedeu uma força que nem todos têm a fortuna de exhibir. Não se trata, é fácil perceber, de força física, que esta, como é natural, se esvai com o passar sucessivo dos dias. A força de que falo é a força moral, que exala inquietação, credibilidade, determinação, garra, vibração. Força capaz de vencer desafios, romper barreiras, quebrar tabus, agregar valores, esquecer afrontas, superar desentendimentos, aparar arestas, afastar suspeitas, buscar inovações e, sobretudo, sempre procurar fazer o bem. Para isso, reafirmo o compromisso de não furtar nem deixar ninguém furtar e a disposição de trabalhar de manhã,

de tarde e de noite em favor do povo correntino. Eis a bagagem que trago. E nada mais, porque nada mais tenho a oferecer nem prometer.

A todos, muitíssimo obrigado pela confiança em mim depositada e pelas presenças com que abrilhantam esta solenidade.

Que todos tenham todas as bem-aventuranças almejadas no ano que se inicia. São os votos que ardentemente faço ao lado da Socorro, a companheira e colaboradora de todos os momentos, dos filhos Jesualdo Filho, Juliana e Marina, da nora Flávia Regina, dos genros Renato Guimarães e Valério Mendes e das netinhas Alice Maria, Mariana, Luiza, Laura e Beatriz, todos aqui presentes. A estes, principalmente aos mais amadurecidos, a minha eterna gratidão pela compreensão de meu gesto, que os submete à privação de uma convivência mais próxima. Minha gratidão também por terem entendido que ninguém escapa, sem deixar sequelas de consciência, às artimanhas de seu destino. Mas, se Deus assim quis, que assim seja!

Tenho dito.



Mensagem aos bacharelandos de Direito da UESPI/2018

Caros bacharelandos:

Filho desta terra⁶¹, para mim sempre é motivo de grande satisfação voltar a Corrente, rever lugares e pessoas, captar as energias revigorantes de sua gente e compartilhar os seus momentos de alegria, comunhão e felicidade.

Distinguido com o convite para paraninfar a *Turma Professor Abigail Guerra Lemos Neto*, ao lado do eminente deputado Paes Landim, imaginem a minha frustração em não poder marcar presença física nesta celebração, como era do meu mais ardente desejo. Lamento que motivos de força maior não o tenham permitido, embora reconheça que a minha ausência em nada afetará a beleza desta noite e os sentimentos que a motivam.

Sou imensamente grato aos bacharelandos de Direito que me honraram com sua escolha. Ela evidencia que, mais do que os méritos do escolhido, fala mais alto a generosidade de quem escolheu.

Cumprimento efusivamente os bacharelandos, professores, funcionários, familiares e amigos, os quais, com suas honrosas presenças, abrilhantam esta solenidade. Cumprimento, em especial, o Promotor Rômulo Cordão, homenageado da turma, o Professor Salomão Cavalcante, Diretor do Campus, o Patrono Natanael Santana Ferreira e o Orador João Pereira de Sena Filho.

Rejubilo-me com a vitória que acabam de conquistar. E faço votos os mais calorosos para que a carreira profissional que ora iniciam seja coroada de continuados êxitos, na defesa do primado do Direito, da Justiça e da Ética, justamente quando o Brasil é passado a limpo pela ação vigorosa da Operação Lava Jato.

⁶¹ Como paraninfo da formatura no salão do IBC em 24.03.2018.

Num aspecto, creio que estamos de pleno acordo: o povo de Corrente, desde os primórdios, escolheu a Educação para fazer sua caminhada na construção de sua cidadania. Em 1852, e lá se vão 166 anos, já preocupados com a educação de seus filhos, vários cidadãos desta terra deixaram sua labuta cotidiana, que girava em torno dos currais de criação de gado, para reivindicar ao Governo Provincial a criação de uma escola primária.

Pois bem. Em fevereiro de 1988, passados 136 anos daquele gesto de grandeza, descendentes daqueles pioneiros, depois de passarem pela experiência de fundar e manter o Instituto Batista Correntino e o Colégio Mercedário São José, reuniram-se na Casa da Cultura para decidir sobre a instalação de cursos superiores em Corrente. Dessa ação resultou a Fundação de Ensino Superior do Sul do Piauí.

Conduzidos por férrea vontade coletiva, superaram suas eventuais divergências e somaram forças, para transformar esse sonho em realidade.

Em abril de 1988, a FESPI já celebrava convênio com o Ministério da Educação, então dirigido pelo senador piauiense Hugo Napoleão, garantindo o apoio federal ao projeto e o assessoramento técnico da Universidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, graças ao empenho do Professor Agostinho Both, seu Vice-Reitor.

Em julho, iniciava-se a construção do prédio da FESPI, com cerca de 3.000 m² de área, contando com dez salas de aula, biblioteca, laboratórios, auditório e dependências administrativas, em terreno doado pelo Instituto Batista Correntino.

Em agosto, quarenta profissionais de nível superior da região, recrutados publicamente, iniciavam em Corrente o Curso de Pós-Graduação em Metodologia do Ensino Superior, ministrado pela Universidade de Passo Fundo, concluindo-o em Passo Fundo no ano seguinte.

Em setembro, apresentamos carta-consulta ao então Conselho Federal de Educação pedindo autorização para realizar o primeiro vestibular, inicialmente para os cursos de Agronomia e Pedagogia.

Não obtida essa autorização, conseguimos realizá-lo, em 1992, através da UESPI e da Universidade Federal do Piauí.

Em 1993, cedemos em comodato à Universidade Estadual do Piauí novas instalações e equipamentos para funcionamento do Campus Avançado que leva meu modesto nome.

E em 2002, na gestão da então Reitora Socorro Rocha Cavalcanti Barros, foi criado este curso de Direito.

Deus me deu a gratificante ventura de ver com os meus próprios olhos e sentir com meus próprios sentidos a evolução desse Campus Avançado durante sua caminhada e o bem que ele tem trazido para esta região.

Posso assegurar, com a mais firme convicção, que será muito difícil encontrar-se uma família nesta região que não tenha, pelo menos um de seus membros, passado pelos umbrais deste Campus Avançado, por mais humilde que seja. E assim, milhares de profissionais, das mais diversas áreas, espalham-se pelos vários municípios levando a luz do conhecimento humano e tecnológico aqui haurido.

E assim, sob a direção do Magnífico Reitor Nougá Cardoso e sua equipe, a UESPI cumpre aqui seu relevante papel, pois abre as portas do ensino superior a todos, independentemente de sua condição social e econômica. E, assim fazendo, realiza nestes distantes Sertões do Piauí o sonho historicamente acalentado pelas maiores democracias do mundo, qual seja o de propiciar a todos a igualdade de oportunidades.

Tudo isso me gratifica, orgulha e desvanece.

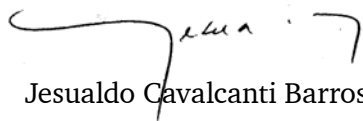
Caros bacharelados:

Que todos sejam muito felizes no exercício da carreira jurídica.

Que todos coloquem seus conhecimentos a serviço do aprimoramento do Estado Democrático de Direito.

Que todos concorram, na medida de suas condições, para o desenvolvimento do extremo Sul do Piauí.

Muito obrigado.



Jesualdo Cavalcanti Barros

RELAÇÃO DAS OBRAS PUBLICADAS
DA COLEÇÃO CENTENÁRIO

RELAÇÃO DAS OBRAS PUBLICADAS
DA COLEÇÃO CENTENÁRIO



Este livro foi composto nos tipos
Charter ITC BT, corpo 11/13 e
Calibri Bold, corpo 18/20
no bureau gráfico Irmão de Criação
paulo33moura@gmail.com